

Elisa Gomes Prestes

**DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO MUNDO:
AS CONVERGÊNCIAS ENTRE BRASIL E CHINA AO LONGO
DOS ANOS 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Messias

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Prestes, Elisa Gomes
Desenvolvimento desigual no mundo : As
convergências entre Brasil e China ao longo dos
anos 2000 / Elisa Gomes Prestes ; orientador, José
Messias Bastos - SC, 2017.
170 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Geografia econômica. 3. Brasil.
4. China. 5. Formação socioespacial. I. Bastos, José
Messias. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

Elisa Gomes Prestes

**DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO MUNDO: AS
CONVERGÊNCIAS ENTRE BRASIL E CHINA AO LONGO DOS
ANOS 2000**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Geografia, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 4 de maio de 2017.

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Junior
Coordenador de Pós-Graduação em Geografia da UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Messias Bastos
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Coorientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ivo Raulino
Universidade do Vale do Itajaí

Prof. Dr. Marcio Ricardo Teixeira Moreira
Instituto Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que, como eu, acreditam na possibilidade de construção histórica de um Brasil socialmente igualitário e soberano.

RESUMO

Esta dissertação realiza um estudo crítico de como se estruturou a complementaridade da relação comercial, econômica e política entre Brasil e China a partir dos anos 2000. Problematisa-se até que ponto a reestruturação em curso da dinâmica da economia chinesa afetará o desenvolvimento brasileiro atual. Para tal proposta, inicialmente nossa análise abordará os respectivos processos de formação do desenvolvimento econômico e social de Brasil e China ao longo dos séculos 20 e 21. No caso do Brasil, dá-se ênfase para sua industrialização movida pelo fenômeno do Estado desenvolvimentista, a partir da década de 1930 até 1980, com a posterior neoliberalização do país iniciada na década de 1990. No caso da China, empreende-se análise análoga, privilegiando o processo de desenvolvimento chinês a partir da Revolução Comunista de 1949 e, sobretudo, do Programa de Reforma e Abertura realizado ao final da década de 1970. Subsequentemente, tratamos da conjuntura econômica e política internacional deste início do século 21. Para atingir tal compreensão, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica. Este método privilegia base teórica que buscamos em livros, relatórios técnico-econômicos, artigos científicos e reportagens em periódicos. Nossa análise permite afirmar que, não obstante a retórica em geral sobre o entrelaçamento da economia brasileira à China ser marcada por um considerável grau de negativismo e preocupação – dada a existência de uma possível assimetria na relação entre ambas as partes, sendo o Brasil o menos beneficiado, sobretudo em uma conjuntura de pós-alta dos preços internacionais de commodities –, a mesma não se aplica como um todo. Ainda que seja inegável o impacto que a China possui atualmente sob o volume das exportações e importações brasileiras, não se deve exagerar o significado dos vínculos comerciais construídos entre estes dois países. O Brasil prossegue se constituindo enquanto uma economia altamente diversificada, que produz uma grande variedade de produtos e os exporta para muitos outros parceiros comerciais.

Palavras-chave: Geografia Econômica. Brasil. China. Formação Socioespacial. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This dissertation develops a critical view on how the complementarity of the economic and political relationships between Brazil and China have been structured since 2000. It discusses the extent to which the ongoing restructuring of the Chinese economy will affect the current Brazilian development. For that, the analysis initially addresses the respective formation processes of the economic and social development of both countries throughout the 20th and 21st centuries. In the Brazilian case, the focus is placed on its industrialization process, stimulated by the phenomenon of the developmental state, from the 1930s until the 1980s, with the subsequent neo-liberalization of the country started in the 1990s. In the Chinese case, an analogous analysis is built, focusing on the development process of the country from the Communist Revolution of 1949 and, especially, from the Chinese economic reform carried out at the end of the 1970s. Subsequently, the international economic and political conjuncture of this early 21st century is debated. In order to build this panorama, bibliographic research is used as the methodological approach to develop the study. As results, this study demonstrates that, although the general rhetoric about the interweaving of the Brazilian economy to China is marked by a considerable degree of negativism and concern - given the existence of a possible asymmetry in the relationship between the two countries, in which Brazil is the least benefited, especially in a conjecture of post-high international commodity prices - the same does not apply to an entire economic context. While the impact that China currently has on the volume of Brazilian exports and imports is undeniable, the significance of the trade ties between these two countries should not be overstated. Brazil continues to be a highly diversified economy, which produces a wide variety of products and exports them to many other trading partners.

Keywords: Economic Geography. Brazil. China. Socio-spatial formation. Economic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Zonas Econômicas Especiais da China	115
Figura 2 – Segmentos com a presença de empresas brasileiras na China (% do total de empresas).....	146
Figura 3 – Localização geográfica das empresas brasileiras em território chinês	147
Figura 4 – Trajeto terrestre e marítimo da Nova Rota de Seda.....	163
Figura 5 – Divisão setorial: acordos assinados no contexto da visita ao Brasil do primeiro-ministro da China, Li Keqiang	172
Figura 6 – Ferrovia Bioceânica/Transocêânica.....	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de inflação – IGP-DI (198-1994).....	84
Gráfico 2 - Balança Comercial: conceito físico- Acumulado em 12 meses (1994-1998).....	88
Gráfico 3 - População ocupada por posição na ocupação (dez. de 1991 a 2002 – 1991 = em %).....	92
Gráfico 4 – Brasil no século 20: nível de atividade econômica	97
Gráfico 5 – PIB e PIB per capita, variação (%) – 1993-2001	97
Gráfico 6 – PIB per capita da China (em US\$) – 1960-2015	122
Gráfico 7 – Comércio intra-asiático no período (%) junho 2001- fevereiro 2014	123
Gráfico 8 - PIB per capita (em US\$) do Brasil – 1960-2015	136
Gráfico 9 - Intercâmbio Comercial Brasil-China – 1994-2004.....	138
Gráfico 10 – Valores do comércio brasileiro no cenário inflacionário de preços de commodities)	140
Gráfico 11 – Intercâmbio Comercial Brasil-China – 2004-2013.....	141
Gráfico 12 – Indicadores de exportação das maiores economias mundiais (incluindo os BRICS) e a baixa participação brasileira em 2011	156
Gráfico 13 – O Brasil e a baixa parcela de participação nas importações em relação às maiores economias mundiais, em 2011	157
Gráfico 14 – Concentração da pauta de mercado importador e exportador do Brasil – 1991-2011	158
Gráfico 15 – A demanda por importações chinesa de agricultura, alimentos, energia e serviços	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção industrial x Inflação.....	72
Tabela 2 - Emprego formal (1994-2001): percentual de trabalhadores com carteira assinada nas principais regiões metropolitanas	92
Tabela 3 – Percentual da despesa social em relação ao orçamento liquidado total (1995-2001)	95
Tabela 4 – Conjunto da despesa social em relação ao orçamento liquidado total	96

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
2	A FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL MUNDIAL NO SÉCULO 20.....	31
2.1	O IMPERIALISMO COMO PRÁTICA ESPACIAL: A CONSOLIDAÇÃO MUNDIAL DOS ESTADOS UNIDOS ENQUANTO HEGEMONIA ECONÔMICA E POLÍTICA.....	34
2.2	O ACORDO DE BRETTON WOODS E A RELAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM A PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA.....	37
2.3	A PERDA DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE À ASCENSÃO ECONÔMICA JAPONESA	43
2.4	A DIFUSÃO MUNDIAL DA FINANCEIRIZAÇÃO COMO RESPOSTA SISTÊMICA DO CENTRO DO CAPITALISMO: O NOVO SISTEMA ECONÔMICO INTERNACIONAL	52
2.5	A PROPAGAÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL.....	54
2.6	O CONSENSO DE WASHINGTON PARA A PERIFERIA CAPITALISTA.....	58
3	A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO NO SÉCULO 20	61
3.1	O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA REGENDO O BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1930.....	63
3.2	O AUGE E A DECADÊNCIA DO DESENVOLVIMENTISMO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	72
3.3	O ESGOTAMENTO DO DESENVOLVIMENTISMO VIA ESTADO NA DÉCADA DE 1980.....	77
3.4	A DÉCADA NEOLIBERAL DE 1990.....	81
3.5	O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PLANO REAL.....	85
4	A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL CHINÊS NO SÉCULO 20.....	100
4.1	UMA SOCIEDADE MILENAR	100

4.2	DENG XIAOPING E O PROGRAMA DE REFORMA E ABERTURA: O “SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS”	109
4.3	A CHINA DEPOIS DA ABERTURA: UM PAÍS EM PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA?.....	124
5	SÉCULO 21: BRASIL E CHINA E A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MULTIPOLAR.....	131
5.1	O BRASIL E RETOMADA DE SEU DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	131
5.2	A CONVERGÊNCIA ECONÔMICA E POLÍTICA ENTRE BRASIL E CHINA.....	137
5.3	COMPLEMENTARIDADE, DEPENDÊNCIA E CONCORRÊNCIA	148
5.4	O QUE ESPERAR DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA PARA O FUTURO?.....	160
5.5	OPORTUNIDADES PARA O BRASIL NO PROCESSO DE REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA	167
6	A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL MUNDIAL NO SÉCULO 21: RUMO A UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL?	176
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
8	REFERÊNCIAS	189
	REFERÊNCIAS	205

1 INTRODUÇÃO

Em 1904, o geógrafo inglês Halford John Mackinder, um dos principais nomes da Geopolítica do século 20, publicou o artigo “*The geographical pivot of history*”. Nesta clássica obra, Mackinder provoca o leitor a conceber uma organização das forças mundiais onde a visão eurocêntrica seria subordinada à asiática¹. Mackinder, de forma pioneira, anteviu o prelúdio do que seria a nova ordem internacional do final de seu século. A reorganização das forças econômicas do pós-Segunda Guerra conferiu ao espaço mundial uma ordenação dócil, sob a coerção dos Estados Unidos, para a irradiação do capitalismo em praticamente todos os rincões dos ditos “países subdesenvolvidos”. Caracterizado por um keynesianismo de bem-estar social – *somente para os países desenvolvidos!* – e a proletarianização generalizada da população mundial, o planeta viveu sob a atmosfera da Guerra Fria e a vigilância constante da hegemonia política e econômica estadunidense.

Ainda que Mackinder tenha anunciado, seria difícil imaginar que menos de meio século depois do pós-guerra os Estados Unidos teriam que compartilhar as rédeas da economia mundial com um país asiático. Muito menos que esse país seria a República Popular da China, nação que não passava de uma “sombra” na região comunista ao leste do Meridiano de Greenwich. Paralelamente, a China percorreu ao longo do século 21 uma impressionante trajetória de desenvolvimento². País de civilização e cultura milenares, predecessor às nações europeias em suas transições feudalistas-capitalistas, a China desenvolveu-se “fechada em si mesma” a partir de sua revolução camponesa-comunista vitoriosa de 1949. Menos de trinta anos depois, com a morte de Mao Tsé-Tung,

¹ “*I ask you, therefore, for a moment to look upon Europe and European history as subordinate to Asia and Asiatic history, for European civilization is, in a very real sense, the outcome of the secular struggle against Asiatic invasion*” (MACKINDER, 1904, p. 423). (“Eu o convido, portanto, por um momento a olhar para a Europa e sua história como subordinadas à Ásia e sua história, pois a civilização europeia é, em verdadeiro senso real, o resultado da luta secular contra a invasão asiática” tradução nossa).

² É importante ressaltar que, ao longo deste trabalho, o conceito de “desenvolvimento” e/ou “desenvolvimento econômico” será amplamente utilizado. Para fins de compreensão, entendemos a concepção do mesmo quando há crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e, principalmente, por alterações fundamentais na estrutura econômica (SANDRONI, 1989).

houve ensejo para a instauração de um novo – porém complementar – modelo de desenvolvimento que decretou a “abertura da China” para o mundo e pavimentou o caminho até a posição que ocupa hoje: nação com a maior reserva em moedas estrangeiras do mundo, maior produtora e exportadora de bens manufaturados e segunda maior economia mundial, com previsões de ultrapassar os Estados Unidos até o ano de 2030.

No hemisfério sul, concomitante a todos esses processos históricos, o Brasil igualmente se desenvolveu e se industrializou. Entretanto, até a virada para o século 21 o país ostentava o posto de ser um país rico, porém profundamente desigual: as raízes de tal condição, além de consequência histórica de uma herança colonial elitista, aprofundaram-se durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), momento em que a polarização entre uma minoria privilegiada e uma esmagadora massa rural-urbana foi institucionalizada enquanto política de Estado. Mesmo depois, já respirando ares democráticos, esse modelo foi reproduzido e exacerbado ao longo de toda a década de 1990. Sob o corolário da globalização financeira, o Brasil foi engolido pelo vagalhão do neoliberalismo. O modelo, celebrado pelos supostos êxitos colhidos no Reino Unido de Margaret Thatcher ou no Chile de Augusto Pinochet, deu prioridade ao equilíbrio fiscal em detrimento ao desenvolvimento econômico e social, que se manteve nulo ou instável.

O Brasil tornou a reencontrar o caminho para seu desenvolvimento nacional a partir do início da primeira década dos anos 2000, período em que converge fortemente com a China em uma relação bilateral pautada por crescentes fluxos comerciais e cooperação política. O país registrou sucessos importantes de cunho social, reduzindo significativamente a pobreza e, em segunda ordem, sua desigualdade histórica. É importante pontuar que, além de uma conjuntura interna propícia, a retomada do crescimento brasileiro beneficiou-se, igualmente, de modificações favoráveis na organização do espaço mundial³. Destas, uma das principais foi a ascensão da China ao cenário global com sua crescente importância na economia internacional.

³Principalmente, taxas de juros internacionais baixas, fluxos de capital efervescentes e termos de troca mundial favoráveis. Ainda que a crise financeira de 2008 tenha resultado em uma breve recessão, a economia brasileira retomou o crescimento logo depois, a uma taxa de crescimento de 7,5% em 2010. Desde então, tem assumido um ritmo significativamente mais lento, ao mesmo tempo em que o longo ciclo de expansão de crédito chegou ao fim; gargalos de infraestrutura tornaram-se mais nítidos; simultaneamente, o índice da população

Embora o ano de 2014 marque o 40º ano de relações diplomáticas instituídas entre Brasil e China⁴, é somente a partir do ano de 2004 que a relação sino-brasileira dá um salto *qualitativo* no que tange o intercâmbio econômico, tecnológico e diplomático. Este novo período é pautado por um aumento na cooperação pragmática de áreas como infraestrutura, minas e energia, aeroespacial, finanças, alta tecnologia, dentre outras. A relação comercial entre ambas as partes representa a parte mais notável: as exportações brasileiras para a China saltaram de US\$ 1 bilhão no ano de 2000 para US\$ 40,6 bilhões em 2014, ao mesmo tempo em que as importações de produtos chineses pelo Brasil passaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 37,2 bilhões (LEÃO, 2015).

Desta forma, no ano de 2009 a China transformou-se no principal parceiro comercial do Brasil. Ao mesmo tempo, estreitaram-se significativamente os laços econômicos e políticos em iniciativas conjuntas que visam criar alternativas e novos caminhos às economias em desenvolvimento, como por exemplo, a instituição do bloco político-econômico BRICS, representado por Brasil, Índia, China e África do Sul. Mesmo que esse vínculo sino-brasileiro tenha se desenvolvido a um ritmo extremamente acelerado a partir do ano de 2004, o peso da importância chinesa na dinâmica do desenvolvimento brasileiro precisa ser posto em perspectiva.

A discussão sobre o crescente entrelaçamento da economia brasileira a este gigante asiático tem sido marcada, em geral, por um considerável grau de negativismo e preocupação, dada a existência de uma possível assimetria na relação entre ambas as partes, da qual o Brasil seria o menos beneficiado. Isto se deve, em grande parte, ao fato de que a China é a maior compradora de *commodities* primárias intensivas em recursos naturais do Brasil – sobretudo soja, minério de ferro e petróleo –, enquanto a mesma exporta para o Brasil uma pauta

economicamente ativa (PEA) vem crescendo mais devagar. Soma-se a isso a lenta recuperação da crise dos Estados Unidos, a longa recessão na Europa e o crescimento mais lento no mundo emergente causando uma redução nas exportações brasileiras, bem como nos preços das commodities em geral e nos investimentos (BANCO MUNDIAL, 2014).

⁴Foi no governo-militar de Ernesto Geisel que o Brasil, pela primeira vez, estabeleceu relações comerciais e econômicas com a China. De forma progressiva, o comércio sino-brasileiro ao passar das décadas foi avolumando-se, culminando com o estabelecimento do status de Parceria Estratégica entre ambos no ano de 1993 – a primeira que a China firmou com outro país em desenvolvimento.

que consiste em 95% de produtos industrializados de baixo, médio e alto valor agregado. Passado o período de *boom* das *commodities* da primeira década dos anos 2000, atualmente a China adentra em seu 13º Plano Quinquenal (2016-2020), que prevê uma retração considerável no seu volume de importação, especialmente em relação aos produtos considerados primários – justamente nos quais o Brasil possui vantagem comparativa.

Evocam-se, portanto, os riscos de o Brasil sair prejudicado em um possível cenário cuja diminuição da demanda chinesa afete negativamente os saldos da balança comercial do país, ao mesmo tempo em que se fala de reprimarização da economia brasileira e desindustrialização. Contudo, o que esta pesquisa busca problematizar e analisar é que tais previsões pessimistas *não se aplicam* como um todo.

Para tal propósito, temos como **objetivo norteador analisar de que forma a complementaridade da relação sino-brasileira foi estruturada**. Abarcamos, sobretudo, os aspectos econômicos, comerciais e políticos desta convergência, tendo como pano de fundo de análise as respectivas formações econômicas e sociais do Brasil e da China. Além disso, questionamos até que ponto as mudanças que estão em curso na organização mundial espacial e na reestruturação da economia chinesa afetaram de forma *positiva* e *negativa* o desenvolvimento brasileiro recente. À vista disso, esperamos poder contribuir para a elucidação deste tema extremamente contemporâneo e relevante para a organização espacial mundial do século 21.

Para atingir tal compreensão, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica. A principal vantagem deste método é possibilitar a descrição e análise do conjunto de fenômenos propostos de forma muito mais ampla e contextualizada, já que o mesmo se utiliza diretamente de dados dispersos em base teórica já estabelecida. Desta forma, fundamenta-se teoricamente o objeto de estudo ao mesmo tempo em que se criam novos elementos que o subsidiam, bem como novas indagações de pesquisa. “Difere, portanto, da revisão bibliográfica, pois vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas ao imprimir sobre eles a teoria e compreensão crítica do significado neles existente” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44). Por fim, há uma maior flexibilidade na apreensão do tema, já que o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, o que garante um aprimoramento na definição dos procedimentos metodológicos.

Do objetivo central de pesquisa mencionado anteriormente, ramificaram-se cinco objetivos específicos, os quais: 1) Compreender como se estruturou a organização espacial mundial do século 20 sob a

hegemonia política e econômica dos Estados Unidos; 2) Analisar o desenvolvimento do Brasil enquanto periferia do sistema capitalista regido pela conjuntura geopolítica do século 20; 3) Analisar, igualmente, o desenvolvimento da China ao longo do mesmo período partindo de sua Revolução Comunista e posterior abertura ao mundo; 4) Analisar a convergência comercial, econômica e política entre Brasil e China a partir dos anos 2000; e, por fim, 5) Identificar e problematizar os efeitos heterogêneos da relação sino-brasileira enquanto estratégica. Estes, por sua vez, conferiram escopo teórico para a estruturação dos capítulos deste trabalho visando o debate dos objetivos propostos.

2A FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL MUNDIAL NO SÉCULO 20

Compreendemos o espaço mundial enquanto uma construção coletiva dos homens. Cada geração da sociedade humana recebe condições específicas de vida e as transmite ulteriormente para as próximas de forma modificada. Representa o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveu sua indústria e seu comércio e modificou sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. Desta forma, compreender o espaço leva, obrigatoriamente, a considerar sua *historicidade*.

Além de histórico, o espaço é embebido em relações de poder. Estas, institucionalizadas na política, representam efetivamente o *modus operandi* que os homens utilizam para moldar e influenciar tudo que nos cerca: as relações de poder estão presentes desde as pequenas ações do cotidiano humano até a negociação entre chefes de Estado com o Fundo Monetário Internacional. Como sentenciaram concisamente dois filósofos alemães do século 19, “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2008).

A organização do espaço mundial é, inevitavelmente, uma relação de vencedores e perdedores. Como mencionado antes, entre o dominante e o dominador: o centro *versus* a periferia; a relação Norte-Sul. Fatalmente, a história dos homens é contada através da retórica dos dominantes, por regra os que detêm a hegemonia econômica. Entendemos, igualmente, que a economia constitui o substrato que rege e coordena o espaço mundial. Absolutamente tudo passa pela economia, sobretudo em uma sociedade em que cada vez mais as relações humanas

são mercantilizadas. A economia mundial, portanto, constitui um todo dinâmico: as relações de dominação permanecem, mas se modificam.

Essa dinâmica que combina historicidade e relações de poder legam verdadeiras *formações econômicas* – portanto, *sociais* – para o espaço, que, ao passar do tempo, sobrepõem-se umas às outras, de forma que o moderno convive com o antigo, o arcaico convive com o novo, em um constante trabalho de parto que paulatinamente cria oportunidades para a construção de novas organizações espaciais. Ou seja: se expressa pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente (SANTOS, 1982).

Desta forma, o modo correto de analisar tais prerrogativas evolui da passagem do uso de um termo de caráter estático, o de *forma*, para um caráter dinâmico, o de *formação*. A formação econômico-social vai além do processo pontual de meras relações, ou de modo de produção, de estrutura econômica de base ou estrutura ideológica; ela engloba todas estas instâncias, de forma a expressar uma unidade das diversas esferas, econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade e a expressa na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico (SERENI, 2013).

Vladimir Lenin, em “Quem são os amigos do povo?”, ressalta que a análise das relações sociais ao longo dos séculos permitiu observar repetições e regularidades que generalizam os modos de vida de distintos países no conceito fundamental de *formação econômica-social*. Quer dizer: essa “generalização” permitiu passar da mera descrição dos fenômenos sociais a uma análise estritamente científica que clarifica, por exemplo, aquilo que distingue um país capitalista de outro e analisa o que há de comum em todos (LÊNIN, 1894 apud SERENI, 2013). Como elucidou Ignácio Rangel (2005), o desenvolvimento do capitalismo não é um processo idílico e regrado, desenrolando-se linearmente no tempo como um modelo matemático de forma homogênea e coesa.

Para a Geografia, o que interessa é compreender como todos esses processos inscritos nestas formações são transpostos para o *espaço geográfico*. Isto é: cabe aos geógrafos compreender a *espacialidade* destes fenômenos, que representam nada mais do que o espaço socialmente produzido. Milton Santos (1982) reverbera essa afirmação ao ratificar que a História não se escreve fora do espaço, tão logo não existe sociedade a-espacial. É a partir deste pressuposto teórico que Santos (1982) introduz o conceito de *formação socioespacial* como paradigma interpretativo fundamental para a Geografia.

Para além, ele determina que é o *espaço*, acima de todas as outras instâncias, que pesa mais na análise da formação, justamente pelo fato de o espaço ser o conceito que, por natureza, compreende a totalidade de todas as categorias da sociedade. E conclui: “deveríamos até perguntar se é possível falar de formação econômica e social sem incluir a categoria de espaço” (SANTOS, 1982, p. 1), pois, segundo o autor, trata-se de fato de uma categoria de formação econômica, social e espacial mais do que uma simples formação econômica e social, tal qual foi interpretada até hoje.

Em escala mais abrangente, Santos (1982) ressalta que as organizações “locais” das sociedades e de seus respectivos espaços reproduzem as relações de poder de ordem internacional, configurando-se, desta maneira, em uma relação centro-periferia. Ele pontua que a organização da espacialidade, tal qual é feita pelos homens, é fruto tanto de necessidades *externas*, aquelas do modo de produção puro do sistema capitalista, quanto pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura vigente das classes.

Ora, é certo que o espaço geográfico é modelado e formado a partir da conjunção de elementos naturais e históricos; entretanto, sua organização e ordenamento, tal como a concebemos hoje, é resultante das exigências do modo de produção capitalista, dominante em plano mundial. Constrói-se, portanto, um espaço que é fruto do estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho e altamente subordinado e sensível ao movimento do capitalismo. O espaço mundial é, acima de tudo, político e ideológico. Portanto, existe uma ideologia do espaço: o mesmo, que *a priori* nos parece homogêneo, tal como o constatamos, é nada mais do que um produto social (LEFEBVRE, 2016).

A Geografia Política nos auxilia a compreender tais particularidades. Tal qual teorizado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, devemos compreender e elevar os Estados Nacionais em nossa análise enquanto principais realizadores do papel político das relações de poder, definido pela história peculiar de cada povo. Consequentemente, entende-se não como mera soma de indivíduos, nem como resultado racional de um contrato, senão como uma entidade metafísica determinada e definida pela relação que produz uma linguagem particular, uma cultura, uma história. De tudo isto não resulta o produto de seres individuais, senão uma manifestação do *Volkgeist*, do espírito do povo (COSTA, 1992).

Partindo deste breve embasamento teórico, nos faz crucial compreender, por intermédio dos conceitos acima elucidados, de que

forma a organização espacial mundial do século 20 regeu *externamente* as formações socioespaciais do Brasil e da China. Para responder a esse questionamento, estruturamos a linha de raciocínio desta pesquisa iniciando por uma escala *macro* para, posteriormente, convergir nas respectivas formações destas duas nações, a partir da estruturação de seus Estados até a atualidade. Mais do que isso, compreendemos ser pertinente focar inicialmente nossa análise partindo da conjuntura geopolítica que coordenou o espaço mundial ao longo do século 20, buscando destrinchar teoricamente a forma com que espaço e relações de poder se relacionaram. Portanto, nossa análise se inicia, especificamente, na compreensão de como a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos foi estruturada e, igualmente, de que maneira a mesma moldou a relação internacional de centro e periferia em sua totalidade.

2.10 IMPERIALISMO COMO PRÁTICA ESPACIAL: A CONSOLIDAÇÃO MUNDIAL DOS ESTADOS UNIDOS ENQUANTO HEGEMONIA ECONÔMICA E POLÍTICA

Iniciamos nossa análise tendo como referência histórica o período que engloba o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), considerado por nós um marco decisivo na reconfiguração do espaço mundial do século 20. Inaugura-se neste período uma nova racionalidade na estruturação do capitalismo, em que a Europa Ocidental, duramente golpeada pelos dispêndios dos conflitos de guerra, encerra seu longo ciclo de hegemonia política e econômica em âmbito mundial.

Esta configuração é considerada como inédita porque vai ao encontro da análise de Lenin (2008) que distingue a primeira metade do século 20 como uma *nova etapa imperialista*⁵, cujas potências do centro do capitalismo não mais se enfrentam por conquistas territoriais ou coloniais, e, sim, por uma competição entre Estados associados aos grandes monopólios capitalistas. Percebe-se, progressivamente, o território mundial se articulando cada vez mais aos objetivos do capital financeiro (COSTA, 1992).

Lenin (2008) pontua que, a partir do século 20, o capitalismo organiza-se de tal modo que não mais nos encontramos em presença da

⁵“No que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o novo capitalismo veio substituir definitivamente o velho: no começo do século XX” (LENIN, 2008, p. 21).

luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio do centro capitalista.

Desta maneira, o capitalismo mundial reergueu-se a partir de uma internacionalização generalizada do capital produtivo, sobretudo sob a forma de empresas multinacionais. A partir da primeira metade do século 20, predomina o que Vesentini (1990) chama de dominação “sutil e indireta” do capitalismo centrada nos mecanismos normais – isto é, não implementados pela força ou pela imposição colonial –, em que a transferência internacional de mais-valia se dá através do intercâmbio desigual, dos empréstimos externos e na remessa de lucros das periferias para os países desenvolvidos. A partir desse contexto, paulatinamente o espaço mundial se complexificou em uma simbiose de capitalismo, Estado, militarização e instrumentalização do mesmo enquanto valor de uso.

O elemento realmente novo nessa reestruturação do capitalismo foi representado pela emergência dos Estados Unidos como grande potência já ao final do século 19. Coube ao país norte-americano tornar-se a égide que sistematizou e coordenou a reconstrução do capitalismo em âmbito mundial nesse período do pós-guerra, em substituição à antiga hegemonia europeia. Os Estados Unidos não sofreram danos expressivos durante os conflitos – pelo fato de a localização geográfica dos mesmos terem ocorrido no continente da Eurásia, bem distante da América do Norte – e, ademais, beneficiaram-se comercialmente com a guerra: a economia estadunidense cresceu a uma taxa fenomenal sob o estímulo de vendas e aquisições militares, dobrando seu PIB durante o período do ano de 1938 a 1945. Ademais, seus três principais concorrentes industriais, Alemanha, Grã-Bretanha e Japão, emergiram do pós-guerra destruídos ou enfraquecidos, o que possibilitou transformar Washington no pivô central e orquestrador do remodelamento do universo do capital de acordo com suas próprias exigências (ANDERSON, 2015).

A razão para os Estados Unidos terem ascendido e se transformado em potência imperialista ao longo do século 20 se dá pelas especificidades de sua formação econômica. Não nos é interessante elucidar de forma complexa, para fins desta pesquisa, a historiografia da formação econômica-social dos Estados Unidos. Entretanto, há de se pontuar que as raízes para tal ascensão enquanto potência formaram-se

ao longo da emancipação colonial do país com o Império Britânico, no ano de 1776.

Além de serem detentores de um vasto território rico em recursos naturais e possuírem posição geopolítica estratégica – com saída para os oceanos Pacífico e Atlântico –, Costa (1992) destaca que o ponto originário fundamental foi a consolidação de um espírito expansionista, em busca do alargamento permanente de seu território, originalmente circunscrito à faixa atlântica de terras que correspondiam às suas treze colônias. Combinou-se a isso à ideia de um “privilegio divino”, como pontua Perry Anderson (2015), em uma República dotada de uma constituição de “liberdade” eterna baseada em um repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano.

Tal ideologia concretizou-se no Destino Manifesto em meados da metade do século 19, o qual afirmava que os Estados Unidos possuíam

o direito a nosso destino manifesto de cobrir e possuir o continente por inteiro, direito que a Providência nos deu para o grande experimento da liberdade e do autogoverno federado [...] quem poderia duvidar de que o futuro ilimitado e de grande alcance será o de uma era de grandeza norte-americana? (ANDERSON, 2015, p. 14).

Partindo de tal pressuposto, o expansionismo histórico engendrado pelos Estados Unidos seria o cumprimento de uma “vontade divina”, em uma combinação de religião, democracia burguesa, livre-comércio e ativismo messiânico. Tal expansionismo ganhou estrutura institucional já no início do século 20, com a inauguração da política do *big stick*⁶ (“fale macio, mas carregue um grande porrete”), transformando o poderio econômico-militar dos EUA em um decisivo fator no frágil equilíbrio de poder mundial derivado do período entre guerras.

A agenda estadunidense para o século 20 impôs-se claramente com intenções da cristalização súbita de um projeto arquitetado de cima para refazer o mundo à imagem e semelhança dos EUA, promovendo a construção de uma ordem econômica internacional liberal. Podemos perceber a tônica da liderança estadunidense no discurso oficial do governo que pondera:

⁶ Proposta pelo Presidente Theodore Roosevelt no ano de 1901.

Enquanto pudermos produzir mais do que qualquer outro país do mundo, controlar os mares e golpear em terra com a bomba atômica⁷, podemos assumir certos riscos que, de outra forma, seriam inaceitáveis, em um esforço para restaurar o comércio mundial, restaurar o equilíbrio de poder – poder militar – e eliminar algumas das condições que produzem guerras (FORRESTAL, 1947 apud ANDERSON, 2015, p. 55).

2.20 ACORDO DE BRETTON WOODS E A RELAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM A PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA

Como as relações impostas por um país hegemônico podem moldar a correlação de forças mundiais? Além do plano ideológico do Destino Manifesto engendrado pelos Estados Unidos para assumir proeminência como potência imperialista, o que realmente coroou a hegemonia econômica do país foram os acordos internacionais de Bretton Woods, que ocorreram durante o desfecho da Segunda Guerra Mundial⁸. De forma sucinta, o encontro teve como objetivo propor um sistema regulatório que provesse bases estáveis para a recuperação econômica mundial como um todo na conjuntura do pós-guerra, de modo que houvesse uma coordenação de esforços da comunidade internacional na busca pelo crescimento econômico e prosperidade.

O prevalecimento do poderio econômico dos Estados Unidos frente ao hegemom decadente do Reino Unido elevou, através do Plano

⁷ O presidente Harry Truman (1945-1953), ao falar sobre o dia em que jogou a bomba atômica sobre Nagasaki, no Japão, exaltou que os Estados Unidos “agradeciam a Deus” pela bomba ter vindo ao país e não aos seus inimigos. “Nós estamos indo em frente para cumprir o nosso destino, um destino que eu penso que Deus Todo-poderoso tencionava que tivéssemos” (ANDERSON, 2015, p. 42).

⁸ Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, na cidade de Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos) com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas, lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

White⁹, o dólar estadunidense (US\$) como moeda oficial mundial. Luiz Simoens da Silva (2015) pontua que o país norte-americano, produtor industrial dominante e detentor de cerca de três quartos das reservas de ouro mundiais, era o único país do mundo com capacidade de mobilizar recursos para a reconstrução europeia e japonesa do pós-guerra, o que explica sua vitória ideológica nas discussões de Bretton Woods.

O atrelamento da economia mundial ao dólar em paridade com o ouro consagrou os EUA enquanto potência vitoriosa da conjuntura pós-guerra, elevando seu banco central doméstico – o Federal Reserve System (Fed) – como o principal responsável, ao longo das próximas décadas, pelo posto de emissor mundial de moeda. François Chesnais (1996) afirma que os Estados Unidos assumiram um verdadeiro posto de *seigneurie* monetário mundial, equiparando tal acontecimento aos privilégios do senhorio medieval de emitir moeda tendo em conta unicamente suas próprias necessidades, sem nenhuma outra consideração. Desta forma, os Estados Unidos institucionalizaram sua hegemonia econômica de forma incontestável.

Para o próprio desenvolvimento estadunidense, havia a necessidade de promover estabilidade internacional, isto é, zonas sem guerras, estabilidade econômica aliada a um clima de prosperidade e reconstrução, transformando o mundo em sua totalidade em um ambiente “seguro” para o capitalismo em geral. Sobretudo, assegurar domínio sobre os mercados mundiais para dar vazão à produção dos Estados Unidos. Os blocos comerciais autárquicos, consolidados no início do século pelos países europeus, representavam uma ameaça direta à penetração de capital estadunidense nestas grandes zonas geográficas (ANDERSON, 2015).

Havia a urgência em abrir os mercados europeus para o escoamento da produção do país norte-americano. O Plano Marshall, de

⁹ Os debates de Bretton Woods confrontaram-se em torno de duas propostas distintas: a do Reino Unido, elaborada pelo economista John Maynard Keynes, e a dos Estados Unidos, elaborado pelo economista e secretário do Departamento de Tesouro dos EUA, Harry Dexter White. Keynes e White possuíam visões diferentes sobre a reorganização monetária do mundo na conjuntura do pós-guerra que então se anunciava. Enquanto o Reino Unido expressou-se em defesa de um sistema com maior cunho intervencionista-econômico, os Estados Unidos defendiam um sistema com maior nível de liberalização econômica. Na ocasião, a delegação brasileira foi representada por nomes como Arthur da Souza Costa, então Ministro da Fazenda, e pelos economistas Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos.

ajuda estadunidense aos países destruídos pela guerra, foi ao encontro a essa estratégia. Ao total, o pacote canalizou em torno de 13 bilhões de dólares, majoritariamente controlados por executivos de empresas dos Estados Unidos vinculados a compra de bens norte-americanos. Em contrapartida, os EUA pressionaram por contração fiscal e uma integração europeia, além da abolição imediata de tarifas e dos controles de câmbio.

A título de exemplo, o Reino Unido foi condicionado a se submeter, em meados de 1946, a condições draconianas para receber os empréstimos e se manter solvente: exigiu-se o pagamento de juros, eliminação dos controles de importação e a conversibilidade plena no prazo de um ano. Com o dólar como moeda oficial e os preços dos Estados Unidos em alta, a conta das importações britânicas de produtos estadunidenses cresceu exponencialmente (ANDERSON, 2015).

No que tange a hegemonia dos Estados Unidos, podemos afirmar que o Plano Marshall atuou na esfera econômica e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) atuou diretamente no policiamento e coerção militar mundial. De forma interna, a hegemonia institucional se deu por meio da criação das três instituições mais importantes do país, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, o Conselho Nacional de Segurança e a Agência Central de Inteligência (CIA). Esse complexo institucional desenvolveu a ideologia permanente de segurança nacional que preside o imperialismo dos Estados Unidos até os dias atuais (ANDERSON, 2015).

Essa hegemonia, longe de ser unicamente econômica, transferiu-se para a esfera cultural de forma a moldar a ideologia da sociedade de consumo, isto é, preservando o *status quo* dos EUA enquanto representante da supremacia capitalista no contexto da Guerra Fria. O inglês transformou-se na língua mundialmente oficial, exercendo influência incomparável no conjunto das indústrias de comunicação de massas, segmento indissociável do lugar ocupado pelos Estados Unidos na indústria de telecomunicações, onde gozam de uma vantagem concorrencial decisiva (CHESNAIS, 1996).

Desta forma, o país norte-americano projetou-se para fora de seu território nacional, encarnando o *americanway of life* enquanto projeto mundialmente veiculado a partir de Hollywood ou de Anaheim (cidade do Estado da Califórnia, sede do grupo multinacional Disney), promovendo o capitalismo e mercantilização total das atividades humanas como sua aspiração e tendência (CHESNAIS, 1996).

Para assegurar sua hegemonia e expandi-la de forma global, os Estados Unidos construíram verdadeira simbiose entre as áreas econômica e militar. Lembremos que o período histórico em análise se caracterizou pela vigência da Guerra Fria, cujo embate bipolar entre Estados Unidos e União Soviética estava em pleno vigor. Em solo estadunidense, havia intensa disseminação de propaganda anticomunista e do sentimento generalizado antissoviético, sobretudo após o período que se convencionou denominar de Macartismo¹⁰ durante a década de 1950.

Foi de supremo interesse dos Estados Unidos construir um arcabouço geopolítico mundial que assegurasse seus interesses econômicos frente à zona de influência da União Soviética, considerada igualmente uma potência econômica. A “caça ao comunismo”, portanto, foi altamente conivente para estruturar um consenso mundial que permitisse ao país intervir, juntamente com os membros aliados do Tratado do Atlântico, em zonas geográficas de interesse ao capital dos Estados Unidos.

O país já vinha construindo ao longo do início do século 20 uma crescente relação e sobreposição entre o militarismo e suas grandes indústrias, dando origem ao denominado complexo industrial-militar. Mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, este complexo prosseguiu exercendo enorme influência no complexo produtivo dos Estados Unidos. Desde esse período, há uma verdadeira simbiose entre os imperativos bélicos e as pesquisas científicas que são desenvolvidas nas universidades e institutos do país, visando promover inovação tecnológica nos ramos mais avançados da indústria - eletrônica, informática, naval, aeroespacial, química, nuclear etc. (VESENTINI, 1990).

Segundo dados trazidos por Vesentini (1990), ao longo da década de 1960 *todas* as 25 maiores companhias particulares dos Estados Unidos – como a GM, Standard Oil, Ford, GE, U.S. Steel, Gulf, Texaco, Chrysler, Western Electric, Swift, Boeing, Goodyear etc. – realizaram parcerias importantes com o Estado envolvendo encomendas bélicas. A porcentagem destes negócios militares sobre o lucro total de cada

¹⁰ Em alusão ao nome do senador republicano Joseph McCarthy, responsável por elaborar projetos de lei que causaram a perseguição de inúmeros cidadãos estadunidenses, pelas supostas acusações de serem comunistas ou simpatizarem com a ideologia, alçado sob o pretexto de tratar-se de uma questão de segurança nacional dos Estados Unidos.

empresa ia de um mínimo de 2% para 30 ou 40% em muitos casos, e em casos extremos, com a Boeing, a GE e a General Dynamics, os lucros correspondiam a 90%.

Com a permanência e fortalecimento deste complexo industrial-militar dos Estados Unidos no pós-guerra, torna-se fácil de compreender se, por um lado, levarmos em conta o militarismo como um campo de acumulação de capital, com demanda permanente e segura para importantes ramos da indústria. Por outro lado, foi ao encontro dos interesses estratégicos do país em ocupar zonas de influência deixadas vagas pelo enfraquecimento de antigas potências, como Inglaterra, Alemanha e França.

A relação direta entre território e poder se concretizou através da estruturação de uma extensa rede de dominação econômica-política na periferia, para dar ensejo à competição militar frente à União Soviética, que pretendia liderar as economias socialistas e confrontava diretamente os interesses econômicos dos Estados Unidos. Especificamente, ergueu-se uma rede global de bases e direitos de trânsito militar que cobrem a América Latina, a África do Norte, o Mediterrâneo, o Oriente Médio, o sul da Ásia e o Extremo Oriente. Em 1946, os Estados Unidos já possuíam 170 aeródromos ativos em operação em locais no exterior. Em meados dos anos 1960, já controlavam 375 bases de grande porte e 3 mil instalações militares menores em todo o mundo, cercando a União Soviética por todos os lados, incluindo até mesmo a região do Ártico (ANDERSON, 2015).

Através de uma geopolítica de contenção, a estratégia de estruturação de uma capacidade bélica superior e do conjunto de anteparos estratégicos contra a União Soviética mantiveram os territórios industrializados da Eurásia longe da influência soviética. Além disso, obtinham controle significativo dos territórios da Ásia, África e América Latina e seus recursos naturais, como petróleo no Oriente Médio, estanho e borracha no sudeste da Ásia, urânio e cobalto na África Central, cobre e bauxita na América do Sul, dentre outros (ANDERSON, 2015).

Para a periferia do sistema capitalista, a Guerra Fria foi extremamente “quente”. Revestidos com o argumento ideológico de “proteção contra a ameaça do comunismo em um mundo livre e à imagem e semelhança da liberdade norte-americana” (ANDERSON, 2015, p. 44), os Estados Unidos promoveram e auxiliaram inúmeros

golpes de Estado no continente americano¹¹ e no mundo. Sob o lema nacional de “contenção e segurança”, os Estados Unidos se utilizaram de todos os meios necessários para garantir mercados potenciais abertos e docilizados.

Tem havido uma tendência mundial de afastamento do sistema da livre iniciativa [...] se por omissão permitirmos que a livre iniciativa desapareça nas outras nações do mundo, a própria existência da nossa economia e da nossa democracia estará seriamente ameaçada (MCCORMICK, 1989 apud ANDERSON, 2015, p. 44).

Não interessava para os Estados Unidos apenas a existência de governos autoritários na periferia, e sim a estabilidade política que resultava desse processo, a fim de garantir a continuidade da influência de seu capital produtivo, bem como evitar o surgimento de forte oposição popular. Foi em nome da “defesa do mundo livre” que o governo estadunidense invadiu o Vietnã (de 1962 a 1974), a Guatemala; além de ter auxiliado ou promovido vários golpes militares com intensa repressão sobre movimentos populares, como no Chile, Argentina, Paraguai, Bolívia, República Dominicana, Peru, El Salvador, Uruguai e no próprio Brasil.

Por consequência, o país norte-americano pôde manter sob sua guarda econômica boa parte do chamado “Terceiro Mundo”, ao mesmo tempo em que sustentava notáveis índices de crescimento econômico. Tal conjuntura lhe foi favorecida, em parte, por um contexto de pós-guerra extremamente favorável para o fortalecimento de seu parque produtivo, sobretudo o complexo industrial-militar. O pacote de crédito previsto pelo Plano Marshall de ajuda externa aos países afetados pela

¹¹ No caso específico do Brasil, George Kennan, diplomata dos Estados Unidos, palestrou a embaixadores norte-americanos convocados para ouvi-lo no Rio de Janeiro durante o governo de João Goulart para adverti-los das possíveis influências do comunismo no governo brasileiro.

Não devemos hesitar diante da repressão policial por parte dos governos locais. Isso não é algo do qual devemos nos envergonhar, pois os comunistas são essencialmente traidores [...] é melhor ter um regime forte no poder do que um governo liberal indulgente, relaxado e impregnado de comunistas (ANDERSON, 2015, p. 81).

guerra consolidou a hegemonia econômica na correlação de forças mundiais.

Sua hegemonia política, no entanto, cumpriu-se através da estruturação de um complexo geopolítico institucional fundado a partir do Acordo de Bretton Woods, dando origem a órgãos internacionais de governança como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, e, posteriormente, a OTAN. Dessa forma, os Estados Unidos puderam dispor de legitimidade para criar um consenso mundial sobre seu poder político e militar de decisões, impondo ao resto do mundo a agenda estadunidense através do discurso do “mundo livre” e da democracia.

2.3A PERDA DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE À ASCENSÃO ECONÔMICA JAPONESA

Até a virada da década de 1960 para 1970, o mundo comportava diversos sistemas socioeconômicos. A economia estadunidense, força hegemônica do sistema, era a que mais se aproximava do livre-mercado. A Alemanha, por sua vez, era referência principal em se tratando de social-democracia ou economia social de mercado. O Japão, a Coreia do Sul e Taiwan ilustravam os casos em que o Estado liderava o desenvolvimento. E havia, claro, o mundo do socialismo real, como a União Soviética e a China (CASTRO, 2012).

Contudo, a partir do início da década de 1970 o projeto de supremacia econômica dos Estados Unidos inicia a manifestar suas falhas enquanto pivô central deste arranjo. Tais sintomas se concretizaram no discurso¹² feito pelo então Presidente Richard Nixon,

¹²Diz o presidente Richard Nixon:

A força de uma moeda se baseia na força da economia de um país, e a economia dos Estados Unidos é, de longe, a mais forte do mundo. Por isso, eu instruí o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos a tomar as ações necessárias para defender o dólar dos especuladores. Eu o instruí a suspender temporariamente a conversibilidade do dólar com relação ao ouro e outros ativos de reserva, com exceção dos montantes e condições que nos deem estabilidade monetária, visando os melhores interesses dos Estados Unidos. O efeito desta ação será estabilizar o dólar [...] e promover

em agosto de 1971, ao anunciar a anulação da conversibilidade mundial do dólar (US\$) em paridade com o ouro prevista pelos acordos de Bretton Woods.

De forma sucinta, o que ocorreu foi que a diminuição das reservas de ouro dos Estados Unidos, bem como sua perda significativa de competitividade industrial, revelou a impossibilidade de o país prosseguir ocupando o posto de égide mundial que mantinha a paridade fixa da conversibilidade de US\$ 35 por onça de ouro. Do ponto de vista de Silva (2015), a crise se anunciava de forma inevitável, visto que o país emissor da moeda internacional teria de tomar medidas voltadas ao equilíbrio doméstico, em detrimento de seus compromissos internacionais.

Para Bresser-Pereira (2012), a taxa de câmbio fixa de Bretton Woods era uma pedra fundamental da estabilidade econômica que mantinha as finanças mundiais atreladas a um sistema coeso e estável. Com sua suspensão, anunciada por Nixon, irrompeu a instabilidade financeira mundial, desencadeada pela desregulação dos mercados financeiros nacionais.

Como os Estados Unidos promoviam concomitantemente um projeto de desenvolvimento pujante e a geopolítica de contenção mundial – ressaltando que este era o contexto do auge da Guerra Fria e dos gastos exorbitantes com a Guerra do Vietnã –, fatalmente o país estava imerso em enormes gastos e desequilíbrios orçamentários. Concomitantemente, a recuperação das economias europeias, além do espantoso crescimento econômico do Japão, levaram os bancos europeus a suspeitarem do valor do dólar e contestar os primeiros sintomas de fadiga do arranjo monetário concebido em Bretton Woods (SILVA, 2015). Este quadro de instabilidade do dólar levou, inclusive, às discussões que resultariam na criação da União Europeia.

Silva (2015) traz dados relevantes para ilustrar a progressiva perda de força da produção estadunidense: seu déficit em bens e

uma competição mais justa no mundo [...]. Eu lhes asseguro que os Estados Unidos sempre foram e continuarão a ser um sócio comercial confiável. Em total cooperação com o FMI e com nossos parceiros comerciais, nós pressionaremos por reformas necessárias para estabelecer urgentemente um necessário e novo sistema monetário internacional [nossa tradução]. (YOUTUBE, 2009).

serviços, que era de US\$ 1,4 bilhão na média dos anos 1970 a 1974, subiu para US\$ 15 bilhões na média de 1975 a 1979 e triplicou para US\$ 45 bilhões na média de 1980 a 1984. Nos mesmos períodos, a conta-corrente saiu de um superávit de US\$ 840 milhões, para um déficit de US\$ 1,5 bilhão e, depois, para um déficit substantivo de US\$ 26 bilhões.

Além de enfrentarem uma conjuntura interna turbulenta, os Estados Unidos, assim como o resto do mundo, foram atingidos em cheio pela crise do petróleo que se instaurava no Oriente Médio. Sandroni (1989), em linhas gerais, explica a questão geopolítica como uma situação decorrente dos sucessivos aumentos nos preços do petróleo decretados a partir de outubro de 1973 pelos Estados integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo)¹³. A organização foi formada para reivindicar poder sobre as principais empresas petrolíferas ocidentais, StandartOil, Royal Dutch Shell, Móbil, Gulf, BP e StandartOil da Califórnia, chamadas de as “sete irmãs”.

O elemento agravante da crise foi, incontestavelmente, o conflito árabe-israelense do ano de 1973, mas seu alcance se tornou muito mais amplo: a crise expressava o projeto dos países produtores de petróleo no sentido de controlar a produção e distribuição do hidrocarboneto e de defender seu preço no mercado internacional. Logo após o início do conflito entre árabes e israelenses, os países petrolíferos do golfo Pérsico decidiram aumentar unilateralmente em 17% o preço do petróleo, sem consultar as “sete irmãs”. Ao mesmo tempo, reduziram mensalmente em 5% o fornecimento aos países que apoiavam Israel no conflito, em especial os Estados Unidos e a Aliança do Atlântico (SANDRONI, 1989).

O preço do barril de petróleo, neste cenário, subiu de 3,03 para 3,65 dólares. Já ao final do ano de 1973, o preço do petróleo não

¹³ A OPEP formou-se no ano de 1960. O cartel reunia o Irã, o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita e a Venezuela, que se propunham a defender e estabilizar a estrutura de preços então existente. Aos países fundadores juntaram-se mais tarde Qatar, Indonésia, Líbia, Abu Dhabi (depois integrado à União dos Estados Árabes), Argélia, Nigéria e Equador, num total de 12 Estados-membros. No início dos anos 70, esses países respondiam por mais de 60% da produção mundial e quase 90% das exportações. Além disso, os países exportadores haviam gradativamente melhorado suas posições na economia petrolífera, elevando sua margem de lucratividade, realizando nacionalizações parciais ou integrais, retendo a propriedade das reservas, impondo condições às multinacionais do petróleo (SANDRONI, 1989, p. 233).

refinado proveniente do golfo Pérsico era 400% superior ao cobrado no início do mesmo ano; até meados de 1975, os preços quase quintuplicaram. Os países da OPEP viram suas receitas aumentarem em 25 bilhões de dólares em 1973 e 80 bilhões de dólares em 1974. Nesse ano, o bloco dos países do centro do capitalismo, incluindo os Estados Unidos, obtiveram um déficit global de 11,5 bilhões de dólares, e os países da periferia, como o Brasil, sofreram um déficit de 39,8 bilhões de dólares (SANDRONI, 1989).

Esses aumentos provocaram o que ficou conhecido como o “primeiro choque” do petróleo. O “segundo choque” viria alguns anos depois, em 1979. A Revolução do Irã, que culminou com a derrubada do xá Reza Pahlevi, provocou a queda da produção iraniana de 6,5 milhões de barris/dia para 235 mil barris/dia, o que não atendia nem mesmo ao consumo interno daquele país. O Irã, que era o segundo maior exportador da OPEP, retirava-se praticamente do mercado, para voltar mais tarde com uma produção de cerca de 2 milhões de barris/dia (SANDRONI, 1989).

Os acontecimentos verificados no Irã pressionaram para a formação de estoques por parte das companhias multinacionais. Os preços atingiram então níveis recordes; o petróleo foi comercializado a até 23 dólares o barril. No início de 1980, com a crise entre Estados Unidos e o Irã e o agravamento geral das tensões políticas e militares no Oriente Médio, os preços do petróleo por barril oscilavam entre 37 dólares cobrados pela Argélia, 34 dólares cobrados pela Nigéria e os 28 dólares cobrados pelo Iraque.

A crise do petróleo instaurou uma verdadeira crise mundial energética, atingindo fortemente as balanças comerciais de inúmeros países. Somado a isso, enquanto os Estados Unidos lidavam com uma profunda crise de capital e com a perda crescente de sua competitividade industrial, o Japão, por outro lado, amadurecia a ascensão meteórica de sua economia. O país, reconstruído literalmente das ruínas no pós-guerra, representou o prelúdio do deslocamento do eixo da expansão capitalista para a Ásia. A região foi extremamente beneficiada pelo dólar valorizado, resultando em um aumento significativo das exportações de produtos direcionados principalmente para os EUA e Europa. Silva (2015) denomina esta dinâmica de “nova globalização”, pois há o aumento da importância do Oceano Pacífico em relação ao Atlântico.

Esta “nova dinâmica”, bem como este deslocamento de eixo, remete a transformações e distorções de engrenagens superiores do sistema capitalista mundial. Como elucida Castro (2012), a mudança é algo próprio do capitalismo: ela se distribui desigualmente e, inicialmente, se concentra em algum segmento e daí se irradia para o restante da economia. Por isso, tais mudanças se avolumam e precipitam a tal ponto que se fala em verdadeiras revoluções ou mudanças de paradigma. A década de 1980 representa um destes momentos de mudança, sobretudo na esfera de produção, nos transportes e nas comunicações. Refletiu-se em dois principais planos: nos métodos de gerenciamento e organização do trabalho, e na introdução e rápida difusão da eletrônica, alavancados pela mutação dos métodos de gerenciamento e organização em curso no Japão.

Já nos anos 1980, as empresas japonesas conseguiam colocar no mercado produtos baratos e de alta qualidade, enquanto a Inglaterra, no polo oposto, colocava no mercado produtos caros e de má qualidade. É bem verdade que os Estados Unidos, por diversas vantagens ali desenvolvidas, conseguiam vender produtos baratos, ainda que de baixa qualidade, enquanto a Alemanha, dadas mais uma vez as características do seu sistema de produção, obtinha produtos de alta qualidade, porém caros (CASTRO, 2012).

Como elucida Mamigonian (1999), o centro do sistema capitalista é o responsável pela geração de nova tecnologia, apresentada ao mundo através das chamadas “revoluções industriais”. Retrospectivamente, obtivemos a primeira liderada pela Inglaterra, a segunda pelos Estados Unidos e a terceira pela Alemanha, que emerge, nas décadas de 1960 e 1970, sob a liderança japonesa. O autor pontua que essas revoluções estiveram e estão vinculadas aos saltos tecnológicos gestados nos períodos depressivos dos ciclos de Kondratieff.

Ademais, para Mamigonian (1999) o tipo de revolução industrial que o Japão então introduzia aos processos produtivos mundiais, a que ele denomina de “padrão alemão-japonês”, consistia num movimento de renovação tecnológica permanente, desde seu início, mesmo que a criação não seja própria. E, no caso específico do Japão, dada sua formação socioeconômica, deu-se através da via prussiana de alavancamento do capitalismo onde combinou-se a aliança das empresas-Estado-sindicatos com o planejamento central do MITI. Este tipo difere, portanto, do padrão inglês-americano, que consiste em grande impulso inicial e uma posterior perda de velocidade dada suas acumulações extensivas. Desta forma, o padrão tecnológico dos Estados Unidos no pós-guerra amparou-se na corrida armamentista e na política

de obsolescência programada dos produtos – modelos “novos” e materiais de baixa qualidade.

O Japão, ao longo de seu processo de reconstrução e desenvolvimento gestado após o fim da Segunda Guerra Mundial, emplacou expressivos índices de crescimento econômico nas décadas de 1960 e 1970. A partir de meados da década de 1960 em diante a balança comercial entre o Japão e os Estados Unidos se inclinou a favor do país asiático, em parte como reflexo da Guerra do Vietnã. A guerra acabou por se tornar extremamente custosa para os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a economia japonesa obteve lucros altíssimos com seu papel de área próxima de aquisições a sustentar a Guerra no Vietnã (CHOMSKY, 1985 apud VESENTINI, 1990, p. 61).

É fundamental lembrar que, além de possuir uma economia de excepcional dinamismo, o Japão vinha alcançando – até o final dos anos 1980 – notáveis vitórias na competição internacional. A rigor, corroborando com o que Mamigonian (1999) ressalta anteriormente, empresas líderes japonesas já estavam impondo novos padrões de conduta e conquistando muitos dos mercados que – por meio de suas estratégias de longo prazo – decidiam disputar. Assim foi, sobretudo, com os eletrônicos de consumo e com os semicondutores (CASTRO, 2012).

Contrariamente aos Estados Unidos, apenas 1% do Produto Nacional Bruto do Japão é gasto com despesas militares a cada ano, já que o mesmo não possui exército – graças às sanções feitas pelos Estados Unidos ao país em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Vesentini (1990) ressalta que este é um dos motivos que alavancaram a forte expansão econômica do Japão, sobretudo na indústria intensiva em tecnologia, já que não havia a necessidade de focar gastos em defesa externa, papel este que foi exercido pelo policiamento mundial estadunidense. Não foi por acaso que o governo de Ronald Reagan, na tentativa de controlar a economia nipônica e diminuir os excessivos déficits dos Estados Unidos frente às trocas comerciais com o Japão, pressionou o governo japonês no sentido de aumentar os gastos militares até cerca de 3% ou 4% do PNB.

Castro (2012) afirma que Japão e Estados Unidos dividiram a liderança no que tange a reestruturação industrial mundial e suas inovações. As empresas japonesas e seus produtos vinham colhendo surpreendentes êxitos, até mesmo em indústrias tradicionais como a automobilística, símbolo da supremacia industrial estadunidense desde o início do século. O Japão realizou tal desenvolvimento a partir de novas

formas de organizar o trabalho, gerenciar a produção e de se relacionar com os mercados no ambiente competitivo do fim do século 20.

Ainda de acordo com o autor, a economia japonesa parecia dispor de formas de organização a serem transpostas e adaptadas a outros ambientes socioeconômicos. Porém, nada poderia simbolizar melhor a reviravolta ocorrida no Japão do que seu peso relativo como nação exportadora de capitais. No período de auge daquela economia – do ano de 1986 a 1991 –, as saídas de capital do Japão superavam em 28% as exportações norte-americanas de capitais. Todavia, após a crise asiática, já no ano de 1997, estes mesmos índices já haviam caído para meros 23% do fluxo saída dos Estados Unidos.

Diante deste cenário, o país asiático, nesta conjuntura histórica específica, tornou-se a *possível nação* a desestabilizar a supremacia econômica dos Estados Unidos. Seguindo este raciocínio, Immanuel Wallerstein, autor contemporâneo da época, em obra emblemática “Após o liberalismo” (1995), ponderava sobre um possível mundo do século 21 em que o país norte-americano perderia seu posto de *hegemon* para dividi-lo com o Japão.

O livro foi escrito no final da fase Kondratieff B (1967-73), na qual os sintomas eram a desaceleração do crescimento da produção; diminuição na produção mundial per capita; aumento nos índices de desemprego do trabalho assalariado; queda do salário real na economia formal; aumento do endividamento público; deslocamento dos lucros da atividade produtiva real para ganhos provenientes de manobras financeiras; transnacionalização de indústrias para regiões com salários mais baixos; e crescente “ilegalização” da migração interzonal. Para Wallerstein (2002), esse conjunto de sintomas ocorreram causados por uma excessiva expansão global da produção, que acabaria se tornando a principal causa da crise em que o mundo mergulhou na década de 1970.

Wallerstein (2002) previa que o mundo entraria em uma nova “fase A” num período de “cinco a dez anos”, na qual “os três centros vigorosos dessa produção serão o Japão, a União Europeia e os Estados Unidos” (WALLERSTEIN, 2002, p. 28). Também determina: “nós deveríamos esperar no curso dos próximos 50 a 75 anos, que a potência marítima/aérea, o Japão, transforme a anterior potência hegemônica, os Estados Unidos, em seu parceiro subalterno” (WALLERSTEIN, 2002, p. 38). E, aposta igualmente na União Europeia: “em face dessa grandiosa aliança econômica [Japão e EUA], os membros da União Europeia deixarão de lado todas as suas desavenças secundárias, se é que já não o fizeram há muito tempo” (WALLERSTEIN, 2002, p. 40), cuja Europa formaria um “segundo mastodonte econômico e será um

concorrente de peso para o consórcio Japão-Estados Unidos” (WALLERSTEIN, 2002, p. 40).

Ainda segundo o autor, os Estados Unidos seriam “certamente daqui a dez anos o mais fraco dos três” (WALLERSTEIN, 2002, p. 28) assim como a China seria um mero produtor coadjuvante. Por fim, sentencia: “saímos de uma era de hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial e ingressamos numa era pós-hegemônica” (WALLERSTEIN, 2002, p. 19).

As previsões de Wallerstein (2002) não se concretizaram. Ora, é evidente que Wallerstein vivenciou a ascensão econômica do Japão da década de 1960 a 1980 – a que alguns chamam de “milagre japonês” –, do qual o país chegou a atingir o índice de 10% em crescimento real na década de 1960. Presenciou, igualmente, a reafirmação nacionalista da Europa, fato que poderia vir a concretizar uma “guinada” de poder no antigo centro hegemônico mundial.

Entretanto, em tempos atuais, em que o movimento separatista é forte em diversos países europeus – aspirando emancipação tanto da União Europeia, como é o caso do Reino Unido¹⁴ e República Tcheca, quanto territorialmente em seu próprio país, como é o caso da Escócia, Bélgica e Espanha –, apostar que o continente europeu constituiria um “mastodonte econômico” se distancia da realidade. Coube ao autor, com as ferramentas de análise de que dispunha na época, traçar uma possível trajetória na qual o Japão ultrapassaria o parceiro norte-americano e tornar-se-ia a grande potência mundial.

Outro caso asiático que alcançou seu auge de crescimento econômico neste período foi a Coreia do Sul, que Silva (2015) toma como um exemplo “clássico” do conjunto das promissoras experiências asiáticas, do qual descreve como paradigmático: na prática, a Coreia do Sul era reconhecida como um caso exemplar de equilíbrio fiscal e externo, e suas políticas estavam absolutamente de acordo com o receituário ortodoxo defendido pelo Consenso de Washington. O problema, segundo o autor, foi ter tomado recursos vultuosos e baratos no período de bonança e aplicá-los em investimentos de longa maturação.

Na retração, estes investimentos saíram rapidamente do país. Quando do pedido de empréstimo ao FMI para reequilibrar suas contas, a Coreia do Sul e todas as demais experiências asiáticas de ascensão

¹⁴Em acontecimento recente e histórico, o parlamento britânico aprovou o projeto-lei do Brexit em primeira votação, e em breve o Reino Unido deixará de fazer parte do Reino Unido (O GLOBO, 2017).

econômica, incluindo o Japão, tiveram de enfrentar condições mais duras: as taxas de juros do organismo se tornaram mais altas e os prazos dos empréstimos mais curtos.

Ao mesmo tempo em que o Japão e boa parte da região asiática se debatiam em um verdadeiro *default* econômico, os Estados Unidos se reafirmavam, novamente, como condutores do projeto de reconstrução pós-Bretton Woods, reforçados pelo desmoronamento da União Soviética e da queda do Muro de Berlim. Ensejava-se a construção de um ambiente internacional, em que os fluxos pudessem se deslocar livremente, fato que se concretizou a partir da década de 1980. O fim da Rodada Uruguai (1993) e da criação da Organização Mundial do Comércio (1995) oficializaram a instauração de uma ordem internacional muito mais aberta e integrada (CASTRO, 2012).

A solução vitoriosa ficou claramente identificada com o livre mercado – e muito particularmente com a economia dos Estados Unidos, contraponto por excelência do socialismo, desmontado na virada para a década de 1990. Inicia-se, desta forma, a grande comemoração do livre mercado, bandeira assumidamente empunhada pelo governo e pela elite estadunidense. Desqualificada a liderança japonesa, os Estados Unidos consolidam-se como potência incontestável e modelo a ser seguido (CASTRO, 2012).

Desta forma, agremiam-se as seguintes características para levar a uma “boa governança” econômica: a ausência do Estado protecionista; a abertura comercial e, sobretudo, a financeira; a relativa independência do Banco Central; o financiamento das empresas via bolsa de valores; a flexibilização do mercado de trabalho e a importância atribuída à regulação da concorrência, dentre outros. Tais características marcaram o moderno capitalismo dos Estados Unidos que deveriam ser replicados pelo mundo todo.

Como Castro (2012) ressalta, tais parâmetros passaram a ser entendidos como a própria racionalidade do sistema internacional vigente. Implantá-las passou a ser equiparado a suprimir desvios de conduta, ou, “na arrogante expressão que correria o mundo, fazer o dever de casa” (CASTRO, 2012, p. 167).

Ainda segundo o autor, estas manobras foram formuladas com o propósito de “aplainar” oportunamente o espaço mundial para a atuação e inserção das empresas internacionais, em um momento em que se intensificava a transnacionalização do parque produtivo dos Estados Unidos para a periferia capitalista. “Sem risco de exagero, se pode afirmar que a globalização, enquanto difusão internacional de regras e instituições, tendia a levar a hegemonia norte-americana à sua

plenitude” (CASTRO, 2012, p. 167). Esta plenitude, por sua vez, foi alcançada com a concretização da financeirização em âmbito mundial.

2.4A DIFUSÃO MUNDIAL DA FINANCEIRIZAÇÃO COMO RESPOSTA SISTÊMICA DO CENTRO DO CAPITALISMO: O NOVO SISTEMA ECONÔMICO INTERNACIONAL

Comumente, o fenômeno da financeirização é posta sob um recorte histórico preciso para a década de 1970 a partir da adoção do câmbio flutuante, decorrente da anulação do padrão dólar-ouro de Bretton Woods. Entretanto, muito antes da completa liberalização econômica do capital financeiro ocorrido nesta década, a financeirização já era regulamentada: o que mudou foi sua intensidade e abrangência. Após a crise mundial de 1929, os Estados Unidos, durante a administração do democrata Roosevelt, promulgaram a Lei Glass-Steagall (1933) a fim de estancar a “hemorragia” da crise mundial. Segundo Silva (2015), a lei agia principalmente para restringir as operações em mercado de capitais, além de impor rígida segmentação do mercado e especialização das instituições financeiras. Isto é: regulamentava a volatilidade do capital financeiro, evitando um novo distúrbio predatório que pudesse repetir o ano de 1929.

Posteriormente, a financeirização que inicia sua expansão na década de 1970 representa muito mais do que apenas outra etapa no processo da internacionalização do capital. Fala-se, na verdade, em uma nova configuração do capitalismo e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (CHESNAIS, 1996). Resultado da sobreposição de dois fenômenos econômicos característicos desta conjuntura histórica: o primeiro, caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914; e o segundo diz respeito às políticas de liberalização econômica, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas.

É a partir da década de 1970, portanto, que há a substituição gradual da tendência do Estado desenvolvimentista e de bem-estar social para a adoção da liberalização econômica sob o signo da globalização. Doravante, coube aos respectivos Estados nacionais conquistar a confiança dos investidores no mercado, flexibilizando os mecanismos de intervenção e regulamentação da economia:

Os principais instrumentos para tanto seriam a assunção de taxas flexíveis de câmbio, a liberdade para os fluxos financeiros internacionais, a introdução de metas inflacionárias nas políticas monetárias e a definição de políticas fiscais que assegurassem redução da relação percentual Dívida Líquida do Setor Público/PIB, vista como um indicador-síntese da sustentabilidade fiscal dos governos (SILVA, 2015, p. 75).

Desta forma, supera-se o longo período de acumulação capitalista do pós-guerra em que haviam mercados financeiros regulados, estabilidade financeira e elevadas taxas de crescimento econômico. As taxas de crescimento mundiais diminuem, o neoliberalismo entra em voga e o mercado financeiro torna-se progressivamente mais volátil e, conseqüentemente, ocorre um agravamento profundo da desigualdade nos países capitalistas de forma generalizada, privilegiando, principalmente, os 2% mais ricos de cada sociedade nacional (BRESSER-PEREIRA, 2012).

A partir deste contexto, o conceito de desenvolvimento se viu regido pela tendência de abertura de mercado – entrada e saída livre para o capital estrangeiro – e, principalmente, pela perda de autonomia e soberania de esmagadora parte dos países capitalistas em conduzir um desenvolvimento autocentrado e independente. Curvando a agenda nacional dos Estados à agenda do capitalismo financeiro, “a ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico” (HARVEY, 2014, p. 16).

O sistema financeiro, ao sobrepujar-se mundialmente, é o link que integra territorialmente as economias nacionais. Contudo, Chesnais (1996, p. 37) ressalta que essa “integração” se dá de forma a polarizar os Estados nacionais, isto é, “aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia”.

O mesmo autor pontua que, no contexto de difusão da financeirização, as instituições dominantes do capitalismo internacional não são mais os bancos nacionais, e sim os mercados financeiros e as organizações que neles atuam. Uma das conseqüências mais profundas da liberalização econômica e desregulamentação do sistema financeiro foi a quase completa perda de controle pelos bancos centrais, a começar pelo Fed americano, sobre a determinação das taxas de juros. Para

Chesnais (1996), a esfera financeira representa o posto mais avançado do fenômeno a que ele chama de “mundialização do capital”, cujas operações e fluxos atingem o mais alto grau de mobilidade.

As tendências dos mercados financeiros são estabelecidas exclusivamente pelos operadores mais poderosos e pelas agências de risco, havendo alta contradição entre as prioridades dos agentes especuladores financeiros com relação às necessidades da classe trabalhadora. Não é mais um Henry Ford ou um Carnegie – capitalistas dos grandes conglomerados de produção – quem comandam esse “novo capitalismo”, e sim “o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares” (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Portanto, em um contexto em que era questionada a possibilidade de a hegemonia econômica dos Estados Unidos ser exposta e fragilizada pela ascensão econômica asiática, a financeirização difundida e intensificada em escala mundial representou uma manobra do país norte-americano para se reafirmar enquanto potência. Ainda de acordo com Chesnais (1996), o poder do peso estadunidense aumenta no pós-financeirização, não apenas devido ao desmoronamento da União Soviética e de sua posição militar inigualável, e sim principalmente em função de sua posição no plano do capital financeiro, bem superior à que tem no plano industrial.

É desta forma que o imperialismo estadunidense logrou forjar uma saída estratégica para assegurar seus interesses no sistema internacional. Com o leste asiático e a Europa sob sua zona de influência, os Estados Unidos adentram o século 21 dominando as rédeas do capitalismo financeiro.

2.5A PROPAGAÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Institucionalmente, o neoliberalismo surge enquanto resposta direta à crise de acumulação capitalista mundial na década de 1970. No plano das ideias, se viu induzido, como já ressaltado anteriormente, a partir da agremiação de forças do ideário conservador agigantado a datar do colapso do socialismo na União das Repúblicas Soviéticas (URSS) e na Europa do Leste, assim como nos impasses do nacional-desenvolvimentismo no chamado Terceiro Mundo (GARCIA, 2010). No plano econômico, o fenômeno neoliberal foi difundido mundialmente para impor um paradigma de crescimento alternativo ao

desenvolvimentismo, às políticas keynesianas anticíclicas e de promoção do bem-estar social, típicas do período do pós-Segunda Guerra Mundial.

A crítica propagada pelos neoclássicos consagrou a tese de que a crise mundial fora desencadeada graças ao esgotamento das políticas do *welfare state* e dos compromissos fiscais assumidos pelo Estado e seus supostos excessos, especialmente no que diz respeito à incapacidade de manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento de produtividade (CARNEIRO, 2002). Desde então esta ideia transformou-se em senso comum e em ponto de convergência das políticas econômicas do mundo capitalista (FIORI, 1997).

À vista disso, as funções dos Estados nacionais foram remodeladas a fim de servir a este novo paradigma de desenvolvimento. Marilena Chauí (2013) ressalta que a transnacionalização mundial da economia reduziu a autoridade dos Estados nacionais enquanto um enclave territorial autônomo para o acúmulo de capital. Doravante, o centro econômico, jurídico e político internacional tornar-se-iam órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, operando sob o dogma da estabilidade monetária e do corte do déficit público.

Estruturalmente, a tônica para o “novo perfil” de desenvolvimento recomendado seria: 1) realização de uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados, reduzindo os impostos sobre o capital e as fortunas; 2) aumento dos impostos sobre a renda individual; 3) o afastamento da regulação da economia, privatizando as empresas públicas e deixando que o próprio mercado operasse a desregulação; e 4) abolição dos investimentos estatais na produção e do controle estatal sobre o fluxo financeiro.

Para os moldes de produção, isto significou o desmantelamento do modelo industrial de tipo fordista, com base no planejamento, funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, para dar espaço à fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas do trabalho produtivo, com a compra e venda de serviços do mundo em sua totalidade, isto é, uma produção baseada na terceirização e precarização do trabalho.

Chauí (2013) afirma que as relações de trabalho sob o corolário do neoliberalismo estão submetidas à preconização do desemprego estrutural, deixando de ser acidental e/ou expressão de uma crise conjuntural, já que o modelo não opera pela inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e consumo. Pelo contrário: para a autora, parte-se do princípio norteador da exclusão, que se realiza não só

pela introdução ilimitada de tecnologias de automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão de obra, que se torna obsoleta rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas¹⁵.

Por conseguinte, o poder e importância que havia no capital industrial deslocam-se para o capital financeiro, tornando o mesmo o coração e o centro nervoso do sistema capitalista mundial. A ampliação da desvalorização do trabalho produtivo, marca intrínseca do neoliberalismo, privilegiou enormemente o que Chauí (2013, p. 125) denomina de “a mais abstrata e fetichizada das mercadorias: o dinheiro”. Essa abstração, pontua a autora, transformou a economia em uma movimentação “fantasmagórica” das bolsas de valores e dos bancos – fantasmagórico porque não operam com a materialidade produtiva, e sim com o movimento vertiginoso e virtual das moedas.

Esse “novo” conservadorismo se propagou com velocidade durante a década de 1980 e sustentou as bandeiras da desregulação de mercados da chamada *globalização financeira* mundial. A partir dessa premissa, os Bancos Centrais passaram à condição de reféns dos mercados e dos agentes privados desterritorializados, de forma tão dura e explícita a ponto do conhecido empresário George Soros, ligado à especulação financeira, declarar: “Os mercados votam todos os dias. Eles forçam os governos a adotar medidas impopulares, mas indispensáveis. Hoje são os mercados que têm o verdadeiro sentido do Estado” (SOROS, 1995 apud FIORI, 1997, p. 85-86).

Nesse sentido, os mercados emergentes deveriam ser “docilizados” em nome de uma governabilidade financeira mundial bem além das fronteiras dos governos nacionais. Só restaria aos países a possibilidade de criar condições atrativas para o grande capital saneando seus ambientes internos (FIORI, 1997). Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990, foi a pioneira mundial a colocar o plano de “flexibilização” neoliberal em prática, seguida do presidente Ronald Reagan¹⁶, em 1981, nos Estados Unidos.

¹⁵Mamigonian (2001) faz um contraponto às afirmativas de Chauí (2013), ressaltando que o desemprego estrutural constitui-se enquanto pressuposto estrutural do próprio modo de produção capitalista, não havendo, portanto, nenhuma “novidade” nas relações de trabalho submetidas ao neoliberalismo da conjuntura de final de século XX.

¹⁶Apesar de ser comumente reconhecido como um expoente do neoliberalismo, o governo de Ronald Reagan (1981-1989) foi, na realidade, marcadamente keynesiano ortodoxo; o discurso do livre mercado e sua flexibilização foram propagados apenas para fora das fronteiras estadunidenses. Vicente Navarro

Thatcher dita a postura neoliberal em um de seus discursos: “A sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais, e suas famílias”, em que “todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade e dos valores familiares” (THATCHER, 1987, apud HARVEY, 2014, p. 32). Por neoliberalismo, devemos entender não apenas como um liberalismo econômico radical, mas também como uma ideologia hostil à classe trabalhadora.

François Chesnais (1996) critica o modo de os Estados Unidos imporem sua hegemonia “financeirizada” e neoliberal ao mundo. Para ele, o país representa a “fonte principal do parasitismo financeiro que está gangrenando o capitalismo mundial” (CHESNAIS, 1996, p. 19). Para o autor, no processo de pós-liberalização do sistema, a rivalidade entre os modos característicos de cada Estado organizar sua economia é irrelevante em um mundo completamente integrado à esfera financeira. É irrelevante pois a competição é injusta, já que as regras impostas aos demais integrantes do sistema são decididas pelos EUA. E dessa maneira, as “regras do jogo” são convenientes para eles próprios, isto é, as necessidades do capital financeiro são convenientes para o próprio país norte-americano, já que o mesmo representa seu epicentro de irradiação.

Através da financeirização e da difusão do neoliberalismo, os Estados Unidos, como ressaltado anteriormente, retomam a “dianteira” enquanto potência unipolar, apesar de seu déficit econômico estrutural que persiste até os dias atuais. Chesnais (1996) pontua que houve, de fato, uma notável reafirmação da posição do país na dominação capitalista mundial, diz o autor: “Há dez anos, o que mais chamava a atenção era o declínio da competitividade industrial americana, principalmente em comparação ao Japão” (CHESNAIS, 1996, p. 41). Em concordância, Silva (2015) pontua que a liberalização – teve seu amadurecimento durante o governo Reagan – foi funcional aos interesses estadunidenses ainda mais porque o país pôde finalmente “controlar os países industrializados, inclusive os rebeldes Japão e Alemanha, que acabaram por também liberalizar seus fluxos financeiros” (SILVA, 2015, p. 75).

(1991, p. 6) explica: “1) Reagan vem estimulando a demanda através de gastos militares, e não sociais: seu keynesianismo é do tipo militarista; 2) Reagan avançou mais que outros presidentes, não só estimulando o consumo mas também intervindo no mundo da produção. É paradoxal, para dizer o mínimo, que este keynesianismo militarista esteja sendo apresentado na Europa como um neoliberalismo”.

2.60 CONSENSO DE WASHINGTON PARA A PERIFERIA CAPITALISTA

Ao final de 1989, em meio ao ápice do *tatcherismo* e queda do socialismo soviético, uma entidade privada chamada Institute for International Economics (IIE) realizou em Washington, Estados Unidos, um seminário intitulado de *LatinAmericanAdjustment: HowMuch Has Happened?* Com a participação de diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Departamento do Tesouro do governo estadunidense, o objetivo do seminário era avaliar as políticas neoliberais recentemente iniciadas na América Latina (MATTOSO, 2010).

Deste encontro, nasceu o plano que coroou institucionalmente o fenômeno de liberalização dos mercados mundiais, o chamado *Washington Consensus* (Consenso de Washington). Os resultados do encontro foram alinhavados por John Williamson, diretor do IIE e ex-funcionário do FMI e do Banco Mundial, responsável por estruturar o conjunto de políticas de desregulação dos mercados, de abertura comercial e financeira e de redução do tamanho e do papel dos Estados nacionais.

Neste rol de políticas¹⁷, a distribuição de renda e a eliminação da pobreza deveriam surgir como um “passe de mágica”, exclusivamente graças ao resultado do jogo das forças da oferta e da procura de um

¹⁷ Segundo Mattoso (2010, p. 34):

Limitação dos gastos do Estado à arrecadação, eliminando o déficit público; redução dos gastos públicos e sua focalização; reforma tributária que ampliasse o peso dos impostos indiretos e diminuísse a progressividade nos impostos diretos; liberalização/desregulação financeira e retirada do Estado do setor; taxa competitiva de câmbio; liberalização do comércio exterior para impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação do processo econômico e das relações trabalhistas; defesa da propriedade intelectual.

mercado autorregulável e da soberania absoluta dos mercados desregulados. O Consenso de Washington se tornou uma *obrigataaos* países endividados que necessitavam dos empréstimos do FMI¹⁸, visando adequar suas economias às novas regras estabelecidas, bem como se deixar monitorar pela instituição que concedia o financiamento (MATTOSO, 2010).

O programa do Consenso de Washington consistiu em uma estratégia sequencial de três fases: a primeira, responsável pela estabilização macroeconômica, prevê prioridade absoluta a um superávit fiscal primário¹⁹ e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; em segundo lugar, a dedicação ao que o Banco Mundial chama de “reformas estruturais”, isto é, liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais; e, por último, a etapa definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico (FIORI, 1997).

A rebaixa geral de tarifas e da supressão do protecionismo permitiria, segundo o modelo do Consenso de Washington, a entrada de novos produtores estrangeiros nos mercados nacionais, o que garantiria a concorrência por excelência. Desta forma, isto acarretaria em uma gestão mais eficiente de vários segmentos produtivos via mudança de propriedade, além da eliminação de vários monopólios estatais, considerados ineficientes. E, ainda, a abertura seria uma “via de mão dupla”, pois ao mesmo tempo em que levaria à concorrência nos mercados locais, igualmente permitiria o acesso fácil aos mercados externos (CARNEIRO, 2002).

Por fim, as palavras-chave que definiram o *mainstream* do pensamento neoliberal para a década de 1990 foram “descentralização”, “competitividade”, “desregulação”, “novo pacto federativo”. Dentre essas novas palavras de ordem, duas caracterizaram efetivamente o

¹⁸ Como foi o caso brasileiro na década de 1990, como elucidaremos no capítulo 3.4.

¹⁹ Segundo Sandroni (1989, p. 303):

Em orçamentos públicos o superávit significa uma receita superior à despesa decorrente de um aumento da arrecadação ou um decréscimo dos gastos. No balanço de pagamentos, significa que a soma de todas as entradas de divisas decorrentes das várias operações com o resto do mundo é superior às saídas de divisas originadas nestas mesmas operações.

núcleo duro da estratégia liberal-conservadora imposta: “reformas estruturais e governabilidade” (FIORI, 1997, p. 34).

É importante ressaltar a função extremamente ideológica em que o Consenso de Washington está embebido. Ora, ele representa nada mais do que a legitimação do discurso da *necessidade* de se fazer, no contexto da década de 1990, a liberalização econômica e abertura total dos mercados das economias em desenvolvimento. Torna-se o processo da globalização como um fenômeno material, tecnológico e produtivo que induz a respostas nacionais necessárias e universais, isto é, como solução única aos problemas econômicos da periferia capitalista.

Ou seja, se confunde intencionalmente a irreversibilidade desta globalização econômica e seus ajustes, como se a mesma fosse independente das vontades internas dos países e de suas coalizões governamentais, quando de fato, a chamada *globalização* não é nada mais do que o resultado de decisões políticas e econômicas tomadas de forma cada vez mais concentrada por oligopólios e bancos globais e respectivos governos do centro do capitalismo. Essa linearidade ou inevitabilidade é, aliás, a marca essencial que define o conceito do consenso, e explica a homogeneização das políticas econômicas dos governos (FIORI, 1997).

Foi desta forma, para todos os efeitos, que os Estados Unidos e a governança internacional do centro do capitalismo mantiveram o continente latino-americano sob sua guarida ao final dos anos 1990. A hegemonia política estadunidense finaliza o século 20 como o “grande vencedor” unipolar e enquanto superpotência econômico-financeira, tecendo uma complexa rede de dominação institucional, política e econômica por todo o território mundial. As forças de produção capitalista, por sua vez, foram profundamente subjugadas a um arranjo que se torna, cada vez mais, financeirizado e globalizado, conjugando, já ao início do século 21, expressivos desafios para as economias em desenvolvimento em todo o mundo.

Este segundo capítulo pretendeu, de forma sucinta, desenvolver um contexto generalizado da organização espacial mundial ao longo do século 20, abarcando, sobretudo, o contexto do pós-guerra e a consolidação da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos. Através deste processo, o espaço mundial foi hierarquizado a fim de irradiar o capitalismo e suas relações de poder pelo mundo em sua totalidade.

No capítulo a seguir, procuramos sair desta escala *macro* para convergir, especificamente, em como o Brasil se desenvolveu sob a totalidade desta conjuntura, igualmente de um contexto do pós-guerra até a virada para o século 21. Para tal, procuramos elucidar, principalmente, de que forma e *como* ocorreu a industrialização brasileira e seu consequente desenvolvimento na relação centro-periferia dentro do sistema capitalista até o final da década de 1990, momento em que o Brasil é posto sob a governança do Consenso de Washington.

3A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO NO SÉCULO 20

Falar da formação socioeconômica brasileira ao longo do século 20 é, obrigatoriamente, relacioná-la às transformações estruturais que ocorreram dentro do próprio sistema capitalista mundial. Como discorrido ao longo do capítulo 2, com o fim da Segunda Guerra Mundial inaugura-se um novo parâmetro de modelo de desenvolvimento. Fundamentado sob a modernidade tecnológica, o consumo de massas e a busca por um elevado padrão de vida, este paradigma foi concebido como o “ideal” a ser reproduzido em escala internacional, sobretudo pelos países em desenvolvimento. Deixando para trás os tempos de precaução e restrição de um longo período de guerra, adota-se o lema de desenvolver-se, avançar, produzir e reconstruir.

Dentro desse cenário, o Brasil foi inserido no vórtice de expansão capitalista que então se anunciava no horizonte mundial, navegando sob ventos favoráveis para seu desenvolvimento; tanto por conjuntura internacional quanto por mérito próprio, como veremos adiante. Contudo, por estar inserido na zona periférica, esteve constantemente vulnerável a restrições e estrangulamentos de desenvolvimento que acabariam por tornar-se estruturais. Como bem elucidou Ignácio Rangel (2005), a economia periférica pode ser estudada como um organismo primitivo, que tem parte do seu corpo dentro e outra parte fora do território nacional. Isto é, a periferia está simbioticamente combinada e dependente do centro capitalista.

Entretanto, mais do que um mero “país periférico”, o Brasil historicamente surge como uma grande exceção: um gigante, extremamente desbalanceado e heterogêneo, que conseguiu – do imediato pós-guerra até o início da década de 1980 – manter uma média de crescimento de 7%! De 1980 para 1981, porém, como é bem sabido,

cessa a expansão brasileira, tendo início uma longa semi-estagnação, que se estende, pelo menos, até o ano de 2003 (CASTRO, 2012).

Se existissem apenas as economias complementares e as centrais, estaríamos muito próximos ao esquema centro-periferia de Raúl Prebisch e Celso Furtado. Entretanto, há diferenciação para algumas economias continentais, como é o caso do Brasil, da China e da Índia, por exemplo – a que Castro (2012) chama de economias “baleia” – que desempenharam, ao longo do século 20, vigoroso processo de desenvolvimento. Para o autor, além de produzir competitivamente para o comércio externo, estes países possuem um potencial de mercado interno gigantesco implícito no oceano de trabalhadores desses territórios. Tanto a primeira quanto a segunda propriedade, contudo, só vieram a ter pleno significado para o Brasil a partir dos anos 2000.

No caso do Brasil, estas prerrogativas econômicas encontraram subsídio no modelo do Estado desenvolvimentista, que substituiu os moldes coloniais de primário-exportador. Dessa forma, o Brasil se lançou com surpreendente êxito na corrida do emparelhamento (*catching-up*) com os centros mais desenvolvidos – guardando, contudo, algumas de suas características originais e historicamente diferenciadoras. Instaura-se, no período da década de 1930 a 1980 o florescimento de uma verdadeira ideologia desenvolvimentista²⁰ no Brasil, lançando-se à defesa da renda interna. Inúmeras instituições são criadas visando acompanhar e orientar o comércio exterior e fomentar o crescimento de novas atividades (CASTRO, 2012).

A consolidação dos planos e metas mobilizadoras para o desenvolvimento requisitaram o patrocínio de lideranças políticas de grande peso e gravitação, como ressalta Castro (2012). Exemplos foram o primeiro e segundo mandato de Getúlio Vargas, bem como o governo de Juscelino Kubistchek e de Ernesto Geisel, representando decisões que definiram, por muitos anos, os rumos da economia nacional. Sua sustentação continuada no tempo não poderia, contudo, ser assegurada por simples personagens políticos. Afinal, alguns dos grandes objetivos tinham prazo de maturação anunciado que chegava a ordem dos 10 anos, período muito superior à extensão do mandato de um presidente.

²⁰O economista Eugênio Gudín assim resume o que denomina de “industrialização às caneladas” característica do período, sobretudo a partir da década de 1950: “Não havia quem resistisse; não houve indústria que não se montasse” (GUDÍN, 1965, apud CASTRO, 2012, p. 69).

3.10 ESTADO DESENVOLVIMENTISTA REGENDO O BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

A definição de *Estado desenvolvimentista* repousa na concepção de que cabe ao Estado reger as políticas econômicas do país. Mais do que isso, a ação do Estado transcende as políticas instrumentais – como as políticas monetárias, cambiais e fiscais –, ampliando seu domínio a medidas de maior envergadura. Fonseca (2013) define que a ação do Estado se estende a medidas estruturais e institucionais, com alcance de longo prazo e capazes de abrir novos caminhos e alternativas: leis, códigos, empresas estatais, órgãos, conselhos, tratados internacionais e projetos de impacto, como de infraestrutura.

É crucial ressaltar que o viés do Estado desenvolvimentista não foi uma característica restrita somente ao território brasileiro. Para Amsden (2009), este foi um fenômeno difundido em escala internacional no pós-Segunda Guerra Mundial por uma série de países periféricos: Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Indonésia, Tailândia, Índia, América Latina e, como analisaremos especificamente no capítulo 4, a China. Esse conjunto de países obtiveram seu efetivo desenvolvimento tardiamente, e, ainda, de forma diferenciada do centro capitalista.

Segundo a autora, as estratégias desempenhadas por estes países em desenvolvimento se guiaram por meio de quatro principais premissas: “bancos de desenvolvimento; administração de conteúdo local; exclusão seletiva (a abertura de alguns mercados para transações seletivas enquanto outros se mantinham fechados); e a formação de empresas nacionais” (AMSDEN, 2009, p. 227).

No caso específico do Brasil, se formos detalhar as fases de seu desenvolvimento ao longo do século 20, podemos perceber uma periodização muito visível em concomitância a marcantes acontecimentos geopolíticos internacionais. Neste capítulo, inicialmente nossa análise se deterá na formação do desenvolvimentismo nacional que vigorou de 1930 a 1980, com ênfase a seu início – sob o governo de Getúlio Vargas – e ao seu auge e subsequente fim – durante o período da ditadura civil-militar, no governo de João Figueiredo.

Fonseca (2013) pontua que neste período há de ser feita uma diferenciação no *perfil* de desenvolvimentismo: o primeiro, durante a gestão varguista, se deu com base em ampliação dos direitos sociais, maior distribuição de renda e crescimento econômico relativamente estável; o segundo, gestado no governo JK e que aparece com maior ênfase a partir de 1964 com a ditadura civil-militar, se dá de forma mais internacionalizante e menos disposto a políticas redistributivas.

Para estes fins, o Estado brasileiro assumiu função dupla de planejador e realizador. Isto é, exerceu papel de principal coordenador de investimentos de diversas formas exemplos mais claros são: a criação de empresas estatais, formação de infraestrutura, tais como, energia, transportes, comunicação e saneamento básico e formação de alguns setores industriais (principalmente siderurgia, petróleo/petroquímica e extrativa mineral (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013) assim como o apoio ao investimento privado pela via de crédito subsidiado, incentivos fiscais, proteção contra importações, promoção de exportações e atração ao capital estrangeiro.

Contudo, este desenvolvimento voltado para o mercado interno com o devido esforço da industrialização por substituição de importações foi amplamente facilitado pela conjuntura específica da crise mundial de 1929, como explica Rangel (2005, p. 715):

Nas fases recessivas, a economia dos países cêntricos limita sua demanda dos nossos produtos de exportação, deprimindo ao mesmo tempo os preços desses produtos [...] agravando nossos termos de intercâmbio. Temos um estrangulamento da capacidade para importar, o que, num país periférico, de economia complementar, corresponde a um grave desajustamento intersetorial. O esforço de substituição de importações sobrevém, pois, como uma reação orgânica.

Usando as palavras de Celso Furtado (1981, p. 29), “o impulso dinâmico da economia gerou-se dentro dela mesma”. Apesar disso, é importante ressaltar que o projeto nacional-industrializante voltado para o mercado interno não excluía o capital estrangeiro nem os setores agrários; estes, inclusive, embora divididos, mais o apoiaram do que lhe fizeram oposição, embora se registrem resistências entre os segmentos ligados à exportação (FONSECA, 2013).

A gênese do modelo desenvolvimentista via Estado encontra-se, sem dúvida, na figura política de Getúlio Vargas. Todas as instituições brasileiras modernas, salvo o Banco Central, possuem seu toque ou influência. Retrospectivamente, a indústria existente até o início do século 20 no Brasil consistia basicamente por um setor de bens leves, tais como a indústria têxtil, fabricação de algodão, sabão, velas, sacaria para embalagem de café etc. Ou seja, a indústria nacional ocupava-se da produção de artigos “desprezados” pelo produtor estrangeiro,

geralmente de valor menor, por não possuir bases técnicas modernas para competir com o produto importado.

A industrialização brasileira teve início, portanto, “às avessas”, pelo Departamento II – indústria típica dos bens de consumo duráveis e não duráveis, próxima ao mercado consumidor e de pequena demanda energética – sem possuir um Departamento I – indústrias de bens de produção ou de bens de capital, de investimentos a longo prazo e de grande demanda energética.

Sem um Departamento I, nenhuma economia pode engendrar o próprio ciclo, nem, de um modo geral industrializar-se, nas condições em que nos coube fazê-lo – com drástica contração da capacidade para importar (RANGEL, 2005). Anteriormente à década de 1930, os interesses agrários não permitiam que se adotasse uma política ostensivamente protecionista, com tarifas suficientemente elevadas para o desenvolvimento de uma indústria autônoma (MONTEIRO, 1990).

A lacuna deixada pelas forças produtivas brasileiras no desenvolvimento de infraestrutura e setores estratégicos – tais como exploração de jazidas minerais, sistema de transporte, sistema bancário, seguradoras, comércio, produção de aço e metal-mecânicos, indústria química etc. – abriu caminho para a instalação de inúmeras sociedades de capital estrangeiro no Brasil a partir dos anos 1900.

Alguns exemplos de capital estrangeiro que fixaram-se no Brasil foram: a empresa canadense de energia elétrica Light S. A. (1905, ano de estabelecimento em solo brasileiro); The National City Bank of New York (1915); The American Chemical Works Inc. (1917); International Machinery Company (1917); United States Rubber Export Co. Limited (1917); Brazilian Tobacco Corporation (1917); American Steel Export Company (1918); American Coffee Corporation (1920); Ford Motor Company (1920); Firestone Tire and Rubber Company (1923); Great American Insurance Co. (1924); Goodrich Rubber Co. of Brazil Inc. (1928); S/R Refinações de Milho Brazil (1929); dentre muitas outras, como assinala Monteiro (1990).

Com a crise internacional do ano de 1929 e a consequente retração econômica mundial, a atividade cafeeira, principal sustentáculo econômico do país, ficou seriamente ameaçada. Inclusive, a nível político, a crise foi a responsável por criar conjuntura favorável para a ascensão do presidente Getúlio Vargas, de cunho progressista-nacionalista. Lira Neto, biógrafo de Vargas, descreve a tensão política e econômica do período das eleições presidenciais em 1930:

Naquele fatídico outubro de 1929, uma crise econômica sem precedentes abalava o cenário internacional após a quebra da Bolsa de Nova York. A bolha especulativa que mantivera na estratosfera os índices das ações de repente explodiu, confirmando os prognósticos dos especialistas que haviam advertido para o artificialismo da euforia coletiva que se apossara pouco antes do mercado norte-americano. O chamado crash transformou a ebulição financeira em incerteza e agonia. Os Estados Unidos ficaram à beira do colapso e uma reação em cadeia ameaçou se espalhar pelo planeta. No Brasil, o setor cafeeiro, base de sustentação de Júlio Prestes, inevitavelmente pagaria o maior preço pela tragédia (NETO, 2012, p. 368).

A política de defesa e valorização do preço do café funcionou de um modo relativamente eficiente até o fim da década de 1920. Entretanto, somada à onda desestabilizadora da crise de 1929, a economia cafeeira encontrou seu limite de expansão. Sua vulnerabilidade se expôs no momento em que a produção do café, artificialmente estimulada, cresceu além de proporções estáveis e a situação acabou tornando-se insustentável.

Persistir na antiga política de valorização cambial – isto é, valorizar o café em preços superiores em descompasso com a realidade de compra do mercado estrangeiro – acabou por desequilibrar a oferta *versus* a demanda. E, ainda, é importante salientar que o financiamento dos estoques de café brasileiro era feito à custa de capital externo; como a crise internacional direcionara as reservas de capital dos principais compradores de café (América do Norte e Europa) para questões mais urgentes, simplesmente não havia como solucionar o paradigma cafeeiro. Sobre a crise cafeeira reforçada pela crise de 1929, Neto (2012, p. 369) descreve:

Os mercados encolheram, bem no momento em que os cafeicultores brasileiros, às voltas com surtos de superprodução, já vinham encontrando dificuldade em negociar o produto por um preço atrativo. O governo paulista, que sempre socorrera o setor apelando a empréstimos internacionais a fim de comprar os excedentes – para estocá-los em armazéns reguladores e assim garantir a estabilidade do valor das sacas -, não poderia

manter o velho estratagema, pois as fontes de capital externo haviam secado. Por consequência, diante da grande oferta e da quase nenhuma procura, as cotações do produto despencaram. Os armazéns reguladores e o porto de Santos, abarrotados, passaram a ser apelidados de “cemitérios de café”.

O principal mote eleitoral de Vargas era, justamente, fazer o deslocamento do polo dinâmico dominante da economia brasileira do setor agroexportador cafeeiro lentamente à industrialização do país, assunto caro para diversos setores da sociedade brasileira, em especial para a burguesia ascendente e ao empresariado. Inaugurada a gestão de Vargas, inicialmente os investimentos industriais voltados ao mercado interno passaram a substituir os investimentos voltados à agricultura exportadora, que continuou a existir, mas foram se tornando progressivamente menos relevantes para a dinamização da economia brasileira (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013).

A fuga de capitais do setor cafeeiro rumo ao setor industrial criou as condições necessárias para iniciar no Brasil as prerrogativas necessárias para a implantação das indústrias de base, assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do polo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia (MENDONÇA, 1990).

Podemos citar quatro elementos básicos, descritos por Mendonça (1990), que foram cruciais para a sustentação dessa nova conjuntura nacional: 1) A criação de uma rede de centralização efetiva dos comandos – expressa na colaboração de um plano de desenvolvimento que, pela primeira vez, integrava agricultura, indústria pesada e a emergência de massas; 2) A afirmação da empresa pública como fator de dinamização do desenvolvimento – face à notória fragilidade da empresa privada nacional diante das tarefas impostas pelo salto industrializante; 3) A fundação de um banco de investimentos (o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE); e 4) Finalmente, o delineamento de uma nova articulação entre empresários e Estado. Isso ilustra a ambição do governo varguista em adaptar a conjuntura socioeconômica brasileira para uma divisão de trabalho dentro dos moldes internacionais.

Este arranjo conjuntural espelha fielmente o tripé estratégico – bancos de desenvolvimento, exclusão seletiva e formação de empresas nacionais – que Amsden (2009) identifica como estratégias-padrão de

ascensão econômica adotadas pelas principais economias em desenvolvimento no pós-guerra. Com relação à “exclusão seletiva” que a autora se refere, em linhas gerais tratou-se das sucessivas Instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)²¹ que ocorreram ao longo deste período.

Cabe destaque à Instrução 25, lançada em 1947 durante o interregno de Vargas no governo de Eurico Gaspar Dutra, em que admitiu-se que os problemas cambiais do país deviam ser administrados de forma deliberada e planejada pelo governo. Em substituição aos mecanismos “espontâneos” de mercado, passaram a se estabelecer, por intermédio de diferentes instrumentos, prioridades a determinadas importações, ao privilegiarem-se produtos classificados como essenciais (FONSECA, 2013).

Fonseca (2013) pontua que a seletividade de importação corresponde com o projeto de substituição de importações e opção pela continuidade do projeto de desenvolvimento acelerado, assentado na industrialização, que vinha sendo implementado desde a década de 1930. Formulava-se, desta maneira, uma transferência de renda do setor exportador para a indústria, carente de produtos importados. O mesmo autor explica que por bens essenciais, entendiam-se os bens de capital e intermediários, como insumos básicos necessários à produção industrial e à modernização agrícola em detrimento a produtos que já eram produzidos internamente ou cuja oferta doméstica se pretendia estimular, bem como a de considerados supérfluos.

Outro ponto crucial para dar suporte ao desenvolvimentismo via Estado foi a consolidação dos bancos de desenvolvimento. Amsden (2009), refletindo sobre a conjuntura internacional do pós 2ª Guerra Mundial, explica:

A infraestrutura foi o primeiro grande alvo dos bancos de desenvolvimento do pós-guerra. Diversamente da construção de ferrovias no pré-guerra, projetos infraestruturais como a eletrificação, a construção de rodovias, a irrigação, o saneamento e aeroportos geraram uma demanda substancial por insumos fabricados

²¹ A SUMOC é o órgão precursor do Banco Central, responsável pelas políticas cambiais, essencial para a manutenção das relações comerciais e financeiras do Brasil. Como ressalta Sandroni (1989), os termos em que se expressam a política cambial refletem, em última instância, as relações vigentes entre os países com base no desenvolvimento econômico alcançado entre os mesmos. É, portanto, um instrumento deliberadamente político.

localmente (muitas das produtoras de bens de capital pesado no Brasil, por exemplo, resultaram de desdobramentos de projetos de infraestrutura pública) (2009, p. 229).

No Brasil, esta iniciativa deu criação ao órgão mais relevante para o aprofundamento do desenvolvimento industrial e econômico nacional, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Criado em 1952 enquanto autarquia federal, posteriormente em 1967 foi repassado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; em 1971, transformou-se em empresa pública jurídica de direito privado; e em 1982, houve a mudança de nome para Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), permanecendo vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral até os dias atuais.

O BNDE foi criado com o objetivo de ser formulador e executor de políticas exclusivas ao desenvolvimento econômico. Ora, a conjuntura internacional na década de 50 era justamente caracterizada por uma situação de escassez de financiamento externo. Recorrer a financiamento interno foi a alternativa viável para garantir a efetivação de um projeto de desenvolvimento tão ousado e aprofundado. Em concordância, Cavalcante (2013) observa que nossa indústria de base foi praticamente financiada internamente pelo BNDE como agente fundamental, tendo seu capital alavancado por meio de um adicional sobre o imposto de renda. O BNDE financiou, sobretudo, projetos de infraestrutura de transportes, energia e de implantação industrial.

Conclusivamente, podemos afirmar que foi durante o governo Vargas (1930-45/1951-54) que se estabeleceram as bases para a edificação do projeto econômico modernizante do Brasil através de políticas desenvolvimentistas. Cavalcante (2013) ressalta as principais medidas políticas e econômicas criadas durante este período pensadas e executadas pelo Estado:

[foram criados] órgãos, institutos e comissões que visavam a manutenção dos compromissos com o desenvolvimento nacional, com destaque para as empresas criadas no setor de financiamento (Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais; Banco do Nordeste; Banco de Crédito do Amazonas), entre outros. Assim

como no setor de infraestrutura e geração de energia (Comissão de Desenvolvimento dos Transportes; Comissão Executiva do Carvão Nacional; Eletrobras; Petrobras (CAVALCANTE, 2013, p. 93).

Subsequentemente, até a década de 1980, os sucessivos governos prosseguiram reproduzindo o padrão desenvolvimentista, porém sob ênfases diferentes. Especifiquemos, agora, como se deu este processo na segunda metade do século 20.

O presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) inaugura um momento otimista na economia brasileira. Sob a metassíntese dos “cinquenta anos em cinco”, o país conheceu a euforia do Plano de Metas, que legitimou a ideologia do Estado desenvolvimentista rumo a um novo e inédito patamar de modernização. Diferentemente do governo antecessor que priorizava o capital nacional com fortes restrições ao capital estrangeiro, o projeto desenvolvimentista de JK se deu de forma a priorizar a internacionalização da economia brasileira, como salienta Mendonça (1990, p. 343):

Após o tumultuado interregno do governo Café Filho [vice de Vargas] inaugurou-se a gestão de Juscelino Kubitschek (1956), marco da vitória do novo projeto industrializante em gestão. A opção pela abertura da economia ao capital estrangeiro superava o “modelo” econômico até então vigente, acenando com a possibilidade de transformações estruturais aceleradas através da implantação de um núcleo capitalista dinâmico e integrado.

Esta ruptura se deu sobretudo em dois níveis: ao definir um novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado; e no do estabelecimento de novas estratégias do financiamento para a industrialização brasileira, através da abertura de capital. Kubitschek articulou, sob a vigência de seu Plano de Metas, a tentativa de ingressar em um patamar mais avançado da industrialização brasileira, como ressaltam Bielschowsky e Mussi (2013, p. 190):

Nova etapa da história mundial: as grandes empresas europeias e norte-americanas tinham descoberto o Brasil como um dos destinos preferenciais para suas aplicações naqueles primórdios da mundialização produtiva no setor; e soldava-se naquele momento, no país, o tripé capital estatal-capital nacional-capital estrangeiro, que agenciou o processo de industrialização brasileiro.

A abertura ao estrangeiro se expressou na entrada maciça de empresas multinacionais no país, principalmente no setor de bens de consumo duráveis, com ênfase à indústria automobilística. Os autores Castro e Souza (1985) assinalam que a inserção do capital internacional ocorre em toda a América Latina, como uma tentativa dos respectivos governos nacionais de diversificação de seus parques produtivos nacionais. Ou seja, automóveis e seus similares foram produzidos em grande escala pela primeira vez no continente sul-americano. A expansão das montadoras formou importantes polos industriais no Brasil, como a região do grande ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul).

Não obstante, a inserção das multinacionais estrangeiras revelou que o país, por mais que nas décadas anteriores tivessem realizados inúmeros esforços direcionados para a expansão do Departamento I industrial, possuía bases frágeis e incompletas quando comparadas aos setores industriais avançados do centro capitalista. Para prosseguir com o processo de substituição de importações, o Brasil teve que, contraditoriamente, elevar enormemente seu nível de importação.

Castro e Souza (1985) explicam que feita a “substituição”, a produção internalizada requeria a aquisição no exterior de determinadas matérias-primas, peças e componentes. Ao inaugurar uma demanda expressiva para suprir um novo setor industrial, ficaram evidentes inúmeros gargalos em setores estratégicos de infraestrutura, tais como aço, petróleo, diversos metais, químicos etc. Ao não dispor destes insumos básicos para sustentar a produção, o período foi caracterizado igualmente por um crescimento violento do volume de importações de bens intermediários.

A ampliação de importações cada vez mais vultuosas acabou engendrando um ciclo dependente e vicioso: “A própria substituição de importações se encarregaria de repor – e talvez, mesmo, agravar – o estrangulamento externo, renovando-se com isto o impulso à

substituição [...] que se realimenta a si mesmo” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 61). Análises de cunho cepalino, como a da economista Maria Conceição Tavares, defenderiam que a substituição de importações repousava sob um paradoxo contraditório. “O estrangulamento externo repunha-se com o incremento da substituição de importações e era a variável mais vulnerável desse modelo de industrialização” (FONSECA, 2013, p. 45).

A consequência foi uma dívida externa que praticamente dobrou até a década de 1960, reforçada por uma situação deficitária na balança comercial e índices de inflação crescentes, como demonstra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Produção industrial x Inflação

Anos	Produção industrial % a. a.	Inflação % a. a.
1958	16,2	14,2
1959	11,9	33,5
1960	9,6	17,3
1961	10,6	43,6
1962	7,8	42,2
1963	0,2	88,4
1964	5,2	82,2
1965	5,0	69,7

Fonte: RANGEL (2005, p. 706).

Essa devastadora crise econômica se prolongou nos dois próximos conturbados governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64). Reforçada pela conjuntura internacional da Guerra Fria, a crise econômica acabou por derrubar o período constitucional no Brasil e impeliu o país rumo a uma ditadura civil-militar.

3.20 AUGÉ E A DECADÊNCIA DO DESENVOLVIMENTISMO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

No ano de 1964, com o golpe civil-militar, o Brasil inicia o período de ditadura mais longo da América Latina (1964-1985). No que tange ao planejamento econômico, representou duplamente tanto o auge quanto o esgotamento do padrão desenvolvimentista coordenado via Estado. Como Castro (2012) ressalta, diversas vezes já se disse que a adesão ao desenvolvimento econômico como proposta revelava a busca ou mesmo a “necessidade” de legitimação por parte do regime militar para a sociedade. Os interesses agrário-regionais – em princípio vitoriosos com o movimento de 1964 – não encontraram guarida para suas demandas, nem muito menos conseguiam traduzir suas aspirações como *proposta alternativa*.

O desenvolvimento tomado como “norte” do projeto político-econômico ditatorial foi reafirmado de forma ostensiva – e beligerante – no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) de 1968-1970, além dos três consecutivos Planos de Desenvolvimento I (1971-1974), II (1975-1979) e III (1980-1985), que apresenta-se o objetivo econômico dos militares sem timidez: “Ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século” (CASTRO, 2012).

Resumidamente, Bielschowsky e Mussi (2013) identificam três períodos com perfis de desenvolvimento diferentes ao longo dos vinte e um anos de ditadura: **a)** de 1964-67, em que “foi ampliado o arcabouço institucional orientado ao processo de industrialização”; **b)** de 1968-80, período no qual houve crescimento acelerado e “forte ampliação da participação do Estado na condução da economia” e **c)** após 1980, em que passa a predominar “fraco desempenho econômico e, com ele, forte recuo na participação estatal na coordenação e nos estímulos aos investimentos, bem como sua execução” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013, p. 171). Os três períodos são acompanhados por seus respectivos planos de desenvolvimento.

Começaremos nossa análise do período militar pelos anos de 1968-73, em que o Brasil emerge da crise econômica que vinha se arrastando desde a década anterior. Comumente conhecido como “milagre econômico” – por ter obtido um crescimento de 11,4% ao ano –, o país vive uma conjuntura propagandeada, por parte dos militares, como de “euforia” e de construção do “Brasil potência”. Esse crescimento excepcional, gestado durante o I PND, foi possibilitado tanto por conjuntura interna – via ocupação da capacidade ociosa do setor produtivo brasileiro – quanto por conjuntura externa, como ressalta Batista:

A rápida expansão do comércio mundial, o crescimento sincronizado das economias industriais, a elevação dos preços dos produtos primários e a tremenda liquidez do sistema monetário internacional que se observou neste período determinaram um quadro absolutamente extraordinário para o crescimento das economias dos países em desenvolvimento (1987, p. 67).

Castro (2012) pontua que, a propósito do período identificado como “milagre brasileiro”, além da pujança revelada pelas taxas de crescimento do mercado interno (que no período corresponderam a mais de 23% para bens duráveis de consumo), cifra equivalente estava sendo ofertada para as empresas sediadas no Brasil, sobretudo para a exportação de manufaturas. Através da exportação, a “jovem” estrutura industrial brasileira faria sua estreia no mercado internacional, buscando naturalmente se inserir nos espaços mais acessíveis. Isso significava, naquela conjuntura, em lançar na competição internacional o que havia de mais novo, ágil, e ainda fortemente protegido, no tocante ao mercado doméstico brasileiro: uma estrutura produtiva emergente.

Contudo, este otimismo econômico brasileiro não duraria muito. No ano de 1973, com a eclosão da primeira crise internacional do petróleo, explanada no capítulo 2.3, o Brasil deparou-se com um entrave para prosseguir sustentando seu crescimento econômico. O corolário da conjuntura de 1973 lançou o Brasil – e, de forma geral, todos os países importadores de petróleo – em bases instáveis. Por ser importador de 80% do petróleo que consumia e, principalmente, por este ser literalmente o “combustível” de sua projetada expansão industrial, o país se viu em uma situação na qual a substituição de importações de petróleo e outros insumos no curto prazo eram obviamente muito limitadas (BATISTA, 1987).

Rangel (2005) ressalta que a crise do petróleo assumiu efeitos imediatos em escala mundial, traduzindo-se por um aumento significativo de valor na cadeia produtiva de inúmeros produtos e, conseqüentemente, desencadeando forte desequilíbrio na balança de pagamentos dos países importadores, “especialmente no Terceiro Mundo e na acumulação de saldos sem precedentes em muitos dos países exportadores do mesmo produto” (RANGEL, 2005, p. 721).

Face a isso, o Brasil tinha duas alternativas: fazer um ajustamento ortodoxo que implicaria claramente a diminuição de crescimento econômico, indesejado pelos militares; ou se lançar em uma nova etapa

de desenvolvimento, apesar das dificuldades. Escolhida a segunda opção, inaugura-se o período da “economia em marcha forçada”, negando-se a delegação ao mercado à condução das decisões econômicas. Doravante, o Brasil adota o binômio crescimento *com* endividamento, que o levará na década seguinte, inevitavelmente, a novo surto da crise de dívida externa.

O plano de levar adiante o processo de desenvolvimento econômico é concretizado sob o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel. Castro e Souza (1985) ressaltam que o plano seria o responsável pelo amadurecimento do parque produtivo brasileiro, com a promessa de que “o Brasil se empenhará em cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento”, enfrentando a conjuntura mundial de turbulência com a necessária redução da dependência externa.

Era crucial para os militares prosseguir com a marcha desenvolvimentista, visto que o momento era propício para tal: os investimentos do I Plano Nacional de Desenvolvimento, a “safra do milagre”, recém estavam amadurecendo. Ainda de acordo com Castro e Souza (1985), encontrava-se em curso, no ano de 1974, um volume sem precedentes de investimentos, decididos a partir do galopante crescimento do mercado interno, ocorrido nos anos anteriores. Na visão do governo, retroceder implicaria um enorme custo para a estrutura do país e principalmente para a legitimação do regime militar.

Amsden (2010) pontua que a redução da dependência externa se fez da seguinte maneira: com a crise do petróleo que de súbito abalou a balança de pagamentos do Brasil, o governo decidiu intensificar seu programa de substituição das importações, como declarado no II Plano de Desenvolvimento Nacional. Em linhas gerais, o II PND pode ser sintetizado em dois pontos principais: **a)** ampliar a base do sistema industrial, dando prioridade ao setor energético e **b)** aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. “O projeto de industrialização nacional, que teve como primeiro grande marco a batalha pela moderna siderurgia, é ali ostensivamente assumido” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 45). Os anos 70 reproduzem em escala gigante o surto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

O II PND representou, portanto, o auge do desenvolvimentismo via Estado, ao deixar claro que as mudanças descritas pelo programa requerem a ativa presença do mesmo como o único agente capaz de engendrar as mudanças institucionais que o país necessitava, como ressaltam os autores:

O avanço da ação reguladora do Estado, mediante políticas de estímulo e orientação das decisões privadas, bem como a ocupação de novos espaços pelas empresas públicas, era algo inerente à decisão maior de levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e responder ao estrangulamento externo através da reestruturação do aparelho produtivo (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 42).

O principal sujeito da industrialização tornou-se a grande empresa estatal. Os gigantescos investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa. Desta forma, o II PND propunha corrigir os desbalanceamentos setoriais existentes, elegendo como prioritários os setores de insumos básicos, o setor energético e o de bens de capital.

Tornava-se, assim, mais evidente do que nunca o papel do Estado na coordenação do desenvolvimento brasileiro a partir de objetivos estabelecidos. O fenômeno aparece descarnado nas palavras do Ministro do Planejamento dos governos de Médici e Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, em uma entrevista:

Para fazer funcionar setores pesados de rentabilidade baixa e de prazo de maturação longo, você precisa de incentivos governamentais [...] se você quiser atuar inteiramente através do sistema de mercado, nas condições atuais da economia brasileira [...] não vai ter o setor privado atuando em siderurgia, em fertilizantes, em petroquímica, em metais não ferrosos, etc (VELLOSO, 1976 apud CASTRO, 2012, p. 71-72).

A meta principal se tornou importar menos e aumentar a produção nacional, como aponta o autor:

Nos casos do aço, alumínio, silício, petroquímicos intermediários, resinas termoplásticas e celulose, o Brasil passou de uma posição altamente dependente do produto importado em 1974-1975 para uma posição de exportador de uma parcela significativa da sua produção (BATISTA, 1987, p. 74).

Foi notável o enorme esforço empreendido pelo Estado na década de 1970 para estruturar o parque industrial brasileiro em seus diversos setores. Ao optar pela estatização, o governo ergueu um robusto departamento de bens de capital, dotando o país da capacidade de engendrar seu próprio ciclo produtivo com menor dependência externa. Entretanto, quando nem bem terminava a década de 1980, o Brasil foi alcançado pelo segundo choque do petróleo, no ano de 1979, com os principais programas e projetos oriundos do II PND em pleno andamento.

Castro e Souza (1985) explicam que o valor das importações de combustíveis líquidos saltou do patamar de US\$ 4 bilhões para valores próximos a US\$ 10 bilhões entre 1980 e 1982, seguida da expansão dos juros pagos ao exterior de US\$ 2,7 bilhões em 1978 para US\$ 9,2 bilhões já em 1981, combinados com a inevitável derrocada do preço de importantes produtos primários que o país exportava.

A conjuntura internacional tornou a situação brasileira insustentável, visto que os superinvestimentos realizados pelo I PND e II PND resultaram inequivocamente em crescente endividamento externo, como aponta Furtado (1981, p. 52), “a dívida externa, que era de 12,5 bilhões de dólares em 1973, salta para 43,5 bilhões em 1978”. O Brasil não tinha outra alternativa senão retroceder.

Desta vez, havia um enorme contraste da situação brasileira em relação à conjuntura de 1974, em que se optou por deslanchar um desenvolvimento forçado para sobreviver à crise. Os investimentos oriundos do milagre já haviam sido em maior ou menor medida digeridos; a safra de investimentos de 74 já se encontrava em adiantado estágio de maturação. A opção pela adoção de novos investimentos, como havia sido feito anteriormente, simplesmente não era mais viável (CASTRO e SOUZA, 1985).

3.30 ESGOTAMENTO DO DESENVOLVIMENTISMO VIA ESTADO NA DÉCADA DE 1980

Em solo nacional, a nova conjuntura internacional – segundo choque do petróleo e financeirização – atrelada à conjuntura nacional – crescente dívida externa – constituíram uma mudança brusca e radical no destino das políticas econômicas brasileiras. Com a nova elevação de preço do barril de petróleo, os juros internacionais explodem e a estabilidade econômica nacional artificialmente sustentada desaba. De uma história de sucesso, a economia brasileira, a partir do biênio 1979-

1980, passou subitamente a uma sucessão interminável de crises. O equacionamento dos desajustes macroeconômicos, especialmente no tocante ao balanço de pagamentos e à inflação, passa a centralizar todas as atenções.

A partir da chamada “década perdida” dos anos 80, a taxa de crescimento médio da economia decaiu exponencialmente, como demonstram Bielschowsky e Mussi (2013, p. 197): “A taxa de crescimento médio da economia no período caiu de 8,8% no período 1968 a 1980 a 1,7% entre 1981 e 1994, e a expansão média anual dos investimentos, de 11,3% a -0,4%”.

Face a esse complexo cenário, o objetivo do então ministro do Planejamento, o economista Delfim Netto, foi conduzir o país de volta “à economia de mercado” com a utilização de uma terapia convencional ortodoxa. Segundo Castro e Souza (1985, p. 53), o ministro tinha a visão de que o governo anterior optou por “um programa que estava muito acima de nossa capacidade de poupança”. Além disso, acrescentou que o consumo engendrado a partir do “milagre econômico” foi mantido acima da realidade possível do país: “O Estado brasileiro já desempenha o papel do Estado em 1980, e a economia brasileira está em 1950. Produzimos como se estivéssemos em 1950 e distribuímos, realmente, em 1980” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 53).

Afinado com o espírito neoliberal que permeava o mundo, Delfim pregava a regeneração da economia através de políticas de austeridade e da implantação de uma autêntica economia de mercado, isenta de interferências do Estado, aberta à competição internacional e guiada por preços livremente estabelecidos. O governo iria ainda mais longe na aceitação do receituário ortodoxo, argumentando que havia a necessidade de tornar a economia brasileira mais “eficiente”. Esta receita implicava, diretamente, a eliminação de subsídios e redução da intervenção direta e indireta do governo (CASTRO; SOUZA, 1985).

Sob as novas políticas de contenção e restrição, coube às empresas públicas abrirem espaço para as empresas privadas em detrimento à anterior prioridade dada às estatais desde o governo de Vargas, ação política concretizada na criação da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST), no segundo semestre de 1979. As estatais, que assumiram posições hegemônicas nas transformações desencadeadas pelo II PND, passam a ser vistas como um dos problemas mais complicados da economia brasileira (CASTRO; SOUZA, 1985).

Outra mudança radical realizada foi o fim da prioridade industrial, regressando à predileção da exportação de primários

enquanto atividade econômica majoritária. Voltou-se a falar das vantagens comparativas que estariam nos setores agrícola e mineral, a retomada haveria de vir através da expansão agrícola e a maior capacidade de importar, em decorrência do crescimento das exportações primárias.

Bielschowsky, Silva e Vernengo (2013) especificam que essa mudança radical do padrão de desenvolvimento se deu, de forma geral, em toda a América Latina, tornando o endividamento externo e o descontrole subsequente das contas públicas conjunturais. “Nesses anos, sob o impacto de maxidesvalorizações provocadas pela crise da dívida externa, as economias da América Latina passaram por altas taxas de inflação – que só não ocorreram na Colômbia” (BIELSCHOWSKY, R; SILVA, C. E; VERNENGO, M, 2013, p. 58). Estruturalmente, este foi o panorama econômico latino-americano que precedeu o Consenso de Washington.

Para Amsden (2010), as crises da dívida externa iniciadas na década de 80 se deram, principalmente, pela tendência do Estado desenvolvimentista de super expandir-se, fenômeno semelhante ao que ocorreu com o Leste Asiático com a crise do final dos anos 90. Em síntese, tais eventos revelaram as fragilidades do Brasil em uma conjuntura econômica que perpassava por significativas mudanças no capitalismo mundial.

Registre-se, apenas, como eloquente sinal da inflexão do comportamento da economia brasileira, o fato de que a produção industrial que cresceu em média 8,9% ao longo da década de 1970 (sem que em qualquer ano ocorresse queda no nível de produção) e em 1980 cresceu 9,1%, sofreu uma queda de 10,4% no ano de 1981 (CASTRO, 2012).

O Brasil, nos anos seguintes, viveria uma conjuntura nacional caracterizada por desemprego em massa – que na década de 1990 tornar-se-ia gritante, como analisaremos adiante –, abertura comercial, sucateamento da indústria brasileira e submissão às autoridades financeiras internacionais. E é por este conjunto de variáveis que, para todos efeitos, a década de 1980 é considerada como um marco específico de esgotamento do longo período conhecido como *desenvolvimentismo via Estado* no Brasil.

No entanto, ainda que a era desenvolvimentista tenha atingido seu ápice durante o período militar, é importante fazer algumas ressalvas sobre o modelo econômico empregado e seus consequentes desdobramentos à sociedade. Bielschowsky e Mussi (2013) comentam

que, de fato, a ditadura deu força total ao plano desenvolvimentista que estava em vigor:

A institucionalidade em defesa do desenvolvimento com forte participação do Estado foi ampliada e reforçada, e as políticas monetária, fiscal e cambial foram direcionadas ao crescimento econômico e à geração de competitividade nos setores de bens comercializáveis com o exterior (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013, p. 191).

Rangel (2005), de forma semelhante, ressalta que não seria justo dentro da historiografia econômica brasileira afirmar que o período da ditadura militar tenha defasado o desenvolvimento da economia nacional. Ao contrário, é bem possível que o tenha acelerado, levando às últimas consequências uma industrialização que, nas condições de uma estrutura agrária histórica, começava a encontrar seus próprios limites.

Todavia, a elevação dos índices econômicos se deu a duras penas. Para sustentar políticas econômicas progressistas, o governo utilizou-se da amarga fórmula do arrocho salarial dos trabalhadores combinado a uma funcional concentração de renda. Furtado (1981) e Bielschowsky e Mussi (2013) ressaltam que o período ditatorial conjugou: privilégio dos consumidores de rendas médias e altas; benefício à produção de bens mais sofisticados e menos essenciais; repressão feroz aos sindicatos e movimentos trabalhistas; e, conseqüentemente, produção de desigualdades sociais altamente polarizadas entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana.

Para ilustrar, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE no ano de 1975, revelou que 44% das famílias brasileiras estavam incluídas no que se considerava a faixa de pobreza, com acesso a uma renda total inferior a dois salários mínimos. Como o salário mínimo decresceu naqueles últimos 20 anos, o que se pode concluir, ao menos, é que cerca de metade da população foi excluída de qualquer benefício do considerável aumento de produtividade econômica ocorrido durante esse período (FURTADO, 1981).

Ou seja, ainda que o período militar seja considerado como um momento de glorificação e robustez do desenvolvimento econômico brasileiro, não seria justo, nesta análise, desconsiderar o viés social ao tratar de tal tema. É importante mostrar a realidade concreta que os índices e balanços econômicos positivos mascaram. Nas palavras de

Furtado (1981, p. 42), o desfecho da era desenvolvimentista se traduz em um cenário nacional em que “poucas vezes ter-se-á imposto a um povo um modelo de desenvolvimento de caráter tão antissocial”.

A intenção da primeira parte deste capítulo foi descrever, de forma sucinta, como se deu a estruturação do modelo de desenvolvimento articulado e promovido ativamente pelo Estado ao longo de meio século (1930-80) no Brasil. O que se conclui é que houve, de fato, a implementação consciente e deliberada de um projeto nacional-desenvolvimentista no qual o governo, de forma vertical, pôs em prática medidas diretas em prol do progresso econômico brasileiro em suas sucessivas fases de desenvolvimento e seus correspondentes desafios da conjuntura internacional. O Estado, assumindo o papel de coordenador de investimentos, articulador e formador de setores industriais e doador de subsídios e incentivos fiscais, foi o principal ator de um longo e intenso projeto. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento, longe de ser contínuo e homogêneo, caracterizou-se por uma diferenciação de perfil ao longo dos sucessivos governos.

Dentro da conjuntura nacional da época, o modelo significou deixar para trás o perfil agrário e desindustrializado para se lançar à busca de um desenvolvimento autônomo e da concretização de um país industrializado e moderno. Com efeito, o Brasil efetivamente construiu instituições modernas, ergueu um parque industrial próprio e inseriu-se ativamente na divisão internacional do trabalho, ainda que tenha adentrado na década de 1980 com expressiva dívida externa.

3.4A DÉCADA NEOLIBERAL DE 1990

Retomando a conjuntura econômica e política mundial do século 20 explanada ao longo do capítulo 2, sabidamente os choques do petróleo na década de 1970 acabariam por irradiar uma crise generalizada por todo o globo. No continente latino-americano, esta mesma crise demarcou o limite do desenvolvimentismo com base no Estado gestado durante décadas. Concomitante a esta conjuntura externa, o Brasil exaltava a luta pela democratização em forte mobilização popular para dar fim à mais longa ditadura civil-militar da América. Contudo, os anos 1980 representaram um melancólico prelúdio para a democracia brasileira, pois o panorama econômico

estava determinado pelo fim do padrão de financiamento externo, a paralisia econômica e uma exultante dívida externa.

Desta forma, o futuro das políticas de desenvolvimento do país se deparou com duas possíveis agendas: a de insistir em um desenvolvimentismo superado, instável no plano macroeconômico e, muitas vezes, politicamente autoritário, ou integrar-se à conjuntura internacional que então se anunciava, marcada pelo neoliberalismo e celebrado pelos supostos êxitos colhidos no Reino Unido de Margaret Thatcher ou no Chile de Augusto Pinochet.

Historicamente, a América Latina, desde o pós-guerra, foi denominada, de forma genérica, na categoria dos *developing countries* (“países em desenvolvimento”); posteriormente, com a industrialização via substituições de importações, o classificaram de *new industrialized countries* (“novos países industrializados”); já na década de 1980, em *debts countries* (“países devedores”). Entretanto, foi na primeira metade dos anos 90 que as bolsas de valores eliminaram do conceito a ideia de país, ao incluir o continente no distinguido grupo mundial dos *emerging markets* (“mercados emergentes”), impondo intensa pressão para a América Latina abrir sua economia (FIORI, 1997).

O fenômeno dos “mercados emergentes” foi, portanto, uma criação do capital financeiro monopolista com o intuito de eliminar barreiras à entrada e saída instantânea de especulação financeira e de *homogeneizar* partes do globo em mercados potenciais. Isto explica o porquê do volume de capitais deslocados para os chamados *países devedores* da América Latina terem crescido cinco vezes desde 1990 independentemente da base produtiva dos distintos países.

Como pontua Fiori (1997, p. 70), “esta foi a forma em que uma fatia da América Latina chegou à era da globalização – exclusivamente financeira – que se estende e multiplica de forma exponencial”. Desta forma, quaisquer políticas keynesianas de defesa da produção ou do emprego foram caracterizadas como inflacionistas, de forma que os mecanismos regulatórios do *welfare state* perderam sua vigência e passaram a ser substituídos pela desregulamentação, flexibilização e privatização, elementos inerentes à chamada *globalização* capitaneada pela ideologia neoliberal.

Um após o outro, os países da América Latina foram engolidos pelo consenso neoliberal. Após a experiência de crise da dívida, sucessivamente os países latino-americanos foram colocando à frente do Executivo governos notoriamente neoliberais, com exemplos como Carlos Menem, na Argentina; Carlos Salinas, no México; Alberto

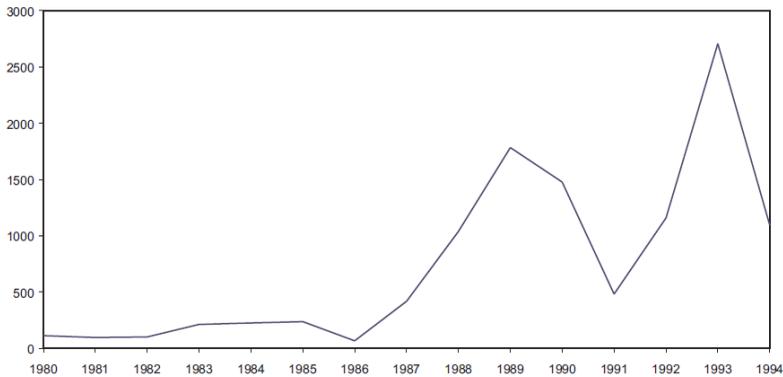
Fujimori, no Peru; Rafael Caldera, na Venezuela; e, no Brasil, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Sem exceção, o continente reorientou seu curso econômico com a assistência dos países do chamado “Primeiro Mundo”, ao que Fiori (1997) chama de um “novo colonialismo” sediado pelo escritório do então diretor do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus. A América Latina deu as boas-vindas a investidores estrangeiros com o oferecimento das mais altas taxas de juros do mundo.

Ao tratar do desenvolvimento brasileiro na década de 1990, queremos salientar que nossa análise privilegia uma visão crítica ao neoliberalismo, pois defendemos a teoria de que nem Collor e nem Fernando Henrique lograram diminuir ou sequer atenuar o histórico déficit social brasileiro. Muito pelo contrário, trataram de aprofundar as disparidades sociais de forma substantiva, colocando à frente políticas que fragilizaram, principalmente, a classe trabalhadora. Não por acaso, ao fim do primeiro governo FHC se somava a mais alta taxa de desemprego registrada na história da República – e sabe-se do efeito multiplicador que o desemprego possui em face da questão social (NETTO, 1999).

Enquanto a hegemonia neoliberal já se impunha abertamente no México, na Argentina e no Chile, no Brasil a mesma se inicia no ano de 1990 com a eleição de Fernando Collor a Presidência da República. Para Emir Sader (2010), Collor representou a solução da direita à crise inflacionária do país, tornando o Estado o principal alvo de transformações significativas através da desregulamentação da economia: privatizações, abertura econômica, precarização das relações de trabalho, enfraquecimento do Estado e substituição do tema do desenvolvimento pelo da estabilidade monetária.

Entretanto, o Plano Collor fracassou. Acabou por resultar na retomada de um crescente processo inflacionário, como demonstra abaixo o Gráfico 1. Apesar da taxa de inflação decrescer consideravelmente no ano de 1990, no ano seguinte a mesma torna a crescer vertiginosamente. Dessa forma, o período Collor concedeu ao Brasil uma acentuada retração da atividade econômica, estagnação nos dois curtos anos de governo (interrompido por um processo de *impeachment*), ampliação do desemprego, elevação da pobreza e da desigualdade (MATTOSO, 2010).

Gráfico 1 – Taxa de inflação – IGP-DI (198-1994)



Fonte: FGV, (1999 apud PINHEIRO et al., 1999, p. 15).

Ainda que o *impeachment* de Collor tenha interrompido a primeira tentativa de imposição do modelo neoliberal ao Brasil, seu consenso já estava instalado no país, com a devida criminalização do intervencionismo via Estado e predileção pelo “livre mercado”. A nomeação de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Economia no governo de Itamar Franco e sua posterior eleição como presidente permitiram consolidar este processo. Como o entorno latino-americano demonstrara, a hegemonia neoliberal crescia de forma avassaladora na região. FHC, ao impor como tema central a luta contra a inflação, retomando os temas de Collor de forma mais coerente e articulada, triunfou e fechou o período de transição democrática, no qual a hegemonia neoliberal saiu, por fim, vitoriosa (SADER, 2010).

Mesmo que essa hegemonia tenha se consolidado, de fato, durante o governo FHC, no período anterior (1990-1994) o capital especulativo estrangeiro obteve ganhos significativos: a proteção à indústria foi drasticamente reduzida, com a efetiva abolição do **Anexo C**, “uma lista da qual faziam parte cerca de 1300 produtos com importação proibida em razão da produção de similar nacional” (CARNEIRO, 2002, p. 313).

O cronograma de abertura e desregulação previsto pelas políticas do Consenso de Washington foi, no caso brasileiro, efetivamente antecipado: no ano de 1993, o país já atingira as metas propostas em termos nominais, e a abertura da indústria nacional, em 1994, já havia

alcançado os patamares acordados no âmbito do Mercosul e que teoricamente deveriam ser atingidos apenas em 2006 (CARNEIRO, 2002).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) trouxe para dentro das fronteiras brasileiras o programa de estabilização e reformas neoliberal, orquestrado por seu Plano Real, “perfeitamente consistente com os desígnios do G-7 e da chamada comunidade financeira internacional” (FIORI, 1997, p. 27). FHC fez do Plano Real sua *alma matere*, para tal feito, valeu-se de alianças que remontaram à “tradicional coalizão em que se sustentou o poder conservador no Brasil” (FIORI, 1997, p. 17), isto é, estabelecendo um governo que apontou “ferozmente para a direita” (FIORI, 1997, p. 59). Para Singer (1999), foi o Plano Real quem elegeu Fernando Henrique Cardoso, inicialmente denominado “Plano FHC” pela imprensa.

Vitorioso no primeiro turno das eleições, o governo FHC rapidamente deu celeridade ao projeto político financeiro da globalização sob o pretexto de “modernização do país” e do “ingresso ao Primeiro Mundo”. Essa orientação se tornou evidente em dois aspectos: ao utilizar o Plano Real como instrumento de estabilização monetária, propiciando a abertura completa do mercado brasileiro de bens e serviços; e, conjuntamente, empregando forte redução do papel estatal, promovendo inúmeras privatizações do patrimônio público, assim como a redução ao financiamento das políticas sociais voltadas para a esmagadora massa da população a pretexto da necessidade de redução do déficit público (NETTO, 1999).

O governo FHC apostou todas suas fichas na “modernidade” supostamente virtuosa da globalização financeira, com o *marketing* de que a mesma geraria uma nova era de avanços da razão e da técnica, sem ganhadores ou perdedores, *per se* benéfica ao país (MATTOSO, 1999). Desta forma, bastava “integrar” o Brasil rapidamente à comunidade financeira internacional, dispensando a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas de defesa da produção e emprego nacionais. O tripé *abertura econômica e financeira discriminada, sobrevalorização do real e elevados juros* acabou por gerar uma profunda desestruturação produtiva que atingiu o mercado de trabalho.

3.50 GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PLANO REAL

Especificamente, o Plano Real consistiu em uma combinação de abertura comercial, liberalização financeira e o estabelecimento de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, utilizando-se das importações baratas como elemento de força contra eventuais pressões inflacionárias internas. Singer (1999) pontua que, na véspera do lançamento da nova moeda, o governo liberou por decreto a importação de milhares de produtos, levando a abertura gradativa do mercado interno, iniciado por Collor, a um inédito patamar. A taxa cambial foi inicialmente fixada, por construção, em US\$ 1,00 = R\$ 1,00.

É importante ressaltar que o Consenso de Washington não prevê, necessariamente, a valorização cambial enquanto parte do processo de liberalização econômica. Contudo, a taxa em relação ao dólar apreciou-se rapidamente em 1994 e, a partir de então, manteve o mesmo patamar até a desvalorização e posterior flutuação em 1999 (CARNEIRO, 2002). Diferentemente da abertura de mercado para as importações, a valorização do câmbio tem efeitos diretos sobre os preços e, portanto, para a competitividade brasileira nas exportações.

O crescimento econômico gerado no pós-Plano Real teve como principal premissa o movimento expansivo do consumo privado, favorecendo a expansão da produção, sobretudo de bens de consumo durável, assim como o aumento das importações. No entanto, Mattoso (1999) ressalta que a combinação engendrada pelo Plano Real – abertura, sobrevalorização cambial e elevados juros – inevitavelmente tornaria o crescimento econômico insustentável.

A conjuntura de juros altos e câmbio desvalorizado criada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso incentivou fortemente a expansão do Investimento Direto Externo (IDE) no Brasil. Como a conjuntura internacional sinalizava forte movimentação de capitais em direção aos mercados emergentes, a época do lançamento do Plano Real foi extremamente “feliz” neste sentido (SINGER, 1999). No período pós-crise mexicana, de 1994 a 1998, o IDE mais que decuplicou no Brasil (MATTOSO, 1999).

A bem da verdade, estas parcelas expressivas de IDE dirigiram-se quase que exclusivamente à compra ou fusão de empresas brasileiras com estrangeiras, resultado do vasto programa de privatizações promovidos ao longo da década de 1990, primeiramente durante o governo Collor e posteriormente durante os governos FHC, em que as privatizações obtiveram força máxima. Mattoso (1999) diz ainda que houve intensa desnacionalização e deslocamento do controle acionário das empresas brasileiras, mas “sem implicar necessariamente na ampliação da capacidade produtiva instalada” (MATTOSO, 1999, p.

119). Conforme Lesbaupin e Mineiro (2002) pontuam: como o pensamento político-econômico neoliberal vigente pregava o abandono dos “excessos” intervencionistas do Estado na economia, a única solução possível seria, pois, a redução da presença do mesmo, a redução dos gastos públicos, assim como “a passagem de toda atividade econômica estatal para o setor privado: Estado mínimo e mercado livre” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 29).

Engendrou-se, portanto, a quebra do padrão de crescimento com base no tripé empresa estatal - empresa multinacional - empresa nacional privada. A partir de então, a participação do Estado no setor produtivo é redefinida por meio de privatizações significativas. O capital estrangeiro trespassa as fronteiras nacionais a fim de produzir uma profunda mutação na estrutura de propriedade das empresas, havendo substancial crescimento da empresa estrangeira em detrimento às demais. Desta forma, as fusões e aquisições capitaneadas pelo capital estrangeiro expandiram-se em volume ao longo de toda a década no país, em um processo “inerentemente concentrador, ampliando a presença dos oligopólios globais no Brasil” (CARNEIRO, 2002, p. 340).

O Plano Nacional de Desestatização (PND), criado pela Lei nº 8.031 de 1990, fez com que no período de 1991 a 2002 ocorressem a privatização de 69 empresas e participações acionárias federais nos setores elétrico, petroquímico, de mineração, portuário, financeiro, de informática e de malhas ferroviárias. Os sucessivos ajustes fiscais reduziram a capacidade de investimento do Estado e ampliaram a deterioração dos serviços públicos.

Em muitos casos, essa deterioração dos serviços públicos era utilizada como demonstração da necessidade de sua privatização, como parte de uma campanha de desmoralização das estatais e do Estado. Isso se verificou em praticamente todos os setores, sendo um dos casos mais graves o ocorrido na área da energia, quando houve o apagão nacional no ano de 2001. Em outros casos, a privatização era simplesmente recomendada como medida de grande impacto visando ao restabelecimento da confiança de investimentos no Brasil (MATTOSO, 2010).

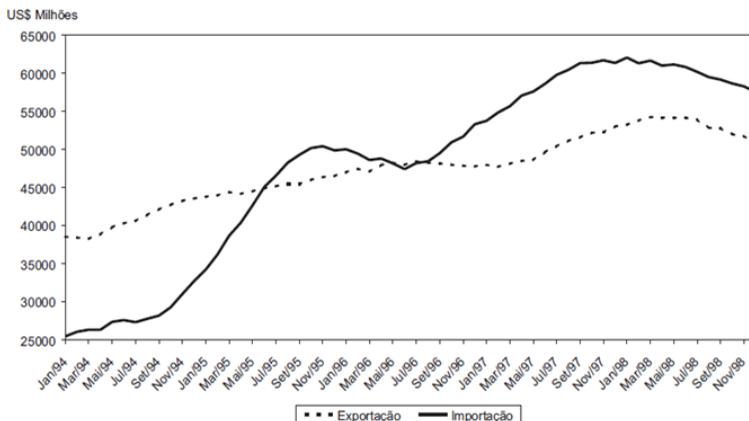
Consequentemente, Mattoso (1999) chama a atenção para uma especialização regressiva durante a década de 1990, cuja ampliação da desnacionalização levou à substituição da produção nacional pelas importações estrangeiras competitivas, tais como componentes-peças e matérias-primas. Isso levou à redução do valor agregado no Brasil de suas cadeias produtivas mais complexas, como a indústria automobilística e o setor eletrônico. Pode-se falar, também, em

desindustrialização, com o fechamento de inúmeras linhas de produção e até mesmo de unidades fabris inteiras. Lesbaupin (1999) equipara o modelo de desnacionalização brasileira com a “privatização selvagem” promovida por Margaret Thatcher no Reino Unido.

No caso das exportações, Carneiro (2002), resumidamente, ressalta que o crescimento das mesmas na década de 1990 se situaram na média mundial, porém bem abaixo dos demais países em desenvolvimento. Do ponto de vista dos mercados de destino das exportações brasileiras, houve significativas mudanças durante a década: houve uma diminuição de peso direcionado aos países desenvolvidos e, em compensação, “ampliou-se a relevância dos países de regiões mais pobres, especialmente do Mercosul e do restante da América Latina” (CARNEIRO, 2002, p. 332).

Já as importações cresceram o *dobro da taxa* mundial e sensivelmente acima dos outros grupos de países, originadas principalmente das áreas desenvolvidas. O Gráfico 2, apresentado a seguir, ilustra esse processo de inversão da balança comercial, pontuando que no mês de maio de 1995 a taxa de importação ultrapassa a de exportação, e assim prossegue até o final da década. Num sentido geral, a abertura comercial brasileira resultou em uma especialização da estrutura produtiva ao elevar o coeficiente importado de “5,7% em 1990 para 20,3% em 1998” (CARNEIRO, 2002, p. 315).

Gráfico 2 - Balança Comercial: conceito físico- Acumulado em 12 meses (1994-1998)



Fonte: MDIC (1999 apud PINHEIRO et al., 1999, p. 25).

O que a ideologia neoliberal de Washington prevê é que a contrapartida desta especialização deveria ter resultado, igualmente, em uma ampliação do coeficiente exportado capaz de compensar a perda de mercados doméstico. “O que, todavia, não ocorreu, pois este último elevou-se de 8% em 1990 para 14,8% em 1998” (CARNEIRO, 2002, p. 315). Ou seja, a especialização não gerou ganhos proporcionais para a competitividade brasileira no exterior.

Tão logo a abertura do mercado interno às importações entrou em vigor, seu volume cresceu acentuadamente em valor e, sobretudo, variedade. Tal vultuosidade representou um choque para a indústria brasileira, já que a maioria desses artigos era importada de países asiáticos onde o custo do trabalho era ainda menor do que no Brasil. “O resultado foi uma fortíssima queda de inflação, puxada inteiramente pelos preços dos produtos transacionáveis” (SINGER, 2002, p. 31).

Desta forma, no primeiro semestre do governo FHC (1994) o Brasil importou mercadorias no valor de 13,1 bilhões de dólares; já no segundo semestre, com o Plano Real em funcionamento, este valor subiu a 20 bilhões. Note-se que em setembro de 1994, o dólar não valia mais do que R\$ 0,83, o que estimulou o aumento vultuoso das importações em detrimento da exportação. “De um semestre a outro, a nossa importação subiu 52,7% em valor. E a escalada não terminou aí. No primeiro semestre do ano seguinte, o valor das importações alcançou 25 bilhões, mantendo-se neste nível também no seguinte” (SINGER, 2002, p. 32). O segredo do sucesso do Plano Real estava no rápido e expressivo aumento da entrada de capitais externos, “refletidas no saldo da balança de capitais: 10,1 bilhões de dólares em 1993, 14,3 bilhões em 1994 e 30,7 bilhões em 1995” (SINGER, 2002, p. 32).

Mattoso (1999) ressalta que a dinâmica do comércio exterior no governo FHC foi radicalmente alterada. “De um superávit de cerca de 10,5 bilhões de dólares em 1994, ao final do [primeiro] governo FHC o país alcançou um déficit de mais de 6 bilhões de dólares” (MATTOSO, 1999, p. 122), causado essencialmente pelo aumento vultuoso das importações. Ou seja: a política econômica adotada em 1994 com o Plano Real acabou por gerar crescentes déficits na conta de transações correntes do país, até eventualmente entrar em recessão no ano de 1998.

Carneiro (2002) traz dados da progressiva perda de peso na estrutura industrial brasileira durante a década de 1990. A indústria mecânica, que abriga a maior parcela da fabricação de máquinas e equipamentos, “tem queda da participação de 8,2% em 1990 para 3,5% em 1999” (CARNEIRO, 2002, p. 323). Já o setor de material elétrico e de comunicação diminuiu de “7,3% para 4,9% em igual período”

(CARNEIRO, 2002, p. 323). “O desempenho industrial foi medíocre no conjunto do período analisado, sobretudo se deduzirmos a indústria extrativa mineral, setor tradicionalmente competitivo e exportador” (MATTOSO, 1999, p. 122).

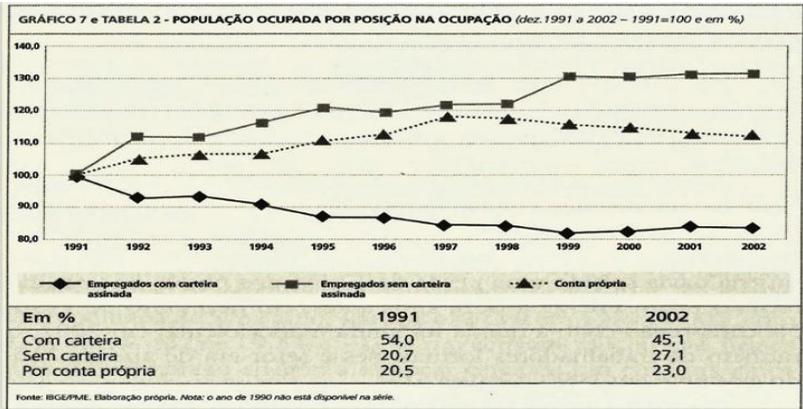
Ao mesmo tempo, os índices de investimento em infraestrutura – “que já era baixo no início da década quando comparado às duas décadas anteriores” (CARNEIRO, 2002, p. 349) – também declinaram expressivamente ao longo da década. Dos três setores mais importantes, “o investimento cai sensivelmente em energia elétrica, mantém-se em transportes e cresce apenas em telecomunicações” (CARNEIRO, 2002, p. 349).

As políticas econômicas elegidas por Fernando Henrique Cardoso levaram o Brasil à uma recessão generalizada, dada a clara desvantagem da produção nacional frente à acirrada concorrência internacional. Mattoso (1999) explica que, a partir deste quadro, a reação das empresas nacionais foi imediata: aceleraram a terceirização de atividades, abandonaram linhas de produtos, fecharam plantas, racionalizaram a produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram parcerias, fusões ou transferência de controle acionário, com a redução e desnacionalização do parque industrial brasileiro. Já no plano social, o resultado foi incisivo: houve redução da contratação de mão de obra, levando à multiplicação endêmica do desemprego. “Independentemente da metodologia adotada, as taxas de desemprego não têm paralelo na história do país” (SINGER, 2002, p. 9).

Para Lesbaupin e Mineiro (2002), o discurso oficial dado às políticas para o mercado de trabalho adotados desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso tinha a orientação clara de operar no sentido da desregulamentação do mercado de trabalho, conferindo um governo bastante desfavorável aos trabalhadores. Os autores ressaltam que a partir do período que se inicia em 1994, o mercado de trabalho tornou-se mais informal, isto é, houve redução percentual dos trabalhadores com carteira assinada no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego subindo consistentemente a partir de meados de 1995. Compartilhando da mesma crítica, Netto (1999) resalta que no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) quase 40 milhões de brasileiros foram inseridos no mercado de trabalho informal, 20 milhões de brasileiros famintos e quase o dobro em domicílios precaríssimos, 20% da população (com mais de 15 anos) analfabeta, 3,5 milhões de crianças em idade escolar fora de qualquer instituição educativa.

O Gráfico 3, a seguir, ilustra como a porcentagem dos trabalhadores com carteira assinada começa a declinar já no governo de Fernando Collor (1990-1992), estabiliza durante o governo provisório de Itamar Franco (1992-1994), para depois voltar a decrescer significativamente ao longo dos dois governos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Concomitantemente, a taxa dos trabalhadores sem carteira assinada – empregados informais – cresce abruptamente a partir de 1991, ao mesmo tempo em que a taxa dos trabalhadores autônomos igualmente apresenta considerável aumento, ainda que não no mesmo nível dos informais.

Gráfico 3 - População ocupada por posição na ocupação (dez. de 1991 a 2002 – 1991 = em %)



Fonte: IBGE/PME apud MATTOSO, 2010, p. 42.

Mattoso (1999, p. 117) traz dados consistentes sobre o desemprego na década de 1990 no Brasil. Primeiramente, ele aponta que não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, assim como o emprego formal contraiu-se mesmo quando a economia cresceu: “ressalte-se que, mesmo quando a economia apresentou crescimento de 4,2% e 3,7%, como 1995 e 1997, o emprego formal caiu” (MATTOSO, 1999, p. 127). O período de 1995 a 1998 apresentou uma redução da geração de postos de trabalho formais *todos os anos*, tendo ao final do primeiro mandato de FHC uma queima de “897.000 empregos formais, segundo o CAGED-Lei 4923, do Ministério do Trabalho” (MATTOSO, 1999, p. 126), como ilustrado na próxima Tabela 2.

Tabela 2 - Emprego formal (1994-2001): percentual de trabalhadores com carteira assinada nas principais regiões metropolitanas

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
49,3%	48,5%	46,7%	46,4%	45,9%	44,5%	43,6%	45,0%

Fonte: IPEA apud LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 19.

Essa contração se deu ao mesmo tempo em que houve ampliação da informalidade e da precarização das condições e relações de trabalho.

Ainda de acordo com Mattoso (1999), para os trabalhadores que permaneceram empregados houve melhorias do poder de compra nos primeiros anos do governo FHC, a que o autor atribui como resultado de inúmeros fatores artificialmente gerados, tais como: estabilidade de preços; disponibilidade de recursos externos; elevação dos preços de serviços; e efeito originado em uma demissão mais que proporcional de trabalhadores com baixos salários. Ao final do primeiro mandato de FHC, em 1998, as taxas médias anuais de desemprego (medidas pelo IBGE) eram 50% maiores do que aquelas observadas no ano anterior à sua posse.

Mattoso (2010) ressalta ainda que, apesar de ter ocorrido o crescimento da população e dos índices da População Economicamente Ativa (PEA) na década de 1990, ao final de 2002 havia, praticamente, a mesma quantidade de trabalhadores formais no Brasil. Em dezembro de 2002, a indústria sofreu uma perda de 12,5% dos postos de trabalho formais relativos aos doze anos anteriores (dezembro de 1990). Já na construção civil, a queda foi ainda mais violenta: em 2002, o número de trabalhadores formais nesse setor era de apenas 73% do existente em 1990.

Isto posto, é importante ressaltar que os alarmantes índices de desemprego levam ao círculo vicioso de gerar, inerentemente, aumento da pobreza e da concentração de renda – sobretudo em um país como o Brasil, de proporções continentais e onde a concentração de renda representa um dilema histórico e estrutural. Como bem coloca Gonçalves (1999), há a convivência de um estrato pequeno da população de alto padrão de vida com dezenas de milhões de miseráveis. Ainda segundo o autor, o Brasil, na década de 1990, foi campeão mundial da desigualdade na distribuição de renda, tendo como concorrentes equitativos países como Serra Leoa, Paraguai e África do Sul.

As condições de trabalho no Brasil apresentaram, portanto, profunda deterioração, pois se tornaram cada vez mais informais, precárias, com trabalho de curta duração, salários descontínuos e sem contribuição para a Previdência Social. Ao final da década de 1990, Mattoso (2010) ressalta que a cada cinco trabalhadores brasileiros dois estavam na informalidade nos grandes centros urbanos. E, ainda, durante toda a década, chegaram a ficar à margem das relações formais de trabalho e/ou desempregados mais de trinta milhões de brasileiros.

Gonçalves (1999) traz dados que ilustram que durante a década chegamos ao resultado “extraordinário” em que os 10% mais ricos respondem por 48,7% da renda, enquanto os 40% mais pobres recebem

7,9% da renda nacional. Já a população abaixo do nível de pobreza aumentou de 25% em 1996 para 28% em 1998, a que o autor atribui à desaceleração da economia (transformada em recessão em 1998-1999) e o aumento do desemprego, mantendo a concentração de renda no topo da distribuição inalterada.

Esperava-se que com o segundo mandato de governo de Fernando Henrique Cardoso, já com a estabilização monetária em pleno funcionamento, sua orientação macroeconômica se voltasse ao lado social que tanto foi golpeado a partir do ano de 1994. Pelo contrário: FHC “acelerou fundo” ao prosseguir favorecendo a oligarquia financeira – privilegiadamente situada no sistema bancário, cada vez mais vinculado aos grupos transnacionais –, fazendo crescer exponencialmente a dívida pública brasileira. “A dívida externa total, que era de 149 bilhões de dólares em dezembro de 1994, passou a ser de 229 bilhões em fins de 1998” (LESBAUPIN, 1999, p. 7). Desta forma, optou por manter o mercado interno aberto a uma concorrência lesiva à indústria nacional, além de leiloar a baixos preços o patrimônio estatal e promover a defasagem dos serviços públicos voltados para o atendimento da população (NETTO, 1999).

No momento em que a crise financeira asiática atingiu seu ápice, no segundo semestre de 1997, conjuntamente com o agravamento da crise financeira russa em 1998, o Brasil foi duramente atingido e “contaminado”. Já imerso em profunda recessão, o governo brasileiro assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional de um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões em contrapartida ao aceite de metas de ajuste fiscal. Para Mattoso (1999, p. 116), o fato acentuou a subordinação do governo brasileiro às políticas do FMI e rompeu com o uso de intermediários na direção do Banco Central.

Desta forma, o órgão internacional aportaria os recursos em dólares necessários ao fechamento das contas externas brasileiras desequilibradas pela fuga de capitais. Para Lesbaupin e Mineiro (2002), há diferenças sensíveis entre a fase que vai até o ano de 1998 e o período que se inicia em 1999: a fuga de capitais no segundo semestre de 1998 expôs de forma clara, pela primeira vez, as fragilidades do modelo econômico adotado a partir de 1994 com o plano de estabilização do Plano Real. Mattoso (2010, p. 37) relembra que posteriormente, em 2001 e 2002, “movido pela crise argentina e por nossa própria fragilidade, o governo federal solicitou mais US\$ 15 bilhões e US\$ 30 bilhões, respectivamente”.

Lesbaupin e Mineiro (2002) fazem um balanço de que, por fim, o governo Fernando Henrique Cardoso privatizou um número elevado de

empresas estatais produtivas, como a Vale do Rio Doce; perdeu grande parte das reservas cambiais brasileiras; terminou o segundo mandato com um nível de desemprego alarmante, crescente e histórico, com evidente queda da renda salarial média, ao ponto de o Brasil disputar em 1999 o primeiro lugar em desigualdade social no planeta.

Como as Tabelas 3 e 4 demonstram a seguir, houve acentuada deterioração dos serviços públicos de saúde, educação, assistência, previdência e moradia, a que os autores atribuem à retirada de 20% da arrecadação tributária através da DRU (Desvinculação de Receitas da União), prejudicando estados, municípios e serviços públicos. Percebe-se a oscilação da porcentagem da despesa social em relação ao orçamento liquidado total no período de 1995 a 2001, apresentando-se estagnada em uma média de 23,9%. Chama a atenção a queda quase que contínua de duas áreas cruciais para o desenvolvimento social, que são a área da saúde e da educação. Igualmente, a área de habitação e urbanização – que possui um histórico déficit nas políticas públicas brasileiras – permanece ínfima, não ultrapassando o gritante índice de 0,2%.

Tabela 3 – Percentual da despesa social em relação ao orçamento liquidado total (1995-2001)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Saúde e saneamento	4,8%	4,5%	4,3%	3%	4%	3,3%	3,9%
Educação e cultura	3,%	2,8%	2,5%	2,7%	3,4%	1,8%	2%
Habitação e urbanismo	0,03%	0,1%	0,1%	0,02%	0,07%	0,14%	0,14%
Assistência e previdência	17,15	19,2%	17%	14,1%	18,8%	16%	18,7%

*Elaboração com base no orçamento liquidado total – dados levantados pelo INESC.

Fonte: SIAFI/STN/COFF-CD e PRODASEN apud LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 39.

Tabela 4 – Conjunto da despesa social em relação ao orçamento liquidado total

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Social	25%	26,6%	23,9%	20%	26,4%	21,2%	24,8%

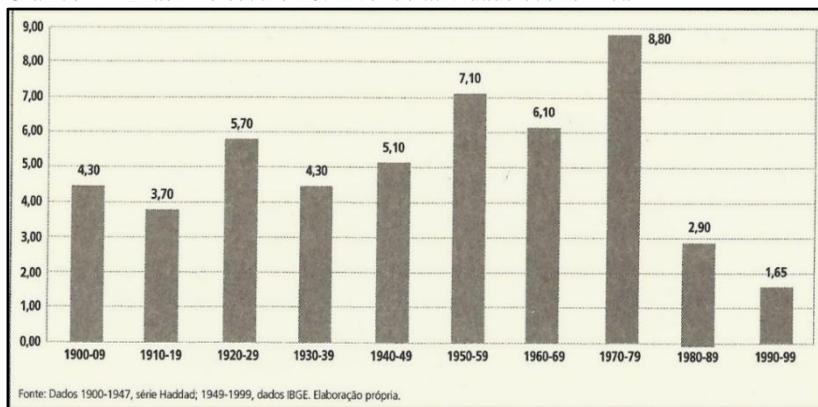
Fonte: SIAFI/STN/COFF-CD e PRODASEN apud LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 39.

Embora propagasse o discurso da necessidade urgente de diminuir as atribuições do Estado – em afinção com o receituário neoliberal internacional –, o governo FHC utilizou-se do Estado brasileiro para controlar rigidamente as rédeas da economia decretando sua abertura comercial, governando através de incontáveis medidas provisórias (FOLHA, 2017), determinando juros altos e direcionando o processo de privatização (em empréstimos de recursos públicos em condições vantajosas para empresas privadas). Depois de ter insistido durante dois anos que o maior investimento social é derrubar a inflação, porque teoricamente produziria redistribuição de renda, foi obrigado a reconhecer, em 1997, graças a um relatório do Banco Mundial, que o efeito de melhora da renda dos mais pobres já havia terminado. Simplesmente porque o governo nada fizera, além da redução da inflação, para corrigir a extrema desigualdade social do Brasil (LESBAUPIN, 1999).

Claramente, se percebe que a meta do governo não era o social, e sim a estabilidade da moeda, em um enfoque claramente monetarista e econômico-excludente. Todavia, os indicadores econômicos igualmente não foram favoráveis ao desenvolvimento brasileiro: Carneiro (2002) pontua que a análise do saldo comercial do período, tomando os seus valores e distribuição ao longo do tempo, é bastante esclarecedora, ficou nítido que a redução e conversão do superávit em déficit é uma marca da década de 1990 no Brasil.

O desempenho da economia brasileira durante os anos 90 pode ser caracterizado como medíocre. Representa menos da metade da taxa média do período 1930-1980 e cerca de um terço daquela do período 1950-1980, como ilustra a seguir o Gráfico 4, que apresenta o nível de atividade econômica do Brasil ao longo do século 20. Essa performance reflete, por sua vez, a trajetória do investimento. Mesmo comparados à década anterior, sabidamente um período de estagnação, os níveis de investimento são muito baixos (CARNEIRO, 2002).

Gráfico 4 – Brasil no século 20: nível de atividade econômica

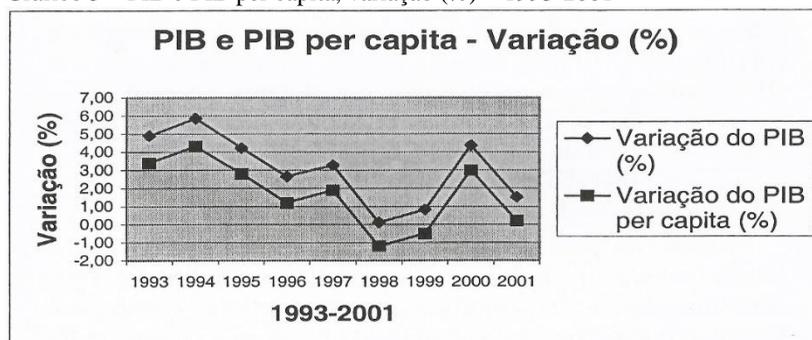


* Dados 1900-1947, série Haddad; 1949-1999, dados IBGE.

Fonte: IBGE (apud Mattoso, 2010, p. 38).

Para Mattoso (2010), o crescimento econômico brasileiro durante o período se manteve ritmo “*stop and go*” ou em forma de “*voos de galinha*”: quando crescia, pouco depois caía, pois não havia sustentação da atividade econômica mediante ampliação do investimento e da capacidade instalada. O Gráfico 5 a seguir, comprova o argumento do autor, ao mostrar os índices do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB per capita em constante decréscimo a partir do primeiro ano de governo FHC (1994), havendo um leve acréscimo no período do biênio 1990-2000 para, posteriormente, voltar a decrescer até o fim de seu mandato.

Gráfico 5 – PIB e PIB per capita, variação (%) – 1993-2001



Fonte: LESBAUPIN; MINEIRO (2002, p. 12).

A manutenção do câmbio supervalorizado graças às taxas de juros “escorchantes” – “como disse o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, em um acesso de franqueza” (MATTOSO, 2010, p. 39) – em um modelo de desenvolvimento de Estado mínimo e em meio à contração das políticas públicas favoreceu, na década de 1990, a ocorrência da menor taxa média de crescimento do século 20 no Brasil (1,65% a. a.) e apenas 2,3% ao ano durante os oito anos de governo FHC.

Desta forma, Fernando Henrique Cardoso propôs para o Brasil um programa extremamente complexo de reformas institucionais com base em um receituário neoliberal. O governo foi exemplar em um quesito: aprofundar o déficit social historicamente construído no Brasil, em quesitos como perdas salariais, expansão do desemprego nas grandes cidades, falta de crédito para os pequenos empresários, piora progressiva dos serviços públicos e decomposição explícita da infraestrutura de energia, de transportes e de saúde (FIORI, 1999). Analiticamente, parece que a promessa de FHC em “atualizar o capitalismo brasileiro” não passou de uma gigantesca privatização do patrimônio brasileiro e de concentração de riqueza.

Por fim, o governo FHC foi perdendo apoio até não se recuperar da crise de 1999, da qual a própria economia nacional não se recompôs até o final do segundo mandato. Contudo, conseguiu mudar a agenda nacional, incorporando temas como a estabilidade monetária na agenda consensual, além de contribuir para acentuar os elementos pertinentes ao novo modelo: o modo de vida norte-americano, com seu centro no consumo, o individualismo possessivo correspondente, a desqualificação da organização social e política, dos partidos e da esfera estatal. “Ao final da década neoliberal, o Brasil era outro” (SADER, 2010, p. 26).

Compartilhamos da ideia de que um governo é avaliado criticamente através da direção social que imprime às suas políticas, pelas classes sociais que ele privilegia ou onera e, principalmente, pelas alternativas que o mesmo propõe para os problemas estruturais da nação historicamente construídos. Partindo dessa premissa, conclui-se que a década de 1990 para o Brasil foi um marco da defasagem do desenvolvimento nacional e pelo agravamento das condições sociais da população.

Todos os países latino-americanos que, de uma forma ou outra, se dobraram diante os ditames do Consenso de Washington, apresentaram um desenvolvimento econômico medíocre, além de, principalmente, elevar substancialmente o desemprego, a fome e a miséria. No caso brasileiro, esta agenda se impõe a partir de 1990. Ao optar pela agenda conservadora, simbolizada pela eleição de Collor de Mello e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, houve a escolha de prioridade ao equilíbrio fiscal sobre o desenvolvimento nacional, que se manteve nulo e/ou instável.

Significou, igualmente, escolher não enfrentar a desigualdade e a exclusão social do país, aprofundar a vulnerabilidade externa do Brasil e levar a cabo o desmantelamento do Estado. O principal objetivo dos governos – o controle da inflação – custou à nação brasileira uma política cambial desastrosa, com um processo de privatizações que despendeu quase 100 bilhões de dólares e de uma política fiscal que comprometeu o planejamento estratégico do Estado.

Sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, conclui-se que a direção de seu governo foi rigorosa, coerente e sistemática: em contradição com seu passado democrático e promessas de campanha, presidiu um governo direcionado contra os interesses e aspirações da classe trabalhadora brasileira. Ao optar por um projeto de modernização neoliberal sustentado por um bloco de poder de centro-direita, aprofundou consideravelmente os níveis preexistentes de exclusão social, com um viés altamente autoritário de pressão a quaisquer movimentos populares contrários ao seu projeto antissocial.

Ao preferir fiar-se dos sucessos e popularidade logrados com o Plano Real, sobretudo na elevação inicial do consumo privado, FHC interrompeu e regrediu, consideravelmente, um projeto desenvolvimentista que datou da década de 1930 e que visava desenvolver as bases produtivas nacionais. Para tal feito, valeu-se da submissão aos ditames da especulação financeira, principalmente à relação subalterna com os Estados Unidos e aos órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, lançando o Brasil à acentuação do clássico sistema do tipo centro-periferia.

Por fim, concordamos com a afirmação de José Luís Fiori (1997, p. 30): “aqui, como em toda parte, faz tempo que os socialdemocratas viraram neoliberais”.

Por fim, este terceiro capítulo pretendeu discorrer, de forma cronológica, acerca da formação econômica e social brasileira ao longo do século 20, em meio às transformações geopolíticas e econômicas que ocorreram neste período na correlação de forças mundiais. Conclui-se que, apesar de ter empreendido volumosos esforços em sua industrialização e desenvolvimento, o Brasil encerra o século de forma a integrar-se ao *status quo* da governança mundial financeirizada dos Estados Unidos, mantendo-se subalterno às políticas neoliberais de Washington.

Desta forma, encerramos aqui o segmento do trabalho que visa privilegiar e analisar o desenvolvimento do continente americano no contexto pós-guerra para deslocarmos nosso olhar para o hemisfério oriental. Concomitante a todos os processos geopolíticos problematizados até este ponto do trabalho, a República Popular da China, periférica como o Brasil, igualmente se industrializou e se desenvolveu. No entanto, para tais progressos, percorreu uma trajetória de desenvolvimento paralela ao padrão observado em seu parceiro brasileiro, ainda que influenciada e moldada pela mesma organização espacial mundial e suas correlações de forças.

Como discorreremos no capítulo seguinte, a Revolução Comunista chinesa de 1949 e o posterior Programa de Reforma e Abertura do final da década de 1970 engendraram condições materiais para que a China pudesse se tornar o que é hoje: uma potência econômica que disputa a hegemonia mundial com os Estados Unidos. Desta forma, estruturamos o capítulo três da seguinte maneira: em primeiro lugar, fazemos uma breve análise da formação social e econômica da China até o período pós-revolucionário; em seguida, discutimos como se construiu o Programa de Reforma e Abertura, quais foram suas principais diretrizes e consequências para o desenvolvimento chinês; e, por último, debatemos, de forma crítica, a questão de a economia da China no pós-Programa de Reforma e Abertura representar, ou não, um processo de liberalização econômica. Dessa forma, esperamos englobar todos os aspectos necessários para, posteriormente, relacionar a formação chinesa com a análise da formação brasileira feita neste capítulo.

4A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL CHINÊS NO SÉCULO 20

4.1 UMA SOCIEDADE MILENAR

A civilização chinesa antecede em milênios a história eurocêntrica. Reconhece-se, hoje, que a mesma é um dos berços da civilização humana. Historicamente, a China foi pioneira em áreas da ciência como astronomia, matemática, música, engenharia e agricultura, introduzindo inovações para a sociedade como o papel, a porcelana, o escapo e a pólvora. Bem antes da consolidação das monarquias europeias absolutistas e de suas respectivas transições feudalistas-capitalistas, a China já possuía um Estado centralizado e pluriétnico (MAMIGONIAM, 2007; POMAR, 2003).

Historicamente, o modo de produção que predominou na China²², resultando daí sua organização espacial, foi o *modo de produção asiático*, considerado por Karl Marx um tipo “especial” dada sua importância histórica análoga aos modos de produção posteriores (VARGA, 1978). Segundo Karl Marx (1961) essas sociedades asiáticas seriam organizadas em comunidades aldeãs particulares, estruturadas em funções de interesses religiosos, políticos e econômicos em comum.

Seguindo seu raciocínio, “o tipo asiático” seria o modo de produção mais obstinado e duradouro: “as razões disto temos que buscar nos princípios fundamentais em que se apoia: a produção é autárquica; agricultura e artesanato formam um todo” (GODELIER, 1978, p. 97), tendo o Estado por excelência enquanto articulador e ordenador da sociedade.

Dessa forma, o *modo de produção asiático* difere do modo de produção feudal consolidada na Europa Ocidental em sua forma pura, pois se tratam, *a priori*, de dois tipos diferentes de superestrutura. Ainda que ambos possuam a terra enquanto elemento mais importante para a produção, diferem quanto à “propriedade” da mesma, enquanto o modo de produção feudal, a terra é propriedade dos senhores territoriais feudais no modo de produção asiático a mesma é *propriedade do Estado*²³.

Note-se que a China consolidou, precocemente, um Estado nacional centralizado já no século III a.C., como pontua Mamigonian

²² Não existem, nem nunca existiram modos de produção “puros”. Todos estão sujeitos a interferências externas e se encontram em processo de constante transformação. Com o modo de produção predominante coexistem resquícios do anterior e “embriões” do modo de produção que o substituirá.

²³ “*Nulle terre sansseigneur*” (não há terra sem senhor) é a premissa principal do feudalismo. A terra configurava-se enquanto oferenda do rei, cedida em usufruto, que voltava para a coroa em caso de não haver herdeiros (VARGA, 1978).

(2007). Para o autor, além da presença do Estado, quatro pontos seriam responsáveis pelo florescimento e consolidação da duradoura civilização chinesa: **1)** a gênese e expansão da agricultura intensiva de arroz: como esse tipo de agricultura exigia trabalho intensivo, ela deu origem à necessidade de dedicação, organização e disciplina; **2)** a existência de uma organização administrativa que estabelecia laços feudais com as aldeias camponesas subordinadas por relações de vassalagem; **3)** a consolidação de numerosas comunidades aldeãs, com fortes estruturas igualitárias, origem de antigo e forte sentimento democrático e de rebeldia diante das administrações incompetentes, como ocorreu ao longo de milênios; e, por último, **4)** o nascimento de filosofias civilizatórias e tolerantes, como o taoísmo e o confucionismo já no século VI a.C.

O quarto ponto citado merece destaque. O taoísmo e o confucionismo foram implantados enquanto um arranjo institucional unificador e provedor de um sentimento nacional comum à sociedade chinesa que a molda até a atualidade. As filosofias taoísta e confuciana educaram os dirigentes e o povo a uma convivência interpessoal, social e com as populações vizinhas para que fossem tolerantes e evitassem atritos beligerantes desnecessários. Seguindo esta filosofia, a civilização chinesa se expandiu para a península coreana, o Japão, o Vietnã e outros territórios vizinhos não por meios militares, mas por relações comerciais e de alianças políticas frouxas (protetorados), contudo as dinastias não-chinesas (mongol e *manchu*) foram as mais beligerantes, como no caso do Tibete (MAMIGONIAN, 2007).

Historicamente, graças ao doutrinário confuciano, o sistema dinástico chinês considerava-se “o centro do mundo”, ou, como fora comumente conhecido, o “Império do Meio”. Dessa forma, todos os demais povos, incluindo os europeus, seriam “bárbaros”. Foi como tratou os navegadores e comerciantes portugueses que se instalaram em Macau, em 1557 (POMAR, 2003) e todos os demais que tentaram estabelecer relações portuárias com a China imperial.

Enquanto o mundo ocidental ensaiava uma transição para o capitalismo com a centralização monárquica, a expansão mercantil marítima, a extinção dos feudos e a Revolução Industrial, a China procurou manter inalterado tudo que Confúcio considerava eterno. Embora o país dispusesse de uma sociedade feudal já fragmentada, além de uma frota naval capaz de enfrentar o alto-mar e uma classe comercial experimentada, a instituição de uma teia de relações entre os privilégios oficiais e a burguesia comercial levou à acomodação a tais

prerrogativas, incapacitando o salto do artesanato para a grande manufatura e, desta, para a indústria (POMAR, 2003).

Como pontua Neto (2005), o desenvolvimento industrial demorou a surtir efeito na China durante o século 19 porque as relações feudais continuaram a ser reproduzidas graças a um governo aristocrático-dinástico pouco afeito à possibilidade de intercâmbio mercantil no comércio internacional.

Ao mesmo tempo em que a China se prendia a essas premissas, a Europa e os Estados Unidos consolidaram sua superioridade econômica e industrial em plano mundial, o que levou à implantação dos tentáculos imperialistas e colonialistas destas potências pelo mundo – cronologicamente, primeiro com a Europa, depois com os Estados Unidos. É neste contexto, já no século 19 e início do século 20, que a China foi transformada em semicolônia pelo condomínio imperialista composto pela Inglaterra, França, Alemanha, EUA, Japão, Rússia e outros (MAMIGONIAN, 2007).

Como enfatiza Mamigonian (2007), ao longo do século 19 e início do século 20 a China foi esquarterada, saqueada e inferiorizada pelos seus exploradores externos, associados aos seus aliados internos. Mas, curiosamente, foi o marxismo, nascido no Ocidente das ideias alemãs (filosofia clássica), inglesas (economia política) e francesas (socialismo), que permitiu a regeneração da China e a vitória da revolução nacional popular liderada por Mao Tsé-Tung.

A Guerra do Ópio, desencadeada no ano de 1840, foi o princípio de um longo processo de repartição da China pelas potências coloniais. Inglaterra, França, Rússia, Japão, Estados Unidos e outros países impuseram uma série de tratados pelos quais a China lhes concedeu zonas de influência e concessões de áreas territoriais e direitos alfandegários e de extraterritorialidade. A cada tentativa de resistência às pretensões europeias, alguma daquelas potências iniciava uma guerra que resultava em novos “tratados”, mais lesivos e mais humilhantes para a China (POMAR, 2003).

Desta ofensiva imperialista seguiram-se a segunda guerra do Ópio (1856-1860), a guerra russo-chinesa (1858), a guerra franco-chinesa (1884-1885), a guerra sino-japonesa (1894-1895) e a guerra sino-alemã (1898). Alguns exemplos de dominação estrangeira em território chinês são, cronologicamente, a concessão de Macau para Portugal no ano de 1557, o território de Taiwan para o Japão em 1895, Hong Kong para Inglaterra em 1898, Qingdao sob a ocupação da Alemanha entre 1898 e 1914 e do Japão entre 1914 e 1922, além da transformação de Xangai, Ningbo, Fuzhou, Xiamen e Guangzhou

(Cantão) em portos livres, com suas alfândegas controladas pelas diversas potências estrangeiras, situação que depois se estendeu a outras regiões litorâneas e fluviais chinesas (POMAR, 2003).

Particularmente, a relação beligerante do Japão para com seus vizinhos asiáticos foi enfática. O objetivo japonês consistia em subjugar a China e transformá-la numa colônia. Isso fazia parte do plano, mais vasto, de expulsar as potências ocidentais da Ásia e consolidar-se como imperialismo único na região. Contando com as matérias-primas e a mão de obra dos países colonizados, o Japão poderia realizar seu desenvolvimento industrial e se ombrear com as potências europeias e os Estados Unidos. Na China, os únicos que pretendiam capitular ao Japão eram os grandes latifundiários e os burgueses burocratas associados ao imperialismo nipônico. Os grandes latifundiários e compradores ligados aos franceses, ingleses e norte-americanos vacilavam entre a rendição e a resistência. Isso explica, em parte, a dubiedade dos nacionalistas chineses (POMAR, 2003).

Esta beligerância externa resultou, conseqüentemente, em enfraquecimento da unidade política chinesa, que realocava todo seu empenho em manter uma homogeneidade do território da China frente a tantas incursões estrangeiras. Isso justifica, parcialmente, o porquê de as forças produtivas chinesas não terem se lançado às formas “modernas” do desenvolvimento econômico e industrial tal como ocorriam no Ocidente. Decorrente disso se explica a estagnação econômica chinesa na primeira metade do século 20, com seu PIB total crescendo à taxa anual negativa de -0,02%, em um período em que as principais economias capitalistas obtiveram razoável performance expansionista (NETO, 2005).

Dada tal conjuntura de instabilidade política e econômica na virada do século 19 ao 20 para a China, nos faz crucial compreender como se organizou a estrutura de classes que coexistia na sociedade chinesa no período pré-revolucionário. Ainda que a República chinesa tenha sido proclamada oficialmente no ano de 1911, o país permaneceu dominado pelos chamados *senhores de guerra*, proprietários rurais com exércitos próprios, que lutavam entre si e, acima de tudo, pela hegemonia do território nacional (POMAR, 2003).

Historicamente, a burguesia chinesa se diferenciou em três perfis: as chamadas *burguesia nacional*, *burguesia estrangeira* e *burguesia compradora*. Especificamente, a burguesia estrangeira se formou a partir

do processo da incursão das potências estrangeiras em território chinês citado anteriormente. Se considerava externa à sociedade chinesa e a tratava como vassala, com seus representantes residindo em áreas de concessões territoriais nas grandes cidades.

A abertura comercial criou uma classe de comerciantes chineses de *import-export*, a chamada burguesia compradora, até então inexistente, subordinada e aliada à indústria ocidental. Constituiu-se em conluio com setores ligados aos interesses estrangeiros nas companhias de comércio e transporte de exportação e importação, e mesmo em alguns empreendimentos industriais. Por intermédio deles, por exemplo, a Standard Oil (Grupo Rockefeller), introduziu na China rural e urbana milhões de lâmpadas, para escoar sua produção de querosene de iluminação, substituindo o artesanato e o combustível chineses (MAMIGONIAN, 2007).

E, por fim, a burguesia nacional era o setor nativo que se beneficiava da introdução de elementos capitalistas na sociedade, mas não mantinha laços diretos com os capitais estrangeiros (POMAR, 2003). Essa classe orbitava em torno do Partido Nacional do Povo – o *Guomindang*–, fundado pelo Dr. Sun Yat-sen. O movimento de Sun Yat-sen, nitidamente nacionalista e progressista, nas condições vigentes da China no início do século 20, se transformou na grande esperança da pequena e da grande burguesia chinesa. O partido acreditava que a própria burguesia nacional iria dirigir a revolução que quebraria com o monopólio feudal histórico e a exploração estrangeira na China.

A introdução de novos elementos neste quadro político, tais como o impacto da Revolução Russa (1917), a consolidação da classe operária e a continuidade da dominação imperialista na China²⁴, deram ensejo à fundação do Partido Comunista da China no ano de 1921 como representante classista do proletariado urbano e camponês.

Os comunistas chineses, até então convencidos de que a revolução teria como palco principal as regiões urbanas e como força fundamental o operariado urbano, depararam-se com um forte e estruturado movimento camponês, experienciado em conflitos históricos de rebeliões camponesas e dos conflitos pela unificação nacional²⁵.

²⁴ Mao Tsé-Tung somente seria elevado à liderança política e militar do Partido e do Exército Vermelho em janeiro de 1935.

²⁵ Diferentemente de como ocorreu na Revolução Russa de 1917, o movimento que fortaleceu e engrenou as bases para a Revolução Chinesa foi, portanto, o campesinato, e não o proletariado urbano. No caso da Rússia, como explica Trotsky (1980), foi somente nos grandes centros revolucionários, sob a ação dos

Como salienta Jabbour (2010), desde a formação do Império Chinês até a Revolução Comunista de 1949 o processo de substituição dinástico é estritamente caracterizado pela erupção de revoltas camponesas. Para o autor, essa característica recai tanto pela formação da subjetividade nacional, legadas pelo confucionismo e taoísmo, para quem “todo poder emana dos céus, porém o mesmo é revogável pelo povo”, quanto pelo próprio modo de produção surgido neste tipo de formação social: o modo de produção asiático.

Ainda de acordo com Jabbour (2010), a ciclicidade intrínseca ao modo de produção asiático demonstra que as forças produtivas, apoiadas em grandes obras de engenharia, desenvolviam-se rapidamente, contribuindo assim para o crescimento geométrico da população – daí a China ser o país mais populoso do mundo. Entretanto, em outras épocas percebia-se o apodrecimento de determinada superestrutura, expressada na corrupção cada vez maior e inépcia estatal em tocar adiante projetos necessários à reprodução econômica e social; daí as revoltas camponesas terem cumprido papel central na formação e desenvolvimento da nação chinesa. “Essa percepção do histórico papel camponês foi a maior prova de sabedoria e independência política de Mao Tsé-tung, fundamental para o sucesso da revolução de 1949” (JABBOUR, 2010, p. 51).

O Partido Comunista Chinês, conjuntamente com o Guomindang²⁶, consolidou-se enquanto principal frente crítica da situação política vigente na China da primeira metade do século 20, momento em que a burguesia estrangeira e o setor feudal dominavam a burocracia estatal. O processo de disputa pela hegemonia de poder do território chinês pelas classes de poder elucidadas anteriormente resultou em uma longa guerra civil (1927-1949), em que ora os comunistas lutaram contra os nacionalistas, ora aliaram-se a eles para derrotar os japoneses e retomar o território da Manchúria durante a Guerra Sino-Japonesa (1937-1945).

operários, que os soviets dos camponeses-soldados conseguiram desenvolver um trabalho considerável. A isto se explica pelo fato de que o movimento camponês de 1917, em sua base social, era dirigido não contra o capitalismo, e sim contra os remanescentes da servidão que ainda imperavam no interior russo.

²⁶ Posteriormente, com a morte de Sun Yat-sen em 1925 e a elevação do militar Chiang Kai-shek à liderança dos nacionalistas, o Partido Comunista chinês rompeu relações formalmente com o Guomindang durante a guerra civil chinesa (1927-1949).

Este quadro de fragmentação regional e das disputas interclasses do Estado chinês levaram, paradoxalmente, a propiciar condições para que a revolução chinesa ganhasse corpo, alimentada pela ascensão dos movimentos populares agrários e urbanos. Na última rodada da guerra civil chinesa, o Guomindang, liderado por Chiang Kai-chek, lançou-se no último intento de suprimir e dizimar os comunistas, no que o mesmo chamou de “guerra de supressão de bandidos”. Os comunistas, que dispunham do Exército Popular de Libertação (EPL), denominaram a última guerra civil de “terceira guerra civil revolucionária” ou “Guerra de libertação”, de onde, por fim, o Partido Comunista saiu vitorioso (POMAR, 2003).

Em 1º de outubro de 1949, na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), em Pequim, Mao Tsé-Tung proclamou a República Popular da China e o Partido Comunista enquanto partido diretivo do Estado chinês. As alas conservadoras da burguesia chinesa e estrangeira, incluindo Chiang Kai-chek e o quadro diretivo do Guomindang, retiraram-se para Taiwan, de onde prosseguiriam fazendo oposição ao novo governo instaurado. Depois de décadas de conflitos, o Estado chinês, por fim, pôde consolidar-se sob a direção de uma única hegemonia política.

Em resposta à revolução comunista, os Estados Unidos não só promoveram um bloqueio econômico e a sustentação da política das “duas Chinas” (a China Nacionalista, ou Taiwan, reconhecida enquanto legítima, e a China Popular ou Comunista), como construiu um cinturão antichinês, promovendo golpes de Estado em vários países da Ásia e África para exercer pressão geopolítica em sua área de influência²⁷. Resultante disso, em seu período recente de pós-revolução, a China não conseguiu estender suas relações diplomáticas a mais do que trinta países, de maioria proveniente do continente africano e asiático.

²⁷ O reatamento dos laços com os Estados Unidos só se daria, formalmente, no ano de 1972, após vinte anos de inimizade diplomática. No ano citado, em visita histórica, Richard Nixon, em solo chinês, exclamou: “Bem, pare um minuto e pense no que poderia acontecer se alguém com um sistema de governo decente assumisse o controle do continente [chinês]. Deus do Céu. Não haveria poder neste mundo capaz sequer – quer dizer, você põe 800 milhões de chineses para trabalhar sob um sistema decente e eles viram os líderes do mundo”. É importante frisar que os Estados Unidos consideravam a China como a mais “intransigente e revolucionária” das potências comunistas, tratando as autoridades de Taiwan como o governo legítimo de toda a China (NIXON, 1971 apud KISSINGER, 2011, p. 263-264).

A China também não podia contar com a União Soviética, que passava por um momento de relativa fraqueza e que também curava suas feridas de guerra, impedindo a obtenção de créditos externos (POMAR, 2003). Ademais, na década de 1960 ocorreria o rompimento das relações diplomáticas sino-soviéticas com o consequente ônus da retirada de linhas de financiamento e assistência técnica soviética ao país (JABBOUR, 2010).

Diante destes entraves externos, de forma sucinta podemos afirmar que a China, em seu período pós-revolucionário, focou em um processo de industrialização estatal e coletivização agrícola “fechado em si”, adotando uma estratégia isolacionista. Dessa forma, criaram-se políticas de desenvolvimento que Jabbour (2010) denomina de “desconcentradoras” para garantir autossuficiência regional e autonomia local para as províncias chinesas na gerência de seus excedentes produtivos²⁸. Isto é: políticas direcionadas para criar autossuficiência na agricultura, na indústria etc., com o governo central agindo tanto na ordenação deste desenvolvimento quanto na introdução de investimentos em províncias e indústrias-chaves.

Para isso, planejou-se a economia chinesa, tal qual ocorria na União Soviética, através dos chamados Planos Quinquenais. Ainda de acordo com Jabbour (2010), criaram-se condições políticas necessárias ao rompimento do círculo de dominação estrangeira, utilizando o planejamento econômico e da hegemonia estatal sob os setores estratégicos da economia, anulando assim o aspecto espontâneo inerente à ação das leis econômicas – logo, substituindo a anarquia da produção pela tomada do processo consciente de desenvolvimento.

A partir do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1958), o governo de Mao Tsé-Tung ensinou desenvolver a indústria pesada no país e uma base nova de infraestrutura capaz de promover saltos na economia chinesa. A opção pela indústria pesada foi influenciada pela recente experiência da União Soviética nas décadas de 1920 e 1930, que se

²⁸ Conforme Jabbour (2010, p. 283):

Tais excedentes eram repassados ao Estado, ao estilo soviético, como forma de financiar projetos estruturantes e de grande envergadura, como o projeto da bomba de hidrogênio, o de satélites artificiais e o do metrô de Pequim. Resumindo, as províncias deveriam ser capazes de atender as demandas básicas de produtos destinados à população local.

utilizou do planejamento de sua estrutura industrial até chegar à condição de potência econômica (NETO, 2005). Para Jabbour (2010), o incentivo deliberado da industrialização foi utilizado como uma política regional que visava uma desconcentração econômica do país, historicamente construída nos grandes polos urbanos como Pequim e Xangai.

A indústria de base foi privilegiada nas décadas subsequentes, garantindo à China a sustentação do crescimento econômico em elevadas taxas. Os resultados positivos para o conjunto geral da economia chinesa no período de 1949-1978 foram feitos, conseqüentemente, com reduzido contato com o exterior.

O ano de 1976 é considerado um marco no processo de desenvolvimento da China. Em primeiro lugar, marca o ano da morte de Mao Tsé-tung, acontecimento que gerou gigantesca comoção na sociedade chinesa. Igualmente, representa o esgotamento da Revolução Cultural (1966-1976) que, conjuntamente com o Grande Salto à Frente (1956-1962), ceifaram a vida de milhões de camponeses e abalaram as relações entre o Estado e a base camponesa (JABBOUR, 2010).

Findado o período maoísta na China e deixado este “vácuo” diretivo, a direção do Partido Comunista chinês é assumida pela ala do Partido considerada mais pragmática e progressista, tendo em Deng Xiaoping sua liderança. Outrora exilado pela Revolução Cultural por ser considerado demasiadamente “reversionista”, ele retorna para ocupar posição fundamental no Comitê Central do Partido Comunista. A partir deste período, constrói-se o que viria a ser chamado de Programa de Reforma e Abertura.

4.2 DENG XIAOPING E O PROGRAMA DE REFORMA E ABERTURA: O “SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS”

A era de Deng Xiaoping representa uma “nova fase” no projeto de desenvolvimento vislumbrado pelo Partido Comunista para a China. Tal feito concretizou-se na elaboração do Plano de Reforma e Abertura, lançado no ano de 1978, responsável por projetar as bases de uma profunda transição institucional na China, dotado de reformas estruturais e liberalizantes. Deste modo, o país toma a decisão de abraçar – ao invés de repudiar – a globalização, como pontuam Cunha e Acioly (2009).

No que tange às políticas macroeconômicas, o Plano de Reforma e Abertura significou substituir o desenvolvimento autossuficiente e descentralizado do maoísmo para dar ensejo a políticas econômicas de *crescimento via degraus* em uma estratégia que vigorou até o final do século 20. Tratou-se explicitamente de concentrar recursos regionais no litoral leste para favorecer o crescimento acelerado, com o intuito de levar, nas fases seguintes, ao transbordamento de recursos para as regiões interioranas (MORAIS, 2015).

A costa estaria em melhores condições para receber capital estrangeiro, participar do comércio exterior e desenvolver-se nas indústrias leves e intensivas em mão de obra, para as quais já trazia experiência prévia. Morais (2015) salienta que durante o período maoísta, sobretudo no período do ano de 1953 a 1975, a fatia da costa nos investimentos totais do país girou em torno de 37%, praticamente igual à fatia do centro. Notadamente, havia a preocupação em alocar os investimentos para o Oeste, região historicamente desfavorecida no desenvolvimento chinês. Em especial durante o III Plano Quinquenal (1966-1970), os investimentos recebidos pela região Oeste chegaram a ultrapassar as fatias das regiões costeira e central.

Desde a revolução comunista, a indústria sempre fora o principal responsável pelo crescimento econômico na China; e, com o processo de abertura e reformas iniciado em 1978, houve a tentativa deliberada de incentivar a industrialização chinesa ao seu máximo, isto é, há o renascimento do desenvolvimento industrial chinês (NONNENBERG et al., 2008).

Cunha e Acioly (2009) pontuam que, no período anterior à abertura do mercado chinês, seu comércio exterior era 100% controlado pelo Estado. O mercado doméstico estava isolado e os produtos comprados no exterior eram repassados aos diversos setores internos aos preços programados pelo planejamento central. Não havia liberdade para a realização de operações cambiais fora dos canais oficiais, tornando as contas de capital e financeiras fechadas.

Entretanto, os autores chamam a atenção ao fato de que, destarte este controle rígido, a China não poderia ser caracterizada como uma economia fechada, como o senso comum impõe. Em realidade, sob o governo de Mao Tsé-Tung, as exportações chinesas passaram de 1,5% do total mundial em 1953 para 1,9% em 1959. A China importava intensamente insumos industriais e combustíveis, cruciais para viabilizar a industrialização acelerada prevista pelo Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), e exportava produtos têxteis e alimentos processados.

Posteriormente, o Segundo Plano Quinquenal – o Grande Salto Adiante – ampliou esta demanda de equipamentos e matérias-primas. Desse modo, o comércio exterior chinês se concentrava apenas no bloco comunista, tendo a União Soviética como o destino de metade dos montantes transacionados. Foi somente a partir do Programa de Reforma e Abertura que a China iniciou uma etapa de crescente internacionalização, em especial com os mercados ocidentais (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Para tal, Deng Xiaoping aboliu as comunas e promoveu a autonomia nas províncias para introduzir o que chamou de *socialismo com características chinesas*²⁹. Ele defendia que, se a China quisesse participar do sistema internacional, teria que acelerar seu desenvolvimento econômico. Era necessário, portanto, enfatizar a importância da descentralização em um enorme país continental com igualmente imensa população e diferenças regionais significativas.

Kissinger (2011) defende a ideia de que a China de hoje, segunda maior economia mundial e detentor do mais amplo volume de reservas em moeda estrangeira, com inúmeras cidades “modernas” exibindo arranha-céus mais elevados que o *Empire State Building* de Nova Iorque, “é um testemunho da visão, da tenacidade e do bom-senso de Deng” (KISSINGER, 2011, p. 315).

Zheng Bijian, presidente do Fórum de Reformas da China, defende que o crescimento econômico chinês gerado pelas reformas visando a ampliação dos espaços de mercado seria um instrumento central para o “rejuvenescimento da nação”, tendo os líderes da era pós-Mao Tsé-Tung adotado o pragmatismo na condução de sua estratégia de crescimento (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 347).

As palavras-chave inovação, tecnologia e aperfeiçoamento profissional deram substrato ao programa estrutural chinês. Em especial, reprofissionalização da força de trabalho chinesa; “repatriamento” de capitalistas chineses de ultramar (Taiwan, Hong Kong, Macau), conclamando-os para retornar seus investimentos à China; e o encorajamento do talento e da iniciativa individual, a que, segundo a

²⁹ O Partido Comunista Chinês, após a abertura de seu mercado para o mundo, passou a se referenciar ao processo de desenvolvimento no país utilizando-se de expressões tais como “socialismo de mercado”; “socialismo com características chinesas”; “caminho de desenvolvimento pacífico”; “ascensão pacífica à condição de potência”; “estratégia de construção de uma sociedade socialista harmoniosa”.

crítica liberal econômica de Kissinger (2011), representava um dos fatores que haviam sido desestimulados durante o período maoísta.

Ao ser questionado sobre como a China faria para abrir sua economia ao mundo e, ao mesmo tempo, prosseguir promovendo as políticas do Partido Comunista, o premiê e secretário-geral ZhaoZiyan afirmou: “o planejamento para o socialismo deve incluir o uso de forças de mercado, e não excluí-las” (ZIYAN, 1980, p. 388 apud KISSINGER, 2011, p. 388). E prosseguiu: “Desde Keynes, todos os países, incluindo os capitalistas, têm praticado interferência do governo nas atividades econômicas em algum grau. Seja mediante o planejamento, seja o mercado; a China usará ambos os métodos” (ZIYAN, 1980, p. 388 apud KISSINGER, 2011, p. 388).

Destá forma, desafiando a China a “fazer melhor” do que a Restauração Meiji japonesa, Deng pontuava que o “socialismo com características chinesas” deveria continuar avançando. Nas palavras do mesmo: “o capitalismo vem se desenvolvendo há centenas de anos; há quanto tempo estamos construindo o socialismo?” (DENG, 1984, p. 428 apud KISSINGER, 2011). E prevê: “se formos capazes de tornar a China um país moderadamente desenvolvido dentro de cem anos desde a fundação da República Popular, isso será uma realização extraordinária” (DENG, 1984, p. 429 apud KISSINGER, 2011).

A estratégia chinesa de abertura foi pautada pela busca de incorporação de tecnologias e capitais estrangeiros de modo a: **1)** acelerar a capacidade da estrutura produtiva nacional; **2)** avançar na produção e exportação de bens intensivos em conhecimento e capital; **3)** e criar, sempre que possível, competências locais. Mais do que uma abertura indiscriminada para o capital estrangeiro, o Plano de Reforma e Abertura buscou estabelecer dinâmicas de transferência de tecnologia e de capacidades de gestão por meio de joint ventures e contratos de cessão de tecnologia (CUNHA; ACIOLY, 2009), sempre sob a tutela do Estado chinês.

Seguindo o raciocínio do plano de “regulação por planejamento”, a China não deveria temer o investimento estrangeiro, rebatendo as críticas de que o país estaria se vendendo para o “capitalismo ocidental”. Nas palavras de Deng Xiaoping, “empresas de capital estrangeiro na China têm permissão para ganhar algum dinheiro em conformidade com leis e políticas existentes” (DENG, n.d. apud KISSINGER, 2011, p. 426).

O lucro estrangeiro não seria indiscriminado; muito pelo contrário, seria controlado através do recolhimento de impostos das empresas, além de proverem salários para os trabalhadores chineses e a

possibilidade de adquirir capacidade tecnológica (*knowhow*) e gerencial através de empreendimentos conjuntos para abrir mais mercados, fatores caros para o desenvolvimento chinês. O governo chinês se mostrou extremamente hábil ao fazer valer a seu favor as regras do capitalismo moderno, conseguindo implantar, inclusive com ajuda de capitais externos, uma sólida base industrial potencializadora do seu desenvolvimento (NETO, 2005).

Entre o ano de 1979 – ano em que as primeiras reformas econômicas foram promulgadas – e 1984, a renda dos camponeses dobrou, segundo Kissinger (2011). O setor privado foi altamente impulsionado pelos incentivos econômicos individuais, chegando a constituir cerca de 50% da produção industrial bruta em uma economia que até então possuía o setor produtivo estritamente estatal. O resultado foi um crescimento do Produto Interno em uma taxa média a 9% ao ano em toda a década de 1980.

O panorama que se segue nas décadas subsequentes à abertura iniciada na década de 1970 é marcado por uma veloz urbanização, com a emergência de uma classe capitalista e de um grande setor privado doméstico e internacionalizado, assim como a formação de um mercado de trabalho, com a comercialização do direito de uso das terras e com a privatização do excedente social (MEDEIROS, 2013).

Em termos materiais, a concretização da abertura do mercado chinês ao mundo, prevista pelo Programa de Reforma e Abertura, se deu através do estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Implantadas no início dos anos 1980, constituíram-se com o principal objetivo de estabelecer-se em regiões próximas de capitalistas chineses ou sino-descendentes de Taiwan, Hong Kong, Macau, etc. A escolha de cidades e regiões, para se tornarem projetos-piloto na recepção de investimentos estrangeiros diretos (IED), era apenas um dos elementos da política de favorecimento da costa, que previa também vantagens do ponto de vista fiscal e do recebimento de investimentos em infraestrutura (MORAIS, 2015).

Amorim (2012) ressalta que a estratégia de desenvolver uma base industrial exportadora – enormes *clusters* produtivos com condições excepcionais via Estado para a instalação de investimento estrangeiro, do tratamento fiscal a investimentos em infraestrutura, simplificação de burocracia e disponibilização de terrenos – aliada à abundância de mão de obra tornou-se responsável pelo “pontapé inicial” do *boom* do

crescimento econômico chinês. Estas zonas, como pontuam Cunha e Acioly (2009), nada eram mais do que as típicas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) já existentes pelas economias em desenvolvimento, sobretudo na Ásia.

Consequentemente, procurou-se atrair investidores estrangeiros que, além de fornecerem capitais, tecnologia e *knowhow*, facilitaram os canais de comercialização em escala global. Enfatizou-se, sobretudo, as políticas industriais, como os incentivos fiscais concedidos a setores determinados em zonas especiais, bem como a obrigação de as empresas estrangeiras se associarem com o capital doméstico chinês, e a proibição de investir em certos setores; e, por fim, a manutenção de uma taxa de câmbio fixa e desvalorizada, estimulando as exportações (NONNENBERG et al., 2008).

De forma sucinta, podemos descrever cronologicamente a implantação das ZEEs da seguinte forma: no ano de 1980, o governo chinês estabeleceu quatro Zonas Econômicas Especiais em Xiamen, Shantou, Zuhai e Shenzhen. Esta última beneficiou-se por sua proximidade com Hong Kong. “Empresas sediadas nesta que hoje é uma região administrativa especial da China continental passaram a atuar na ZEE e a estabelecer acordos de subcontratação com uma miríade de empresas no vale do Rio das Pérolas” (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 359). A proximidade com Hong Kong é estratégica. Nonnenberg et al. (2008, p. 16) sentenciam: “não foi uma coincidência”.

Seguindo o mesmo raciocínio, Zhuhai, Shantou e Xiamen foram instaladas estrategicamente em regiões adjacentes à Macau, Guangdong e Taiwan, respectivamente, em zonas onde existem grupos étnicos com fortes ligações com minorias sino-descendentes que vivem no Sudeste Asiático. Já no ano de 1990, as primeiras ZEEs da China tinham áreas entre 50 km² e 330 km², enquanto as ZPEs das economias asiáticas em desenvolvimento tinham, tipicamente, menos de 5 km.

Posteriormente, no período de 1984-85, foi autorizada a criação das Zonas Econômicas Costeiras Abertas (conhecidas como “cidades abertas”), dentre elas Xangai, no delta do rio das Pérolas, no delta do rio Yang-tse-Kiang e em Fujian. Já no ano de 1988, foi criado o Cinturão Costeiro Aberto (Liaoning, Shandong, Guangxi e Hebei) contendo as províncias costeiras imediatamente nas imediações ao norte e sul de Pequim.

No ano de 1990, foi criada a Nova Área Xangai Pudong, que uniu o potencial industrial e comercial de Xangai com os investimentos governamentais na nova área vizinha de Pudong. Ao longo da década, instituiu-se uma nova modalidade de ZEE, a chamada Zona de

Desenvolvimento de Alta Tecnologia, assim como a extensão da política de abertura para toda a China a partir do ano de 1992 (NETO, 2005).

No começo dos anos 2000, com o programa de desenvolvimento do Oeste do país, foram sendo criadas ZEEs no interior ocidental. Assim, por volta de 2003, o país contava com pouco mais de 100 ZEEs reconhecidas pelo governo (CUNHA; ACIOLY, 2009). A seguir, na Figura 1, podemos observar a distribuição costeira das principais Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico da China:

Figura 1- Zonas Econômicas Especiais da China



Fonte: University of Texas Libraries (2007).

Rapidamente, parte da produção industrial dos países do centro do capitalismo transferiu-se em massa para a zona litorânea chinesa, “resultado de suas melhores condições estruturais, menores custos e

maior agilidade logística” (AMORIM, 2012, p. 113), tais como as empresas Yamaha, Mitsubishi Motors, Honda, Volkswagen, Ford Motors, Walmart, dentre muitas outras, assim como as brasileiras Embraco, Embraer, Vale e a WEG. Kynge (2007) assinala que desta forma a China adquiriu tecnologia “por compra, cópia ou encorajando um parceiro estrangeiro a transferi-la como parte do preço para o acesso a um grande mercado em potencial” (KYNGE, 2007, p. 154).

Em conjunto com as iniciativas econômicas geridas pelo Estado chinês, dois outros fatores importantes para a ascensão chinesa devem ser citados, segundo Arrighi (2008): a) altos investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D), em que desde o final da década de 1990 os gastos cresceram ao ritmo de 17% ao ano, “contra 4% a 5% nos Estados Unidos, no Japão e na União Europeia” (ARRIGHI, 2008, p. 372); e b) expansão e modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura, “num nível sem precedentes em nenhum país de renda per capita comparável” (ARRIGHI, 2008, p. 362). O sistema educacional foi modernizado e expandido, além de o “governo chinês oferecer todo tipo de incentivo para que os estudantes chineses no exterior voltem após o término de seus cursos” (ARRIGHI, 2008, p. 363), em grande parte atraídos pelas oportunidades geradas pelo rápido crescimento da economia.

Segundo Jabbour (2007, p. 74), a política de implantação das Zonas Econômicas Especiais implicou em dois movimentos simultâneos de longo alcance. O primeiro criou condições objetivas à incorporação de Hong Kong, Macau e Taiwan a partir do que ele chama de “área de convergência econômica”, não somente com os ditos territórios, mas com todo o complexo financeiro do sudeste asiático (da qual os chineses ultramarinos são sócios majoritários) e que, por si só, serve de base ao discurso do Estado comunista chinês de “reunificação nacional”.

E, em segundo, cumprir com o plano de Deng Xiaoping, para quem era necessário num primeiro momento o enriquecimento de algumas regiões para o posterior enriquecimento comum de todo o país, usando o litoral leste chinês estrategicamente como plataformas de exportações, em concomitância ao “Programa de Desenvolvimento do Oeste”, a que o autor chama de “a maior integração territorial em curso no mundo contemporâneo” (JABBOUR, 2007, p. 74).

Com a efetivação da instalação das diversas ZEEs ao longo do litoral, o desenvolvimento industrial chinês concentrou-se expressivamente nas zonas costeiras, enquanto o interior permaneceu, em grande parte, predominantemente agrário, com taxas de crescimento bem menores e abrigo a maior parte da população (NONNENBERG;

et al., 2008). As regiões costeiras, neste processo, apresentaram dinamismo muito superior ao das demais regiões.

A expressividade do peso que as exportações produzidas nas ZEEs significaram para a economia chinesa pode ser observado nos dados que Medeiros (2013) apresenta: entre 1978 e 1995, a taxa de crescimento anual do volume das exportações chinesas foi de 13,5% superior ao da Coreia do Sul, de Taiwan e do Japão, elevando a participação das exportações chinesas no PIB no ano de 1978 de apenas 1,7% para uma taxa de 20% em 1995 e quase 40% em 2007.

Outro aspecto importante previsto pelo Programa de Reforma e Abertura foi a massiva entrada no território chinês de Investimento Direto Externo. Segundo Neto (2005), o IDE tem se revelado como o grande responsável pelo crescimento da parcela chinesa no comércio mundial. Entre 1979 e 2000, a China absorveu um total acumulado de US\$ 346,2 bilhões em investimento direto externo. Entretanto, ele chama atenção para o fato de que a maior parte desse investimento ocorreu somente após 1992. “De fato, nos anos compreendidos entre 1992 e 2000, o fluxo de IDE acumulado atingiu US\$ 282,6 bilhões ou cerca de 82% do total desde o início da abertura para o exterior em 1979” (NETO, 2005, p. 9). O elemento catalisador foi, sem dúvida, uma decisão política: em 1992, o governo chinês decidiu liberalizar significativamente o seu regime de IDE.

A partir da década de 1990, a China tornou-se o maior receptor de IDE do grupo dos países em desenvolvimento. Por fim, os fluxos de IDE passaram a uma média superior a US\$ 40 bilhões ao ano no restante da década de 1990, e de mais de US\$ 60 bilhões ao ano, em média, nos anos 2000. Em 2007, a China recebeu US\$ 327 bilhões. Tal montante equivalia a 10% do PIB chinês (CUNHA; ACIOLY, 2009).

O principal elemento para a atração de investimento externo ser grande no país deve-se à estabilidade e previsibilidade das políticas macroeconômicas na China, em que os sucessivos governos mantiveram políticas de estímulo ao crescimento ao mesmo tempo em que controlavam a inflação. Também podemos ressaltar efetivas políticas voltadas à indústria e à tecnologia, baixo nível de salários, ausência de proteção à propriedade intelectual, câmbio desvalorizado e localização geográfica, todos responsáveis pelo expressivo aumento da competitividade chinesa no último quarto de século (NONNENBERG, et al., 2008).

A atração do Investimento Direto Externo para a China constituiu-se, como frisado anteriormente, igualmente enquanto uma estratégia de o país familiarizar-se e apropriar-se de tecnologias e *know-how* estrangeiro a fim de modernizar o seu próprio setor produtivo industrial. O Estado chinês criou inúmeras políticas com o intuito de incentivar e promover a inovação, setores de alta tecnologia e promoção de marcas chinesas.

Elaborou-se, através deste intercâmbio tecnológico, a *Going Global Strategy*³⁰, que tem como objetivo construir “campeões nacionais” dentro da China. De forma sucinta, tratou-se de o Estado agir como facilitador e incentivador para os conglomerados chineses avançarem em seus processos de internacionalização no comércio internacional (CUNHA; ACIOLY, 2009). Desta maneira, atualmente nomes chineses como Lenovo, Jac Motors, Lifan Motors, Dongfeng Motor Corporation, CheryAutomobile, Galanz, AlibabaGroup, Baidu, GeelyAutomobile, Xiaomi, Huawei, dentre outras, vêm se consolidando mundialmente no mercado.

Para além do senso-comum de que a China é exportadora apenas de baixo valor agregado, tradicionalmente vista como competitiva apenas em produtos intensivos em mão de obra, atualmente percebe-se uma mudança qualitativa neste perfil. A pauta de exportações da China vem se alterando significativamente, evidenciando uma especialização muito mais próxima daquela observada nos países desenvolvidos.

No ano de 1990, os produtos de alta intensidade tecnológica representavam cerca de 13% das exportações chinesas; já em 2005, essa porcentagem evoluiu para 37%, ao mesmo tempo em que se reduziu a participação chinesa no comércio de *commodities* e produtos intensivos em mão de obra e recursos naturais (NONNENBERG et al., 2008). Refutando, portanto, a concepção de que a principal vantagem da China no comércio internacional estaria limitada a seu baixo custo de mão de obra.

Cunha e Acioly (2009) pontuam que este salto qualitativo de produção tecnológica doméstica se deve ao esforço empreendido com o Programa de Reforma e Abertura de encorajar investimentos estrangeiros que enriquecessem a composição industrial chinesa, particularmente no setor de alta tecnologia. Estes investimentos são selecionados de acordo com os critérios expostos no Catálogo Orientador para o Investimento Estrangeiro (o último datado de 2007).

³⁰ “Estratégia de tornar-se global”.

As indústrias são divididas, então, em três setores: *encorajado*, *restrito* e *proibido*. Aos investimentos externos que se enquadram no setor encorajado os é permitido estabelecer-se em empresas de 100% capital estrangeiro, enquanto que, na categoria restrita, os investimentos são limitados a *joint ventures* de equidade ou contratuais e, em alguns casos, exige-se que a participação acionária chinesa seja majoritária. As indústrias da categoria proibida, como diz o nome, são completamente fechadas ao capital estrangeiro.

Desta forma, as indústrias encaixadas nas categorias restrita ou proibida são justificadas pela necessidade de proteção à “segurança econômica nacional” e pela cautela à abertura de indústrias estratégicas e sensíveis – como matérias-primas e minérios. O governo chinês tem clareza de reconhecer que, em seu nível atual de desenvolvimento tecnológico e produtivo, a China não é capaz – ainda – de liderar a dianteira das fronteiras tecnológicas e produtivas.

Todavia, as lideranças chinesas ensinam a capacidade do país de reproduzir, em um único movimento, as distintas etapas do modelo clássico dos “gansos voadores”. Ao mesmo tempo em que a China persiste crescendo nos setores intensivos em mão de obra, paralelamente, investe em setores intensivos de tecnologia. “Mais do que manufaturas *made in China*, a ascensão pacífica chinesa implicará a emergência de produtos *designed in China*” (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 378-379), potencializando os fatores determinantes de sucesso dos inúmeros “milagres asiáticos”.

Com o ingresso efetivo da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)³¹ no ano de 2001, novos compromissos com as reformas liberalizantes em âmbito econômico foram adotados, ampliando a participação de instituições estrangeiras no país; novos marcos legais foram adotados com o propósito de aproximar o padrão chinês de regulação econômica do sistema internacional.

Notadamente, o comércio internacional constitui a fonte principal de crescimento chinês do Programa de Reforma e Abertura. As exportações chinesas apresentaram um dinamismo muito superior à média mundial: entre 1985 e 2005, as vendas chinesas para o resto do mundo cresceram 17% ao ano saindo de um patamar próximo a US\$ 42 bilhões em 1985 para algo em torno de US\$ 760 bilhões. Em virtude desse crescimento, a participação da China no comércio mundial passou

³¹ A China tornou-se o 143º membro da Organização Mundial do Comércio em 11 de dezembro de 2001.

de 1,89% em 1990 para 7,5% em 2005, de acordo com dados da OMC (NONNENBERG et al., 2008).

Portanto, a entrada da China na OMC foi crucial para o país poder competir “equitativamente” a nível mundial em um sistema em que organizações unilaterais detêm o monopólio das regras. E, principalmente, esta inserção garantiu ao país a consolidação de seu status enquanto expressivo pivô na economia mundial. Embora a OMC preconize a introdução de regras restritivas ao comércio chinês, a China prossegue preservando seu espaço de influência, através da ação estatal, na condução da modernização produtiva e de sua internacionalização. Isto é: o Estado não abriu mão de utilizar instrumentos políticos para garantir o fortalecimento das bases nacionais de sua modernização produtiva, tampouco de seu modelo de desenvolvimento a longo prazo (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Neste início de século 21, podemos afirmar que a China percorreu uma longa trajetória de desenvolvimento, sobretudo no que tange o salto qualitativo que o setor produtivo chinês realizou. Considerar o gigante asiático enquanto um importante *player* econômico e político mundial já é uma realidade para a geopolítica atual. Para dar “fôlego” ao pujante desenvolvimento chinês, o Partido Comunista sinaliza importantes mudanças que já estão ocorrendo nas políticas governamentais de investimento e desenvolvimento do país.

Uma das mais relevantes desta conjuntura é a Iniciativa de Desenvolvimento do Oeste – ou Marcha para o Oeste, como é comumente conhecida –, colocada em curso a partir do ano de 1999 para promover importantes políticas de desenvolvimento regional. Em linhas gerais, trata-se de um pacote de investimentos nas regiões Oeste, Nordeste e Centro da China visando a redução da concentração produtiva do país, concentrada na faixa costeira, desencadeada pela instalação das Zonas Econômicas Especiais. Desta forma, tem-se como objetivo principal reduzir a diferença de renda e de desenvolvimento econômico em geral em relação à costa.

Morais (2015) identifica três objetivos fundamentais nesta estratégia de privilegiar o desenvolvimento da região oeste chinesa:

1)melhorar a infraestrutura necessária para o aumento da produtividade e a comunicação com outras regiões – em especial

transporte, transmissão de energia e gasodutos, e a ligação destes com a costa;

2) promover a criação de polos industriais, que, sob a mesma lógica dos degraus da costa, depois transbordariam desenvolvimento para o restante da região;

3) atrair investimentos domésticos e internacionais para o desenvolvimento local.

Desta forma, a Marcha para o Oeste tem a intenção de expandir as conquistas realizadas no litoral chinês para o vasto espaço que cobre as províncias ocidentais da China, sobretudo as regiões autônomas de Ningxia, Tibete e Xinjiang. Esse espaço cobre 60% do território da China, mas, como predominam nele montanhas e desertos, menos de um quarto da população do país está ali abrigado (OLIVEIRA, 2012).

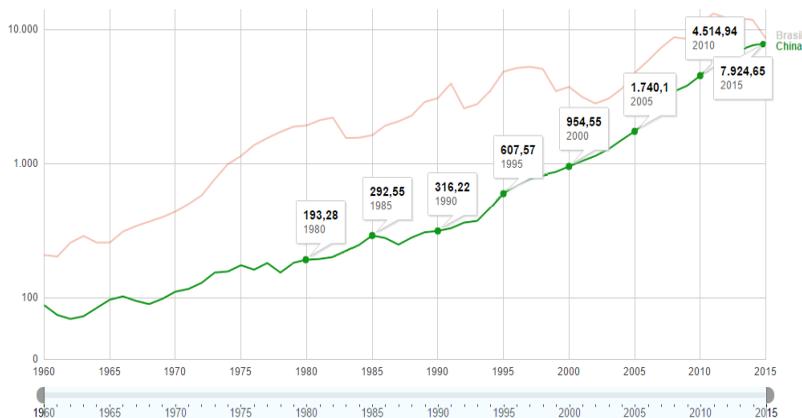
Notadamente, quando a Marcha para o Oeste começou, no ano de 1999, a Região Autônoma do Tibete (RAT) era uma das regiões mais isoladas da China, a única que não possuía acesso por estrada de ferro. A construção da ferrovia Qinghai-Tibete, já em funcionamento, foi um dos projetos mais impressionantes realizados pelo governo chinês. Com a conclusão da obra, atualmente a ferrovia conta com mais de 900 quilômetros de trilhos correndo a uma altura superior a 4 mil metros (OLIVEIRA, 2012).

Os programas de promoção do desenvolvimento das regiões Oeste, Nordeste e Centro constituem a peça principal de um esforço coordenado de abrandamento destas disparidades regionais e, conseqüentemente, de incrementação do PIB *per capita* do país. Conjuntamente, trata-se de empreender políticas públicas com o objetivo explícito de aliviar a tensão distributiva que se consolidou ao longo do Plano de Reforma e Abertura. Essas políticas tiveram início a partir da gestão do Presidente Hu Jintao, no ano de 2003 (MORAIS, 2015).

Percebe-se no Gráfico 6, apresentado a seguir, como o índice do PIB *per capita* chinês teve um salto considerável a partir do ano de 2000, atingindo um valor muito aproximado ao do Brasil no ano de 2015. Para atingir tais resultados, citam-se algumas intervenções gestadas pelo governo diretamente no mercado de trabalho para garantir aumentos consistentes dos salários; algumas modestas políticas fiscais pró-classes mais baixas; criação de programas de renda mínima; e o incremento dos sistemas nacionais de seguridade social e serviços públicos essenciais gratuitos (educação) ou com contribuições compartilhadas (saúde e previdência) (MORAIS, 2015).

Gráfico 6 – PIB per capita da China (emUS\$) – 1960-2015

PIB per capita (US\$ atualizados) - Registro [?](#)



Dados de Banco Mundial Última atualização: 6 de fev de 2017

Fonte: Google Public Data (2017).

Essas políticas tornaram-se mais evidentes com o XII Plano Quinquenal (2011-2015), que teve como principal objetivo reduzir a fatia relativa dos investimentos e das exportações que obtiveram proeminência sobre todo o conjunto do plano de desenvolvimento chinês nas últimas décadas. Desta forma, assegura-se uma transição no padrão de crescimento chinês, num cenário de contração da demanda internacional vigente desde a crise financeira mundial de 2008.

Após profundas e expressivas transformações ocorridas em menos de um século, Cunha e Acioly (2009) ressaltam que, graças ao desenvolvimento chinês, há em curso um processo de regionalização no continente asiático em torno da China. Este processo representa uma etapa diferenciada da verificada até meados dos anos 1990, cuja liderança era eminentemente japonesa. Entretanto, já na transição para os anos 2000, a China consolidou-se enquanto principal epicentro dinâmico da região.

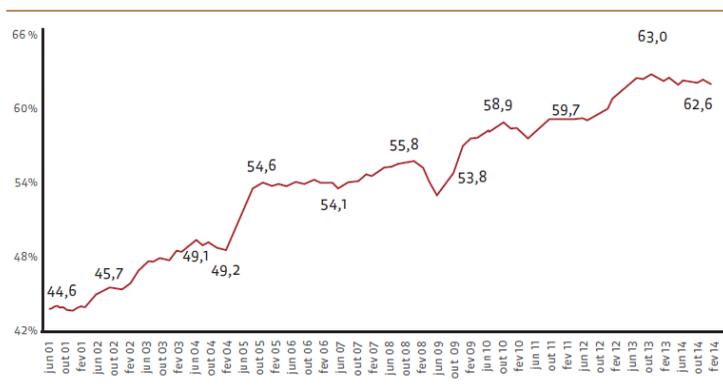
Para galgar tal posição, note-se que a participação chinesa no comércio mundial avançou seis vezes desde o ano de 1986, representando, junto aos Estados Unidos, fonte principal da geração de demanda no ciclo forte de expansão global ocorrido entre 2003 e 2007, comumente conhecido como “*boom das commodities*”. Desta maneira, a China retomou seu papel histórico milenar de liderança regional, ao

mesmo tempo em que amplia cada vez mais sua presença no mercado doméstico dos Estados Unidos.

A estratégia regional chinesa busca a retomada e o aprofundamento das relações econômicas com seu entorno, tanto por trocas comerciais quanto pela construção de laços institucionais mais sólidos. Uma iniciativa concreta para este direcionamento foi o estabelecimento, por parte da China, do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, no ano de 2015, que estabelece laços econômicos com grande parte da Ásia (CUNHA; ACIOLY, 2009). Decorrente do peso da economia da China, o comércio intra-asiático, por sua vez, torna-se cada vez mais expressivo, como ilustra o Gráfico 7, abaixo. Demonstra, sobretudo, como a iniciativa do gigante asiático, de ter parte majoritária de seu comércio voltada para sua região, afeta o índice total do continente como um todo.

Gráfico 7 – Comércio intra-asiático no período (%) junho 2001–fevereiro 2014

Comércio intra-asiático (participação das exportações dos países asiáticos para seus vizinhos asiáticos)



Fonte: CEIC Elaboração: Bradesco

Fonte: CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (2015a).

Naturalmente, dada a dimensão da grandeza e do dinamismo da economia chinesa, as economias vizinhas acabam por perder espaço no mercado internacional nos principais mercados extrarregionais, sobretudo nos Estados Unidos. Em contrapartida a este processo desencadeador, a China busca cooptar estas mesmas economias vizinhas “desfavorecidas” e deslocadas dos mercados globais por força de sua concorrência. Para tal, oferece seu próprio mercado como uma fonte substituta de dinamismo para as mesmas, compensando este fator com um aumento de vendas para o mercado doméstico chinês.

Atualmente, países vizinhos como Hong Kong, Japão, Coreia e do Sul e Taiwan correspondem por 60% do IDE absorvido pela China. Este IDE consiste majoritariamente pela demanda chinesa em matérias-primas e equipamento, o que explica as importações chinesas destes países terem dado um salto significativo de uma média mensal de US\$ 20 bilhões/mês no começo do ano de 2002 para mais de US\$ 50 bilhões/mês no final do ano de 2004 e início de 2005, segundo dados de Cunha e Acioly (2009). Desse modo, a China se posiciona como importadora líquida de insumos e equipamentos de teor mais sofisticado dentro da região asiática, para consolidar-se enquanto exportadora líquida de manufaturas para os mercados ocidentais.

Por conseguinte, a China, com sua influência regional, transforma progressivamente seu entorno estratégico em um ambiente favorável para a expansão territorial de sua economia. Por intermédio de redes comerciais e cooperação, vai além de uma relação meramente econômica, pois trata-se, na realidade, de verdadeira estratégia que se traduz em uma geopolítica de busca da redução de conflitos históricos com seus países vizinhos, processo este que foi construído pacientemente desde o Programa de Reforma e Abertura.

Cunha e Acioly (2009) ressaltam que, desde a década de 1980, a China reestabeleceu relações diplomáticas com os países de Cingapura (no ano de 1990), Indonésia (1990), Brunei (1991) e Coreia do Sul (1992), além de intensificar as relações com Índia (1988) e Filipinas (2000) e a normalizar as relações com Mongólia (1989), Rússia (1989) e Vietnã (1991). Consolidando-se, portanto, como principal polo político e econômico da região asiática.

4.3A CHINA DEPOIS DA ABERTURA: UM PAÍS EM PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA?

Notadamente, o Programa de Reforma e Abertura modificou profundamente a organização espacial da China. De um país

consideravelmente ausente em âmbito de intercâmbio internacional ao longo do período maoísta, em dias atuais é difícil conceber o comércio e a economia mundial sem a representação cada vez mais crescente deste gigante asiático. Estas transformações derivam, inegavelmente, da abertura chinesa ao mundo planejada pelo programa.

Fatalmente, o Programa de Reforma e Abertura, em toda sua amplitude, levou à construção da crítica rotineira de que a China retornou aos moldes capitalistas que sua revolução comunista tanto abominou. A imprensa ocidental repetidamente volta a reiterar o refrão do “retorno ao capitalismo”, enquanto as lideranças chinesas continuam reforçando sua meta socialista para as mudanças em curso. Na literatura acadêmica, comumente se aponta o processo histórico gestado por Deng Xiaoping como um caso clássico da neoliberalização difundida mundialmente ao final do século 20, em reverberação aos movimentos liberalizantes nos Estados Unidos e na América Latina.

David Harvey (2014), em sua obra “O neoliberalismo: história e implicações”, faz críticas contundentes ao processo de abertura chinês. Para o autor, o chamado “socialismo com características chinesas” não difere da ascensão do neoliberalismo em detrimento à decadência do “socialismo real” do Leste Europeu e da União Soviética. A convicção do autor se traduz, sobretudo, na capa do livro, em que Deng Xiaoping é esquadrinhado ao lado de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Augusto Pinochet, dando a entender que a China se fez valer dos mesmos processos de desmonte do Estado nacional em favorecimento ao capitalismo financeiro internacional.

Harvey (2014) afirma que a China pode ser enquadrada no conceito que ele denomina de Estado neoliberal, “um tipo particular de aparelho de Estado cuja missão fundamental foi criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros” (HARVEY, 2014, p. 17). As liberdades que o Estado neoliberal assegura, segundo o autor, “refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro” (HARVEY, 2014, p. 17).

Neste tipo característico de Estado, há forte favorecimento aos direitos individuais e à propriedade privada, ao regime de direito e às instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio – o que Harvey (2014, p. 75) denomina de “arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades”. Cabe ao Estado usar seu monopólio dos “meios de violência” para preservar a todo custo essas liberdades, fazendo com que “setores antes feridos ou regulados

pelo Estado têm de ser passados à iniciativa privada e desregulados, libertos de todo o tipo de interferência” (HARVEY, 2014, p. 76).

Ainda segundo o autor, um ponto crucial para comprovar que o Estado chinês é de fato neoliberal, se justifica pelo forte apelo ao sentimento nacionalista propagado na sociedade chinesa, premissa para assegurar a hegemonia do governo chinês sob a população, a exemplo da “intensidade do programa de treinamento dos atletas na Olimpíada de Pequim” (HARVEY, 2014, p. 94). Seguindo seu raciocínio, o Estado neoliberal é igualmente encarregado de disseminar um tipo de poder neoconservador, a que ele chama de “totalmente autoritário” a exemplo de Vladimir Putin na Rússia e o Partido Comunista na China. E alerta: “embora alicerçado de maneira diferente em diferentes formações sociais, põe em destaque os perigos de degenerar em nacionalismos concorrentes e talvez mesmo em guerra” (HARVEY, 2014, p. 96).

Ora, David Harvey (2014) ignora inúmeras especificidades chinesas. Mesmo após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que significou, de fato, a aceitação do *establishment* econômico mundial por parte da China, mas isto não implicou, em absoluto, o afastamento do Estado chinês da condução estratégica do desenvolvimento da nação. Ao contrário do que preconizam os organismos internacionais – a máxima de “menos Estado e mais mercado” –, no caso chinês o Estado prosseguiu desempenhando função crucial na ordenação das políticas econômicas e de desenvolvimento.

Cunha e Acioly (2009) pontuam que historicamente a civilização chinesa é marcada desde seus primórdios pela presença central do Estado na organização da vida social. A isto, se devem as marcas históricas relegadas à formação econômica e social da China por seu modo de produção asiático, discutido anteriormente neste capítulo. As lideranças do Programa de Reforma e Abertura adotaram nada mais do que o pragmatismo na condução de uma estratégia clara de crescimento econômico, este, entendido como um objetivo intermediário de um norte maior que há muito persegue o povo chinês: recuperar sua posição hierarquicamente elevada na ordem internacional.

As reformas liberalizantes não representaram “um fim em si mesmas” ou mesmo uma adesão à ordem liberal econômica, como critica Harvey (2014). Há contrastes evidentes entre o plano de desenvolvimento chinês, de adaptação gradual e planejada ao contexto de globalização, às experiências radicais de transição das economias do antigo bloco soviético ou, até mesmo, da adoção do Consenso de Washington na América Latina, que consistiram em uma adesão

completa ao neoliberalismo. Pelo contrário, a experiência chinesa parece reproduzir vários dos elementos centrais dos processos de desenvolvimento verificados em outras economias asiáticas e europeias, naquilo que Cunha e Acioly (2009) denominam de um modelo de “capitalismo organizado”.

A experiência chinesa vem sendo marcada por uma constante manutenção de um forte controle estatal sobre as transformações socioeconômicas chinesas e, sobretudo, por um pragmatismo na gestão dos objetivos intermediários e instrumentais do país, comandando sua economia doméstica por políticas fiscais e monetárias que correspondam aos interesses de um desenvolvimento soberano. A internacionalização chinesa se deu através das prioridades de absorção de capitais (na forma de investimentos diretos, e não de dívida) e, sobretudo, de tecnologia, além de ampliar significativamente a geração de divisas por meio de um pujante comércio internacional (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Morais (2015) aponta que uma das principais peculiaridades da China, quando comparada a outros países socialistas em transição, é que a propriedade das empresas estatais foi mantida inalterada durante os primeiros quinze anos de reformas. Ademais, outra particularidade, quando comparado aos países que realizaram privatizações nos anos 1990, é que, quando este processo iniciou na China, os principais beneficiários não foram investidores estrangeiros ou uma elite empreendedora estabelecida, mas, sobretudo, os antigos gerentes das fábricas – isto é, cidadãos chineses: gestores, empresários, dirigentes de províncias etc.

No chamado “socialismo com características chinesas”, as frações capitalistas chinesas que emergiram ao longo do processo de acumulação de capital previsto pelo Plano de Reforma e Abertura foram e são fortemente tuteladas pelo controle restrito do Estado chinês. Instaurou-se uma verdadeira estratégia nacional de acumulação de capital a longo prazo. O Estado da China engajou-se, desta forma, duplamente em criar e cooptar as frações de classe capitalista, posicionando-se como a fonte principal deste processo reprodutivo. Isso só foi possível graças ao enorme poder que o Partido exerce sob as frações capitalistas (NOGUEIRA; CHEN; PINTO, 2016).

Desse modo, o Partido Comunista assumiu um papel ativo na criação de uma classe capitalista e suas frações. Como esta elite econômica não era existente na era pré-Plano de Reforma e Abertura, o Estado encontrou um espaço enorme de manobra em estimular e moldar o 1% desta elite. Ou seja, determinados setores econômicos, particularmente os considerados estratégicos para a realização dos

sucessivos Planos Quinquenais, foram estimulados em detrimento a outros. Isto se traduz em políticas de longo prazo e com os principais objetivos políticos de modernização e construção do bem-estar chinês ao mesmo tempo em que se ergue uma nação forte (GUO, 2013, p. 17 apud NOGUEIRA; CHEN; PINTO, 2016).

Em concordância a estes argumentos, Neto (2005) pontua que, apesar do vigoroso processo de abertura empreendido desde o final da década de 1970, não se pode afirmar peremptoriamente que a economia chinesa é, afinal, uma economia completamente aberta. Ele traz dados de que em um conjunto de 46 países, a China foi classificada, ao final da década de 1990, como detentora do 41º lugar em termos das facilidades encontradas para investidores estrangeiros realizarem aquisições. Mais contrastante ainda, do ponto de vista do autor, é perceber que países como Brasil, México e Índia foram classificados, respectivamente em 29º, 28º e 35º lugares, considerados, portanto, ambientes mais flexíveis à captação do investimento estrangeiro. Isto desmistifica, em parte, o senso comum imposto que o território chinês está de “portas escancaradas” para a fixação indiscriminada de capital estrangeiro para lucrar com a mão de obra chinesa.

Atualmente, a China prossegue representando um dos poucos países no mundo que sistematicamente se recusam a liberalizar completamente seu sistema financeiro. O Estado chinês possui um forte controle de seus capitais, incluindo restrições na entrada de investidores estrangeiros, bem como controle estatal sobre os maiores bancos chineses, a fim de assegurar os interesses financeiros e econômicos que os investimentos chineses necessitam (NOGUEIRA; CHEN; PINTO, 2016).

Outro ponto debatido por David Harvey (2014) seria o suposto “nacionalismo extremo” que serviria de base para o Estado neoliberal. O que o autor ignora é que a China é, por natureza, forjada estritamente em um nacionalismo milenar, como é brevemente elucidado na seção 1.4 deste capítulo. A China possui um forte sentimento identitário que está arraigado e é a própria síntese de sua sociedade, legado pelo taoísmo e o confucionismo, que antecede em gerações o conceito de Estado neoliberal criado por Harvey.

Ora, historicamente o território chinês foi permeado tanto por guerras civis internas, representadas nos conflitos das dinastias que buscavam supremacia total sob o território chinês, como por invasões de terceiros, a exemplo do imperialismo inglês, com a forçosa abertura dos portos e, posteriormente, através da Guerra do Ópio. A leste, houve pretensões do belicoso Estado japonês, o qual “não tinha qualquer

interesse na sobrevivência das antigas instituições chinesas ou na ordem mundial sinocêntrica” (KISSINGER, 2011, p. 72). O Japão, historicamente, possuía pretensões de ser o “centro” da ordem asiática e a rivalidade entre ambos perdura simbolicamente até os dias de hoje.

Ao norte, havia uma Rússia expansionista e militarmente dominante que buscava a incorporação de território. Uma ampla fatia de território na chamada Manchúria Exterior, ao longo da costa do Pacífico, que inclui hoje a cidade portuária conhecida como Vladivostok, foi cedido da China para a Rússia. As diferenças entre China e Rússia, aliás, perduraram por boa parte do século 20 com a União Soviética, levando inclusive à cisão entre Mao Tsé-Tung e Khrushchev. Para a China, não haveria a possibilidade de convivência pacífica em uma relação onde “a URSS encarava o mundo comunista como uma entidade estratégica homogênea cuja liderança estava em Moscou” (KISSINGER, 2011, p. 169), além de Mao considerar o Estado soviético “revisionista” com os preceitos marxistas revolucionários.

Percebe-se, portanto, que o forte nacionalismo é nada mais do que uma estratégia chinesa para lidar com séculos de invasões e litígios de fronteira. Em realidade, Harvey (2014) parece não compreender o fato de que a China, ainda que seja uma grande potência comercial e econômica, não possui pretensões imperialistas e *muito menos* beligerantes. Como ressalta Arrighi (2008), a ascensão da China é notável pois trata-se de um país que “não é vassala dos Estados Unidos, como o Japão ou Taiwan, nem é uma reles cidade-Estado, como Hong Kong e Singapura” (ARRIGHI, 2008, p. 23).

De fato, a China se distancia enormemente da postura hegemônica unilateral estadunidense, por exemplo. A proclamação do presidente Hu Jintao, no ano de 2004, sobre os “quatro não” – “não à hegemonia, não à força, não aos blocos, não à corrida armamentista” – e os “quatro sim” – “à construção de confiança, à redução das dificuldades, ao desenvolvimento da cooperação e ao evitamento do confronto” (ARRIGHI, 2008, p. 299) sintetizam a filosofia pacífica – porém disciplinada – da expansão chinesa. Antagonicamente, os Estados Unidos, desde sua independência em 1776, nunca ficaram por menos de dez anos ausentes de uma guerra fora de seus domínios territoriais. Nesse sentido, a China serve como uma voz alternativa e defensora do multilateralismo em contrapeso ao unilateralismo estadunidense.

Com base na breve análise discutida anteriormente, nos permitimos discordar do conceito que Harvey (2014) utiliza – o de Estado neoliberal – para o verdadeiro paradigma de desenvolvimento da China. O autor, como inúmeros teóricos, trata o modelo de

desenvolvimento chinês através da visão anacrônica ocidental que incompreende modelos que não seguem o padrão histórico euro-americano. Ao tentar enquadrar uma formação socioeconômica tão específica, complexa e particular – como o são todas as formações mundiais! – quanto a chinesa em “conceito único”, entendemos que o autor se equivoca na sua avaliação, pecando na tentação da “análise classificatória”.

A crítica final que podemos fazer a David Harvey (2014) em sua análise sobre a China na obra “O neoliberalismo: história e implicações” é a presunção de que, com a atual ascensão econômica chinesa e seu fortalecimento enquanto potência na balança de poder internacional, poderia haver litígio belicoso com os Estados Unidos, os quais adotariam a postura do “estilo paranoico da política americana”. Segundo Harvey (2014), isso significaria evocar o estilo político com longa história nos EUA, onde “desde a Segunda Guerra Mundial tem sua residência particular num poderoso complexo industrial-militar que tem seus interesses escusos na permanente militarização” (HARVEY, 2014, p. 93). Para o autor, o fim da Guerra Fria evocou, contudo, a questão da origem da ameaça à segurança norte-americana, onde “o islamismo radical e a China surgiram como os dois principais candidatos externos” (HARVEY, 2014, p. 93).

Apesar da forte retórica do governo estadunidense que vê com preocupação a inundação de seu quintal com produtos chineses, a perda de competitividade na sua economia doméstica e, principalmente, o deslocamento de inteiros setores de produção que resultam inevitavelmente em desemprego, atualmente os Estados Unidos e a China vivem um paradoxo de dependência. Isso torna-se evidente ao identificar que uma das principais promessas de campanha do recém-eleito Presidente Donald Trump, nos Estados Unidos, é taxar em 45% as importações chinesas para compensar a desvalorização do *yuan* (CALEIRO, 2016), assim como a constante retórica de “trazer de volta para os Estados Unidos os empregos que foram para a China” (ESTADÃO CONTEÚDO, 2017). Todavia, como discutiremos no capítulo final desta pesquisa, as relações entre ambos os países estão distantes de tornarem-se beligerantes e não-diplomáticas.

Como acertadamente afirmou Castro (2012), dificilmente um fenômeno portador de enormes mudanças foi tão incompreendido como a erupção contemporânea da China.

Findado o capítulo quatro encerramos a primeira seção desta pesquisa, que tratou de realizar uma análise paralela da formação social e econômica de Brasil e China tomando seus respectivos desenvolvimentos enquanto processos específicos. Deste ponto, partimos para a seção final desta pesquisa, em que discutimos a convergência bilateral sino-brasileira em seus aspectos comerciais, econômicos e políticos, amparada pelo embasamento teórico realizado até aqui. O capítulo cinco pretende, portanto, analisar brevemente a conjuntura internacional deste início de século 21 e identificar de que forma Brasil e China estruturaram seus vínculos, sobretudo os comerciais e de cooperação estratégica, a partir dos anos 2000 – período em que a relação bilateral entre ambos se intensifica consideravelmente.

Discutimos, também, as principais questões problematizadoras da pesquisa, pondo em perspectiva os benefícios e desvantagens de o Brasil, em conjuntura geopolítica atual, aproximar-se consideravelmente da China em âmbito econômico e político. Ademais, procuramos debater as críticas feitas a uma possível reprimarização da economia brasileira e da dependência de exportação da mesma de *commodities* primárias, sobretudo as intensivas em recursos naturais, em um período de arrefecimento do “*boom das commodities*”.

Por fim, levantamos as possibilidades estratégicas para o desenvolvimento brasileiro na conjuntura atual e futura voltadas para a inserção competitiva do Brasil no mercado doméstico chinês. Em especial, levando em consideração o fato de que atualmente a China, orientada por seu XIII Plano Quinquenal, desloca vagarosamente o centro dinamizador de sua economia das políticas fomentadoras de exportação para privilegiar um desenvolvimento voltado para seu mercado interno.

5SÉCULO 21: BRASIL E CHINA E A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MULTIPOLAR

5.10 BRASIL E RETOMADA DE SEU DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A transição para o século 21 colocou em ceticismo inúmeras questões e premissas políticas e econômicas que foram construídas ao longo do século anterior. A experiência dos países em desenvolvimento frente ao *establishment* neoliberal, capitaneado por instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, trouxe à tona a discussão da necessidade de construir um modelo alternativo de

desenvolvimento e, sobretudo, reformar as instituições clássicas de Bretton Woods.

Fruto desta conjuntura é o crescimento de uma descrença generalizada para com os Estados Unidos enquanto égide da ordem mundial, em grande parte pelas críticas gestadas em movimentos populares e organizações internacionais de resistência. Seu sucessivo e extenso histórico de envolvimento em guerras imperialistas no Vietnã, Afeganistão, Iraque, Panamá, Guerra do Golfo, dentre outros, moldou a opinião pública de que as chaves de segurança mundial deveriam ser peremptoriamente compartilhadas de forma mais democrática. O ensejo pela construção de pluralidade dentro de instituições de negociação, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), agigantou a ascensão de governanças nacionais que não se sentiam representadas pela agenda da antiga ordem unipolar de idos passados.

A ascensão da China enquanto importante protagonista mundial, como desenvolvido no capítulo 4, é estimulada com base neste panorama político internacional – sendo o próprio país, de forma dialética, um dos propulsores da mesma. Embora esta ascensão econômica tenha sido fruto de um longo processo histórico, podemos afirmar que, dadas as condições materiais de que a China dispunha em seu período pré-revolução, trata-se indubitavelmente de um fenômeno extremamente rápido e intenso.

As transformações estruturais na sociedade chinesa são um reflexo concreto desse crescimento: basta levar em consideração que, em 1978, a China possuía uma população de 982 milhões de habitantes, dos quais 82% viviam na zona rural (CUNHA; ACIOLY, 2009). Marcadamente, durante o governo de Mao Tsé-Tung (1945-1976), 40% da produção e 70% do emprego se originavam do setor primário, tendo a indústria respondendo por 30% do PIB e apenas 18% do emprego. Já em 2006, a população era 33% maior, tendo atingido cerca de 1,3 bilhão de habitantes, dos quais cerca de 750 milhões pertenciam à população economicamente ativa (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Note-se que entre 1978 e 2006 a população urbana passou de 172 milhões para 577 milhões de pessoas, tornando claro como a área costeira das ZEEs e grandes centros urbanos tornaram-se, após a abertura chinesa, o centro nevrálgico da produção do país. Nesta nova realidade, as atividades econômicas tipicamente urbanas também passaram a responder pela maior parte da produção – 43% na indústria e 39% nos serviços – e emprego – 25% na indústria e 32% nos serviços. Há a projeção para que no ano de 2030 a população se estabilize ao redor de 1,5 bilhão de habitantes, e somente em 2050 a renda per capita

atingirá um nível intermediário, conformando a sociedade em um nível moderadamente próspero (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Diferentemente da postura imperialista-beligerante dos Estados Unidos, a China visa uma ascensão pacífica. Prova disso foi a publicação, em 2005, do Presidente do Fórum de Reformas da China, Zheng Bijian, do artigo *China's Peaceful Rise to Great-Power Status* (ZHENG, 2005) na revista estadunidense *Foreign Affairs* como uma forma de “tranquilizar” as potências ocidentais sobre as pretensões chinesas. Zheng (2005) sintetizou a tônica do que viria a ser a estratégia chinesa para o século 21, que busca, acima de tudo, transcender os modos tradicionais com os quais as potências centrais emergiram. Ainda que o objetivo da China seja claramente ocupar um local estratégico na nova ordem política e econômica internacional, o país não o concretizará através de uma postura imperialista, coercitiva ou marcial. Tampouco, aspira pela dominação global nos moldes da Guerra Fria.

Com esta postura aberta ao diálogo e de representatividade das economias em desenvolvimento, a China aproximou-se consideravelmente da América do Sul. Como em outras partes do mundo, a intervenção econômica no continente seguiu uma trajetória ascendente e acelerada ao longo da primeira década do século 21. Consequentemente, o país transformou-se no maior parceiro comercial da maioria dos países da região. Fiori (2013) aponta que, a partir dos anos 2000, a China mais que dobrou sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos, e seu valor bruto cresceu mais de 700%. Igualmente, a parcela de investimentos que a China destinou à América do Sul cresceu consideravelmente, recebendo em uma média 18% dos recursos do país asiático, perdendo apenas para a Ásia, para onde vai 63% do investimento externo chinês.

Desta forma, a região da América do Sul, historicamente dominada e hierarquizada pela zona de influência do poder político de Washington, buscou caminhos alternativos para concretizar o seu desenvolvimento em um contexto de recessão econômica legado por governos neoliberais. Por conseguinte, muito se fala que uma das principais palavras-chaves que define o século 21 é a *multipolaridade*. A China, por sua vez, contribuiu expressivamente para este panorama, em específico, ao propor sua parceria política e econômica.

Com relação ao Brasil, não foi diferente: nesta transição de século, além de aproximar-se consideravelmente da China, o país iniciou o empreendimento de um processo da retomada de seu desenvolvimento nacional. Transformou-se em uma das principais nações emergentes do mundo, com uma economia diversificada e

complexa, realizando um longo processo de estabilização macroeconômica para atingir importantes índices de crescimento econômico.

Dotado de recursos naturais invejáveis, o Brasil realizou a transição final para uma economia majoritariamente urbana e com um setor de serviços desenvolvido, processo considerado extremamente complexo em países populosos e que levará ainda algumas décadas para se consolidar na China. Possuidor de um setor privado pujante, o país é bastante aberto aos investimentos estrangeiros e apresenta, hoje, uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Ao mesmo tempo, realizou tal estabilização implementando políticas exitosas de inclusão social e de redução das desigualdades, segundo a análise realizada pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2015d).

Para concretizar este panorama, foi colocado em andamento no Brasil um projeto de desenvolvimento nacional que buscou rever drasticamente o modelo econômico até então hegemônico do Consenso de Washington. Longe de ter uma “herança bendita”, o quadro geral do país ao final do ano de 2002 era de descontrole macroeconômico (BARBOSA, 2013). Isso também se observou na América Latina como um todo, com a emergência de governos com orientação nacional-desenvolvimentista reivindicados por movimentos populares, duramente golpeados pelas políticas neoliberais – sobretudo com o desemprego e a precarização laboral (SADER, 2010).

No caso brasileiro, a construção para uma progressiva estabilidade macroeconômica se inicia no ano de 2003. Em âmbito internacional, inclui-se aqui a importância da China, que contribuiu consideravelmente para a aceleração da economia mundial e o estabelecimento de um ambiente favorável para o intercâmbio comercial.

Em linhas gerais, houve a construção de um panorama expresso pela melhoria na balança de pagamentos em conta corrente e por um substancial aumento das reservas internacionais³², assim como a recuperação de investimentos públicos e privados e um avanço significativo na melhoria da distribuição de renda. Internamente, ela deu impulso, ao lado da expansão do emprego e do crédito, ao que pode ter

³² Ainda que a acumulação de reservas tenha sido realizada sob um pesado custo financeiro, essa opção mostrou-se estratégica, pois garantiu um ambiente interno seguro e estável contra as flutuações adversas na economia mundial no pós-crise de 2008.

sido a inauguração de um modelo de expansão pela via do mercado interno de consumo de massa (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013).

Externamente, a volta do desenvolvimento resultou na passagem da condição de devedor à de credor internacional³³, com os grandes avanços no combate à pobreza e à exclusão social, criando condições para uma política externa mais ativa e altiva (GARCIA, 2010).

Especificamente, a elevação substancial nos termos de troca da economia com o resto do mundo possibilitou à utilização destes ganhos na canalização de recursos para a redução das vulnerabilidades financeiras do país, ao mesmo tempo em que ocorreu a aceleração do crescimento econômico puxado por investimentos e pelo consumo doméstico. Simultaneamente, reconheceu-se que o agronegócio e a mineração possuíam vantagens competitivas, conjuntamente com a promoção de uma maior flexibilidade cambial e sobretudo a defesa da indústria nacional.

No âmbito social, foram colocadas em prática uma série de políticas e ações que visavam melhorar a distribuição de renda, criando um círculo virtuoso entre a expansão do emprego e do consumo. Paulatinamente, construiu-se um processo de inclusão social, redução da taxa de desemprego e aumento dos salários reais, ao mesmo tempo em que se ampliou o acesso da população ao crédito (MATTOSO, 2013).

A redução da desigualdade de renda foi acompanhada pela elevação do grau de formalização do mercado de trabalho e pela ampliação do crédito à pessoa física e à jurídica. Desta maneira, Barbosa (2013) afirma que esses resultados apresentam uma importante conquista do Brasil, pois historicamente os períodos de aceleração do crescimento brasileiro ocorriam obrigatoriamente com a concentração na distribuição de renda, tal qual foi feito durante o período da ditadura civil-militar.

Ao combinar políticas capazes de articular o econômico e o social, potencializou-se o crescimento e a produtividade, gerando algo inexistente ao longo das duas décadas anteriores: o desenvolvimento. Depois de anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses rentistas e de ausência de políticas econômicas pró-desenvolvimento,

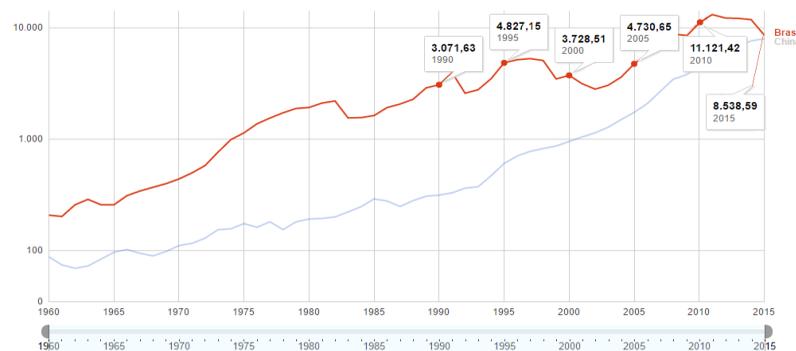
³³ Um ponto simbólico dessa construção de autonomia ocorreu ao final do ano de 2005, quando o governo brasileiro decidiu encerrar sua dívida junto ao Fundo Monetário Internacional, mediante pagamento único de 23 bilhões de dólares. O fim da dívida brasileira junto ao FMI teve grande importância política e econômica, pois marcou uma nova fase no Brasil de maior autonomia na condução de suas políticas econômicas (BARBOSA, 2013).

fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas e de combate à pobreza, sobretudo após 2006, com a mais efetiva articulação do econômico e do social e com o enfrentamento das crises internacionais com políticas inovadoras e anticíclicas (MATTOSO, 2013).

Com a articulação do Estado, consolidou-se no país a predominância de políticas macroeconômicas que gradualmente desprenderam-se da lógica de pensar a indústria e o crescimento econômico sob a lógica única das exportações, passando a priorizar a expansão do mercado interno (MATTOSO, 2013). Conjuntamente, há o reconhecimento de que as políticas sociais favorecem não somente o aumento da inclusão e a redução da pobreza e da desigualdade, mas também a economia (por meio da ampliação do mercado interno e do consumo de produtos nacionais). A isso, desencadeou-se um vigoroso crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), bem como uma elevação considerável do PIB *per capita*, como ilustra o Gráfico 8, a seguir,

Gráfico 8 - PIB per capita (emUS\$) do Brasil – 1960-2015

PIB per capita (US\$ atualizados) - Registro



Dados de Banco Mundial Última atualização: 6 de fev de 2017

Fonte: Google Public Data (2017).

Ao longo desse processo de conformação de políticas desenvolvimentistas, com o combate à pobreza e o início do rompimento com nossa histórica desigualdade, reconheceu-se que dificilmente os avanços implementados seriam capazes de dar conta, em tão curto período, de todos os nossos problemas estruturais e de mais longo prazo. Também se reconheceu que essas políticas de desenvolvimento precisariam ser constantemente aperfeiçoadas para dar conta das constantes alterações da conjuntura econômica nacional e internacional e dos novos desafios colocados (MATTOSO, 2013).

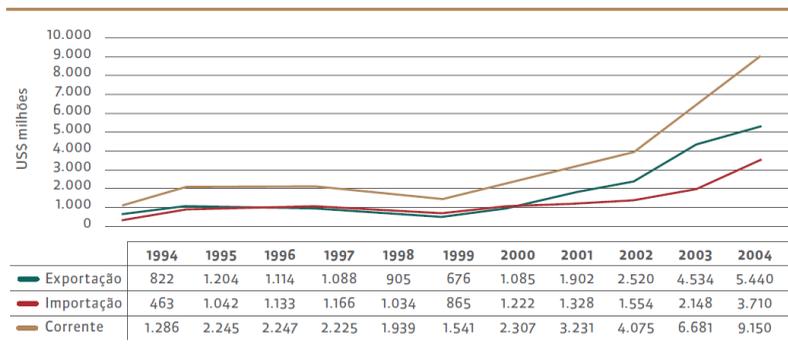
5.2A CONVERGÊNCIA ECONÔMICA E POLÍTICA ENTRE BRASIL E CHINA

É a partir desta conjuntura nacional que Brasil e China amadurecem suas relações políticas e econômicas e, sobretudo, as lançam para um inédito patamar de bilateralidade. Para o Brasil, isso significou superar um longo período de alinhamento quase automático do país às grandes potências ocidentais para dar favorecimento a um aumento de sua autonomia internacional. Notadamente, o Brasil concretizou o aprofundamento da integração política e econômica com o Mercosul, com o continente africano e, principalmente, ampliou sua área de convergência e ação comum com as potências emergentes do século 21, China, Índia e Rússia (FIORI, 2013).

O Conselho Empresarial Brasil-China (2015a) traz uma análise detalhada sobre as circunstâncias e bases em que essa convergência bilateral ocorreu. Ainda que o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China tenha ocorrido no ano de 1974, no auge da ditadura civil-militar brasileira, para fins de um estudo mais detalhado nos ateremos inicialmente ao período de final da década de 1990 para os anos 2000. Justificativa para tal, concentra-se no fato que este mesmo período representa uma inflexão onde a relação entre ambas as partes realiza um salto *qualitativo* no que tange o intercâmbio econômico, tecnológico e diplomático.

As relações bilaterais ao longo da década de 1990, sobretudo a partir da declaração da China enquanto Parceria Estratégica no ano de 1993, foram sistematizadas por importantes mudanças em termos quantitativos e qualitativos, sobretudo pelo aumento das trocas comerciais, a diversificação da pauta exportadora e importadora do Brasil e pelo progressivo ingresso de manufaturas chinesas em solo brasileiro. No Gráfico 9 pode-se perceber como o intercâmbio comercial entre Brasil e China permaneceu relativamente estável ao longo da década de 1990.

Gráfico 9 - Intercâmbio Comercial Brasil-China – 1994-2004



Fonte: MDIC Elaboração: CEBC

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (2015a, p. 33).

Apesar dessa ampliação positiva, o diálogo Brasil-China ainda carecia de uma arquitetura institucional mais assertiva, que pudesse propiciar a expansão do potencial da cooperação interpaisés.

É somente a partir do ano de 2004, com o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)³⁴, que ocorre a maturação e o ganho de maior relevância do intercâmbio bilateral político e econômico sino-brasileiro. Observa-se, progressivamente, a expansão qualitativa do comércio dos investimentos bilaterais, bem como o fortalecimento do diálogo interpaisés com o Conselho Empresarial Brasil-China³⁵ (CONSELHO EMPRESARIAL

³⁴ A COSBAN é o mecanismo formal voltado para o acompanhamento e implementação da agenda bilateral entre Brasil e China. Atualmente, a COSBAN conta com onze subcomissões e seis grupos de trabalho dedicados aos principais setores de interesse mútuo. Além disso, a COSBAN foi responsável pelo monitoramento do Plano de Ação Conjunta de 2010-2014, firmado em 2010 pelos Presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, bem como do Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021), ainda vigente, assinado pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em abril de 2011. O Plano de Ação Conjunta define, para um período de cinco anos, metas e orientações para a cooperação bilateral e busca aprimorar a coordenação e a atuação dos mecanismos existentes, além de ampliar e aprofundar as trocas nas áreas política, econômica, agrícola, industrial, tecnológica e cultural (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015a).

³⁵ O Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, no Brasil e na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas dos dois países. O CEBC

BRASIL-CHINA, 2017) agindo concomitantemente ao COSBAN. Posteriormente, em junho de 2012, durante a visita do Premiê Wen Jiabao ao Brasil, as relações foram elevadas ao nível de "Parceria Estratégica Global", resultado da crescente dimensão internacional da relação sino-brasileira.

Ao mesmo tempo, essa parceria converge em interesses comuns em espaços de diálogo internacionais como o G-20 e os BRICS ao agremiar visões semelhantes sobre o papel e a força das economias emergentes, sobretudo no que tange as reformas de governança global. Especialmente, os BRICS³⁶, que agremiam Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em um único bloco político-econômico, representaram a iniciativa diplomática mais expressiva do Brasil na primeira década do século 21. Formados no ano de 2008 enquanto BRIC (o "S" de África do Sul seria agregado ao acrônimo somente em 2010), partiram da visão em comum das partes envolvidas da necessidade de fortalecimento da segurança e estabilidade internacionais, do fortalecimento do multilateralismo e a necessidade de reforma do Conselho de Segurança.

Desta forma, o embaixador Amaury Porto de Oliveira (2015)³⁷ pontua que a China, cada vez mais, tem ajudado os países em desenvolvimento e promovendo relações de cooperação econômica e política. O embaixador chega a falar na existência de um "Plano Marshall chinês", no qual o país asiático utiliza suas reservas cambiais para financiar projetos de infraestrutura em países emergentes. No continente latino-americano, bancos estatais chineses concederam empréstimos, entre 2005-2015, em valores maiores que os concedidos por instituições clássicas como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento: "os financiamentos chineses para governos e companhias latino-americanos somaram, em 2013, US\$ 15,3 bilhões" (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015a, p. 83).

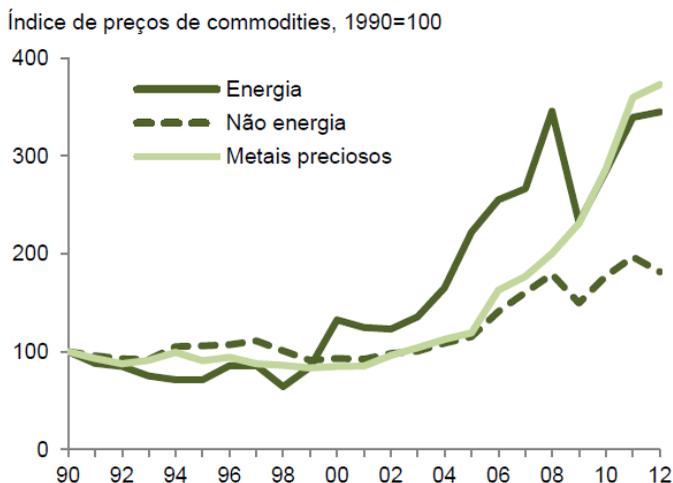
concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento bilateral sino-brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países. (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2017).

³⁶ Entre o ano de 2003 e 2007, o crescimento do grupo representou 65% da expansão do PIB mundial; em 2003, os BRICS respondiam por 9% do PIB mundial e, em 2009, o valor havia aumentado para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países – considerado pela paridade do poder de compra – havia alcançado já 19 trilhões de dólares, ou seja, 25% do PIB mundial (FIORI, 2013).

³⁷ Embaixador do Brasil em Cingapura entre 1987 e 1990 e membro do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Se durante a década de 1990 o comércio sino-brasileiro pode ser caracterizado como de relativa estagnação, entre 2000 e 2011 a corrente comercial de bens importados e exportados mais do que quadruplicou³⁸, representando uma taxa de crescimento anual na ordem de 15% em termos nominais em dólares (US\$). Essa expansão ocorreu concomitante à uma expansão significativa da participação de mercados emergentes no comércio mundial, em especial da China (BANCO MUNDIAL, 2014). Tal fato resultou na subida do preço das *commodities* em nível muito alto durante os anos de 2004 a 2008, sobretudo, de produtos relacionados a metais preciosos e energia, como observado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Valores do comércio brasileiro no cenário inflacionário de preços de *commodities*)



Fonte: World Bank Prospects Group.

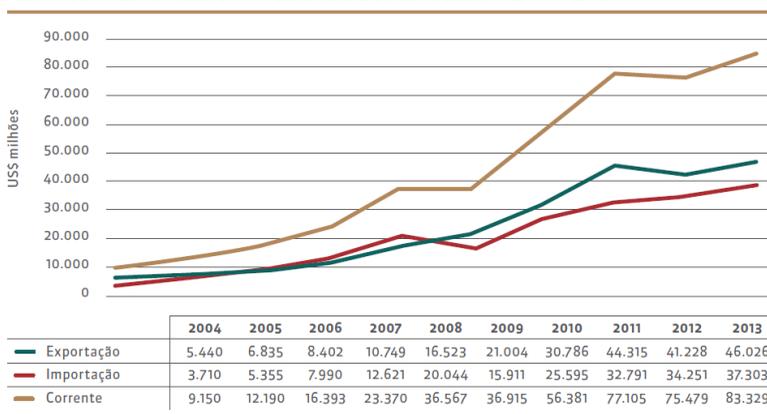
Fonte: Banco Mundial (2014, p. 41).

A grande demanda da China por alimentos e produtos da indústria intensiva em recursos naturais, necessária para suprir seu processo de aceleração de desenvolvimento a partir dos anos 2000, proporcionou ao Brasil a possibilidade de inserir-se neste mercado previsível e com demanda constante. Conseqüentemente, ocorre um

³⁸ No ano de 2009, a China se torna o primeiro parceiro comercial do Brasil, substituindo os Estados Unidos.

salto considerável a partir do ano de 2004 nas exportações para a China – em especial, nos produtos de minério de ferro, soja, carnes, petróleo bruto e celulose –, assim como nas importações de produtos chineses, como ilustrado no índice da corrente comercial sino-brasileira no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Intercâmbio Comercial Brasil-China – 2004-2013



Fonte: MDIC Elaboração: CEBC

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (2015a, p. 17).

Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (2015a), neste período (2004-2014), o saldo do comércio bilateral foi majoritariamente superavitário ao Brasil, tendo a balança comercial atingido o pico de US\$ 11,5 bilhões em 2011, com desfavorecimento apenas nos anos de 2007 e 2008, consequência direta da crise econômico-financeira internacional.

Em especial, o setor agropecuário brasileiro foi o que mais se beneficiou da expansão do mercado chinês. Negri (2005) aponta que a maior parte do crescimento das exportações brasileiras para a China se deve ao setor de produtos agrícolas e pecuários, dando um salto de cerca de US\$ 5 milhões em 1996 para mais de US\$ 1,3 bilhão em 2003. Dados mais recentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento citados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2015a) atualizam os valores de US\$ 32 bilhões em 2006 para US\$ 111,5 em 2012, ou seja, um crescimento positivo de 250% em seis anos. A pauta de produtos do setor de agronegócio exportados para a China é altamente concentrada em grãos de soja. Em segundo plano, ressalta-se

o açúcar de cana bruto, óleo de soja, algodão, carne de frango, fumo não manufaturado e suco de laranja processado.

O saldo comercial entre Brasil e China totalizou US\$ 53,8 bilhões no período do mês de janeiro a setembro de 2015, de acordo com dados divulgados contabilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) disponíveis no relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (2015a). Esse resultado indica uma queda de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior (2014), refletindo a retração das exportações, em grande medida explicada pelos menores preços das *commodities*, e a redução das importações brasileiras, em decorrência da desaceleração da atividade doméstica. Assim, as exportações apresentaram um declínio, em dólares, de 17%, enquanto as importações advindas do país asiático recuaram 11%. Mesmo com variações negativas, o saldo comercial entre os dois países encerrou o período com US\$ 3,9 bilhões favoráveis ao Brasil, ainda que esse montante corresponda a uma queda de 40% se comparado a 2014 (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015d).

Novamente, no ano de 2015 a pauta de exportação para a China se manteve significativamente concentrada em *commodities* intensivas em recursos naturais, sendo soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo responsáveis por 77,8% de todas as vendas do país para o parceiro asiático. O volume de soja brasileira enviado ao mercado chinês foi ampliado, tendo apresentado acréscimo de 17%, em linha com o consumo das famílias chinesas que segue firme, a despeito do enfraquecimento observado na indústria e no setor imobiliário. Ressalta-se, também, a expansão da exportação de carne de aves, ferro-ligas e cobre, apresentando, respectivamente, crescimento de 22%, 26% e 121%, em dólares, e de 38%, 60% e 179%, em toneladas de acordo com o relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (2015d).

Há de se fazer destaque para o setor de carne bovina, que apresentou rápido crescimento das vendas desde a abertura oficial do mercado chinês ao produto brasileiro (NOVAES, 2015)³⁹, negociada e formalizada entre maio e junho de 2015. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX, 2016 apud FREITAS), até o final do ano de 2015 foram exportados US\$ 476,4 milhões no montante total.

³⁹ A China havia embargado a importação de carne bovina brasileira no ano de 2012 após episódios de surtos da doença encefalopatia espongiforme transmissível (comumente conhecida como doença da “vacca louca”) no estado do Paraná. Somente três anos depois, em maio de 2015, o embargo foi suspenso definitivamente. (NOVAES, 2015).

Com a breve análise do saldo comercial sino-brasileiro exposta anteriormente, a China, nos dias atuais, continua sendo o principal parceiro comercial do Brasil. Inegavelmente, esta expressiva ampliação da participação do país asiático no comércio brasileiro reflete a tendência das mudanças que estão se processando estruturalmente no sistema econômico internacional, em que a Ásia, especialmente a China, assume cada vez mais um papel preponderante como principal polo produtivo mundial.

Outro ponto que merece destaque é o significativo aumento da presença de investimentos externos chineses no Brasil ao final da primeira década dos anos 2000, sobretudo a partir da eminência da estratégia chinesa de internacionalização de seu capital (*Going Global Strategy*). Oliveira (2016) pontua que, embora haja um consenso em torno da ideia de que os IEDs chineses são maciçamente destinados à estratégia de assegurar fontes contínuas e seguras de acesso a recursos naturais, “aparentemente esta não é a regra geral, como se observa nos investimentos recentemente direcionados ao Brasil” (OLIVEIRA, 2016, p. 157).

Inicialmente, até o ano de 2010, os investimentos chineses estiveram relativamente mais concentrados em *commodities* intensivas em recursos naturais, como minérios e hidrocarbonetos. Destes investimentos, a maior parte tem origem nas empresas chinesas de tipo estatal, embora essa tendência esteja mudando gradualmente. O Banco Mundial (2014) estima que 93% do capital investido por empresas chinesas no ano de 2010 veio de empresas deste tipo.

Todavia, posteriormente entre 2011 e 2013 o capital chinês inseriu-se em novos setores da área industrial brasileira, sobretudo nos setores de máquinas e equipamentos, aparelhos eletrônicos e automotivos, voltados para o mercado doméstico. Destes, destacam-se o estabelecimento da montadora automotiva CheryAutomobile⁴⁰; a indústria de construção civil Sany⁴¹; além de outras empresas dos setores eletrônicos e comunicação, como a Huawei e Lenovo (Conselho Empresarial Brasil-China, 2016). Ressalta-se também os investimentos chineses no setor petrolífero brasileiro, sobretudo a partir do primeiro

⁴⁰ Inaugurou sua fábrica em 2014 no município de Jacareí, no Vale do Paraíba (SP).

⁴¹ Inaugurada em 2010 no município de São José dos Campos (SP).

leilão de pré-sal no Campo de Libra⁴²: em outubro de 2013, as estatais Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC) e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) obtiveram sinal verde para a exploração do petróleo brasileiro⁴³. Desta maneira, entre 2007 e 2013 foi contabilizado um montante de US\$ 56,5 bilhões em investimentos chineses anunciados no Brasil.

Um novo ponto de inflexão ocorre no perfil de investimentos entre 2014 e 2015, com a inserção chinesa na área de produção e transmissão de energia elétrica no Brasil. Empresas como as estatais Companhia Nacional da Rede Elétrica da China⁴⁴ (State Grid) e Companhia das Três Gargantas da China⁴⁵ (China ThreeGorges) venceram importantes licitações para a construção e/ou aquisição de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão no Brasil.

Além disso, observam-se primeiras evidências de investimentos que começam a dirigir-se ao setor de serviços, sobretudo no setor financeiro, o que acompanha um padrão típico dos investimentos chineses que busca a diversificação. Recentemente, bancos chineses se estabeleceram no Brasil e adquiriram participação acionária em bancos brasileiros. Essa movimentação parte com o intuito de apoiar o comércio e os investimentos bilaterais, assim como viabilizar a estratégia de internacionalização da moeda chinesa, o *yuan* (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2016).

Por fim, o período que vai do ano de 2014 a 2015 registrou 33 projetos anunciados de investimentos chineses no Brasil somando um total de US\$ 11,4 bilhões. Desses, 25 projetos, no montante de US\$ 9,2 bilhões, estão confirmados, segundo a apuração do CEBC em contato

⁴²Localiza-se na Baía de Santos, entre o litoral do estado do Rio de Janeiro e São Paulo.

⁴³ Além da CNPC e da CNOOC, obtiveram sua parte através do primeiro leilão do pré-sal a Petrobras, a anglo-holandesa Shell e a francesa Total. A Petrobras ficou com 40% de participação na exploração de petróleo, Shell e Total ficaram com 20% cada uma, e as estatais chinesas ficaram com 10% de participação respectivamente. O grupo se dispôs a ofertar para a União 41,56% do óleo produzido no local, percentual mínimo exigido pela lei brasileira N° 12.351 que regulamenta e dispõe sobre o regime de partilha de produção e de royalties em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

⁴⁴ A State Grid venceu o leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a construção da segunda linha de transmissão da usina de Belo Monte.

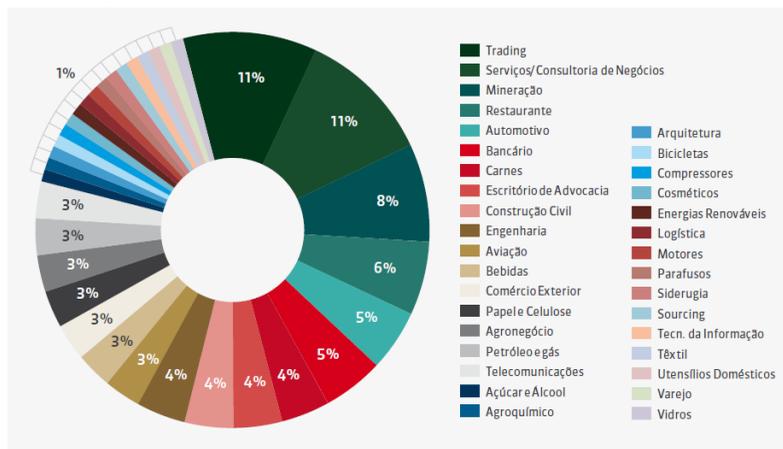
⁴⁵ A estatal arrematou a concessão das usinas de Jupia (SP) e Ilha Solteira (SP), que anteriormente pertenciam à estatal paulista Cesp.

direto com as empresas chinesas e seus parceiros brasileiros (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2016).

Em relação aos investimentos brasileiros direcionados para a China, o Conselho Empresarial Brasil-China (2015b) aponta que houve um salto qualitativo na inserção de capital brasileiro em território chinês a partir da primeira década dos anos 2000, ainda que de forma relativamente tímida quando comparada às iniciativas chinesas. Estima-se que existam, atualmente, 80 empresas brasileiras presentes no mercado chinês em três categorias diferentes: 1) prestadoras de serviço (escritórios de advocacia, consultorias de negócios e bancos); 2) empresas produtoras de manufaturas (como Embraer, Embraco e WEG); e 3) empresas intensivas no uso de recursos naturais (como a BRF, Marfrig, Petrobras e Vale). O que chama a atenção é a diversidade dos setores de atuação das empresas brasileiras: há companhias em 34 diferentes segmentos⁴⁶, como demonstra a Figura 2.

⁴⁶ Recentemente, dá-se destaque para o aumento da diversificação dos setores de investimentos brasileiros na China, como é o caso da presença das empresas BRF e Suzano no agronegócio, da WEG S. A. na área de maquinário e, por último, na área de serviços com o Banco do Brasil, primeira instituição financeira da América Latina a inaugurar uma agência bancária em território chinês.

Figura 2 – Segmentos com a presença de empresas brasileiras na China (% do total de empresas)



Fonte: Lista consolidada CEBC Elaboração: CEBC

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (2015b, p. 12).

A localização geográfica das empresas brasileiras no território chinês concentra-se nas províncias e municípios da costa leste chinesa, seguindo o chamariz do processo inicial de desenvolvimento chinês via ZEEs em que se concentram de forma majoritária os grandes centros urbanos e de negócios da China (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015b), como podemos visualizar na Figura 3.

Figura 3– Localização geográfica das empresas brasileiras em território chinês



Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (2012a, p.8).

Os investimentos brasileiros na China se mantiveram estagnados nos últimos anos, ao contrário da rápida expansão dos investimentos chineses que se inicia no ano de 2010 no Brasil. Esse fato se atribui, em primeiro lugar, pela dificuldade das empresas brasileiras de servir o mercado doméstico chinês, que é consideravelmente protecionista e fechado. Leva-se em consideração, igualmente, a ausência por parte das empresas brasileiras de estratégias claras com vistas à criação e consolidação de marcas no mercado global e de políticas públicas definidas para a facilitação de investimentos no exterior relatório (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015b).

Segundo o Ministério do Comércio da China, do ano de 2000 a 2010, US\$ 572,5 milhões foram investidos por empresas brasileiras no país, o que representou apenas 0,04% do estoque de IED no país asiático. Todavia, há perspectivas recentes de empresas como a BRF Brasil e a Marfrig de investir em projetos de distribuição e planos de

abertura de fábricas em território chinês, sugerindo um novo impulso nos investimentos brasileiros na China⁴⁷.

5.3 COMPLEMENTARIDADE, DEPENDÊNCIA E CONCORRÊNCIA

Com base nos dados expostos acima, podemos afirmar veementemente que o Brasil e a China, cada vez mais, tornam-se altamente interligados em âmbito comercial, econômico e político. Basta perceber como os índices de exportação, importação e investimentos cresceram exponencialmente do início dos anos 2000 para a atualidade. Pelo fato de a China representar, hoje, o principal parceiro comercial do Brasil, é necessário colocar em perspectiva – os prós e contras – o que significa para a economia brasileira ter um parceiro desta magnitude e que dá sinais de prosseguimento de seu pujante processo de desenvolvimento.

Comumente, a exposição e abertura do Brasil à China é vista sob um olhar negativo e de preocupação, sobretudo quando se tratam das análises de mídias tradicionais, como jornais e revistas de cunho econômico. A relação com a China vem agremiando opiniões controversas na sociedade brasileira, grande parte se devendo ao desconhecimento do processo de desenvolvimento que a China empreendeu desde sua Revolução Comunista, e, que hoje, persistentemente se encontra nos holofotes das notícias econômicas mundiais. Para fins de exemplificação, trazemos a seguir, de forma sintética, algumas publicações de mídias nacionais e internacionais que retratam o pessimismo para com a abertura cada vez mais intensa do Brasil com a China.

Com relação à exposição das economias latino-americanas às demandas chinesas por *commodities*, temos uma análise do final do ano de 2014 feita por economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) que lança o seguinte questionamento:

De fato, uma desaceleração mais forte na China é hoje um dos principais riscos que deveriam preocupar os latino-americanos e também para o qual deveriam se preparar [...] qual o impacto na

⁴⁷ Notícias recentes mostram que a BRF, ao final do ano de 2016, concluiu a aquisição de 1,99% de participação na estatal chinesa CofcoMeat Holdings, empresa líder em agronegócios na China e cliente da BRF há anos. (FOLHA, 2016).

América Latina de choques ao crescimento chinês? (GRUSS; BASTOS, 2014, p. 1)

Segundo a análise desses economistas, há uma relação direta “grande e significativa” entre a manutenção cambial dos países latino-americanos – em especial, o que os mesmos denominam de “exportadores de *commodities*”, como Brasil, Chile e Colômbia – com as oscilações de mercado e crescimento da China, sendo os países latino-americanos “altamente dependentes de *commodities*, e pelo fato da China ter se tornado o maior comprador mundial de muitas delas” (GRUSS; BASTOS, 2014, p. 2). A preocupação maior apontada no relatório consta na desaceleração já em curso do crescimento econômico chinês, o que poderia levar ao enfraquecimento do preço de “certas matérias-primas, como os metais, em escala superior ao que já se espera atualmente e já se encontra embutido nos preços” (GRUSS; BASTOS, 2014, p. 3). Dessa maneira, os autores consideram necessário a região latino-americana manter “políticas fiscais prudentes, inflação baixa e taxas de câmbio flexíveis para aumentar a capacidade de resposta frente a possíveis choques” (GRUSS; BASTOS, 2014, p. 3).

O jornal espanhol El País, compartilhando da visão anterior, pontua que, arrefecido o *boom* da economia chinesa voltada à importação e exportação, conseqüentemente haverá a diminuição da demanda de *commodities* dos países exportadores, como o Brasil. Desta forma, “o modelo brasileiro tão dependente da exportação de matérias-primas já não é sustentável e precisa ser alterado” (MENDONÇA, 2015), havendo a possibilidade de o país adentrar em “um ciclo da doença holandesa” (MENDONÇA, 2015). No Jornal O Estado de São Paulo, as autoras opinam que o:

Brasil se acomodou com os fortes ganhos das vendas de matérias-primas e deixou a indústria em segundo plano; agora, sofre com uma pauta de exportações limitada e com a dependência do gigante asiático. (CACIOLI; FORDELONE, 2015).

Desta forma, segundo a análise desses periódicos, o Brasil se colocou “como dependente da China, e não o contrário” (CACIOLI; FORDELONE, 2015), o que, por um curto tempo, levou à acumulação de volumosas divisas e uma balança comercial superavitária graças ao *boom* das *commodities*. Em concordância, Rodrigues (2015), em uma

reportagem da Revista Exame, atribui o crescimento econômico obtido pelo Brasil a partir do ano de 2004 em grande parte estimulado pela venda destes produtos, em particular para a China; atualmente, com a China em desaceleração, a economia brasileira certamente passará por momentos difíceis. E, por fim, o editorial inglês *The Economist* (2016) se refere ao Brasil como “uma antiga estrela do mundo emergente” que se depara com uma “década perdida”. “A falência das *commodities* atingiu economias em todo o mundo, mas o Brasil reagiu particularmente mal, com suas fraquezas estruturais – baixa produtividade e gastos públicos mal direcionados – exacerbando os danos”⁴⁸.

De um modo generalizado, a leitura crítica que fazemos do discurso acima pontua como certeza que *a crescente relação bilateral com a China, nos moldes atuais, é um fator preponderante para a reprimarização da economia brasileira, muitas vezes acompanhada do discurso da desindustrialização*⁴⁹ e, por fim, evocando *a necessidade do ajuste fiscal da contenção de gastos*. Partindo dessa problemática, nos faz necessário questionar: será a economia brasileira atual demasiadamente dependente da exportação de *commodities* para a China? A China se constitui enquanto um competidor predatório para o Brasil? E, ainda, estaria o Brasil excessivamente dependente das divisas que são obtidas com o intercâmbio comercial com o país asiático?

Encarando estas indagações, pretendemos analisar qualitativamente a relação Brasil-China e quais são as possíveis projeções para ambas as partes no futuro, sobretudo em uma conjuntura econômica internacional de retração do consumo e de crise mundial.

⁴⁸Tradução nossa do texto original: “The commodities bust has hit economies around the world, but Brazil has fared particularly badly, with its structural weaknesses — poor productivity and unaffordable, misdirected public spending — exacerbating the damage”. (THE ECONOMIST, 2016).

⁴⁹ Na literatura econômica, o termo desindustrialização tem sido empregado para explicar a perda relativa do emprego industrial nos países desenvolvidos desde 1970, bem como uma perda relativa do valor adicionado nos produtos manufaturados. Além disso, a desindustrialização vem acompanhada por um forte crescimento do setor de serviços, inclusive nas exportações totais. Algumas vezes o processo de desindustrialização está associado também ao problema de “doença holandesa” (OREIRO; MARCONI, 2014).

De acordo com os relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China e do Banco Mundial (2014) cujos dados e indicadores discorremos anteriormente, podemos concluir que a relação bilateral entre Brasil e China se enquadra em três categorias distintas: de complementaridade, dependência e concorrência.

As economias de Brasil e China são complementares porque historicamente os países empregaram diferentes estratégias de crescimento, respectivamente, levando a distintos padrões de gastos e desenvolvimento. No caso do Brasil, durante as últimas cinco décadas a economia, de modo generalizado, baseou-se com foco no consumo interno e baixa demanda externa. No caso chinês, o modelo de crescimento impulsionado por investimentos e orientação para as exportações gerou um resultado quase que oposto, cuja demanda interna chinesa – alimentos, recursos energéticos, matérias-primas, etc. – é suprida através de volumosas importações. Desta forma, Brasil e China suprem suas necessidades de forma complementar: ambos aproveitam complementarmente das vantagens comparativas um do outro. Os fluxos comerciais são muito consistentes com o argumento de que o Brasil tem uma vantagem comparativa em produtos não manufaturados e vice-versa para a China.

A dependência, segundo os relatórios que já citamos anteriormente, se expressa principalmente para a China, sobretudo em demandas constantes e de longo prazo para suprir sua necessidade vital por *commodities* intensivas em recursos naturais. O Brasil, principal fornecedor de alimentos para a sociedade chinesa e segundo maior fornecedor de minério ferro⁵⁰ – dois dos itens mais caros ao processo de desenvolvimento chinês, o primeiro por um motivo de subsistência e o segundo para dar substrato às volumosas obras de infraestrutura –, foi e prossegue sendo parceiro estratégico e vital para a China.

Naturalmente, a relação comercial entre Brasil e China também possui caráter de competição, especialmente na cadeia de bens manufaturados, setor em que a China vem, progressivamente, agregando cada vez mais valor a seus produtos e oferecendo preços competitivos no comércio mundial, o que acaba impondo desafios importantes para a indústria brasileira.

A China consolidou-se, ao longo dos anos 2000, como competidor de peso em mercados tradicionais de exportações brasileiras,

⁵⁰ Com relação aos principais compradores de minério de ferro do Brasil, a China corresponde à volumosa parcela de 45,78%, praticamente a metade do todo. Em segundo lugar vem o Japão, com 9,71% (IBRAM, 2012).

como Estados Unidos, União Europeia e Mercosul. O Banco Mundial (2014) pontua que a China conquistou posição importante em todas as categorias de exportação nesses mercados, sendo mais dinâmica em mercados de baixa tecnologia nas áreas de têxteis, vestuário e calçados e em manufaturados de alta tecnologia, como eletrônicos e elétricos.

Ao mesmo tempo, a China também concorre no mercado doméstico brasileiro. Embora isso traga benefícios ao Brasil, pois dá acesso ao mercado interno a bens finais e intermediários mais baratos, implica maior competição para as empresas brasileiras que produzem e vendem bens similares. A análise do Banco Mundial (2014) sugere que a maioria dos estados brasileiros parece ter-se beneficiado dos vínculos comerciais com a China, enquanto que os estados que foram mais afetados pela penetração das importações chinesas são Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Amazonas, justamente por representarem regiões exportadoras de produtos similares aos produzidos pela China.

A um primeiro olhar, poderia se afirmar que a China representa, portanto, um fator prejudicial para a competição exportadora do Brasil em âmbito mundial, visto que ambos dividem um *marketshare* semelhante para exportação de manufaturados de média tecnologia: principalmente, na região da América Latina, na qual aproximadamente 45% das exportações brasileiras permanecem expostas a concorrência significativa. Nos Estados Unidos e na Europa, essas taxas chegam a 29% e 21%, respectivamente (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015a).

Contudo, a um olhar mais minucioso, percebe-se que, em comparação com a China, a cesta geral de exportações do Brasil é mais semelhante à dos Estados Unidos e às da União Europeia, ou até mesmo da Argentina, como sugere o estudo de índice de similaridade de exportações do Banco Mundial (2014). Isto é: essa similaridade limitada sugere que Brasil e China exportam produtos diferentes de mercadorias e, portanto, *a China não constitui-se enquanto concorrente importante do Brasil em terceiros mercados nos setores que o Brasil possui vantagem comparativa*. O relatório aponta que o Brasil é uma economia altamente diversificada e o comércio com a China, por si só, não reflete o perfil do comércio brasileiro com o resto do mundo. Alguns pontos pertinentes têm de ser postos em perspectiva:

1) a participação do Brasil nas exportações mundiais de manufaturados de baixa e alta tecnologia vem diminuindo desde 2001, ao mesmo tempo em que os setores primários e com base em recursos

naturais observaram uma significativa expansão. O que mais impressiona, segundo os dados do Banco Mundial (2014), é o peso da relação sino-brasileira nesta equação: o índice de exportação de primários para a China cresceu significativamente de 5% no ano de 1991 para 40% no ano de 2001.

2) O conteúdo tecnológico incluído nas importações do Brasil da China também cresceu em grandes proporções, provavelmente, no caso brasileiro, em detrimento de outros parceiros comerciais. Se antes as importações advindas da China eram baseadas em produtos primários e manufaturados de baixa tecnologia, hoje o Brasil importa da China quase 90% de baixo, médio e alto valor de tecnologia agregado.

3) Todavia, com relação ao primeiro ponto, a diminuição da participação de exportações de manufaturados de baixa e alta tecnologia brasileira poderia ser determinada unicamente pelo fato de que as exportações de produtos primários e de recursos naturais estariam a um ritmo mais acelerado, o que se aplica, e não necessariamente em detrimento da perda de competitividade dos manufaturados.

Embora o Brasil esteja perdendo participação de mercados em alguns grupos de produtos, o país permanece mais dinâmico do que a China em outros: no caso, os produtos mais dinâmicos do Brasil que adentram os mercados dos Estados Unidos e da União Europeia são os manufaturados de média tecnologia não automotivos, bem como produtos primários nos EUA e manufaturados com base em recursos naturais na União Europeia. Já no Mercosul⁵¹, o Brasil está ganhando participação de mercado em produtos primários, manufaturados de alta tecnologia e em manufaturados de média tecnologia automotiva.

Ainda que muitos dos produtos exportados pelo Brasil sejam majoritariamente intensivos em recursos naturais, estas *commodities* se demonstraram extremamente dinâmicas no mercado mundial. Ademais, existe uma ampla gama de variedade destes produtos além da predominância das “*commodities* típicas” como minério de ferro ou grão de soja. Estamos falando, por exemplo, de castanhas de caju, tabaco e suco de laranja. Já em níveis superiores de tecnologia, a exportação brasileira de tratores e niveladoras alcançaram um crescimento mundial médio ao longo da última década de 7%, chegando a alcançar crescimento de 60% no mercado dos Estados Unidos; e produtos de aço continuaram a crescer no mercado do Mercosul. Muitas das exportações mais dinâmicas do Brasil estão concentradas em produtos que a China

⁵¹ Mercosul refere-se à Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

não exporta de forma consistente aos mercados acima citados, o que é especialmente verdade no caso do Mercosul (BANCO MUNDIAL, 2014).

Com relação à possibilidade da “reprimarização” da economia brasileira, fazemos a seguinte análise: de fato, o setor de exportação brasileiro das commodities primárias cresceu ao longo dos anos 2000 em diante, isto é inegável. Negri (2005) aponta que já na metade da primeira década dos anos 2000, a exportação de commodities primárias para a China correspondia a mais de 60% do total de produtos, enquanto que esta mesma categoria estava na casa de 40% da pauta brasileira para o mundo. Além disso, chama a atenção para a pequena participação dos produtos de média e alta intensidade tecnológica nas exportações brasileiras para a China, cerca de 13% contra mais de 30% das exportações totais do Brasil para o mundo.

Entretanto, o relatório do Banco Mundial (2014) traz respostas elucidativas: embora o setor exportador brasileiro dessas *commodities* tenha crescido significativamente a partir dos anos 2000, *isso não constitui motivo de preocupação em si.*

Em primeiro lugar, as exportações de *commodities* do Brasil estão longe de serem tecnologicamente fracas. O conceito de “sofisticação” desses produtos é interpretado em um contexto de comparação com os fabricados por países de renda alta. E, no caso brasileiro, muitas dessas *commodities* são produzidas de forma altamente sofisticada, “sendo que algumas podem ser consideradas entre as mais sofisticadas do mundo” (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 97).

O Brasil revela vantagens comparativas importantes e bem estabelecidas no setor de recursos naturais, tendo uma cesta de exportações que reflete os progressos e as capacidades tecnológicas que permitiram ao país desenvolver essas vantagens competitivas.

As exportações brasileiras possuem uma parcela grande de valor doméstico, derivado da natureza das exportações brasileiras, já que *commodities* como a soja e minério de ferro possuem valor adicionado mais alto. Já para o setor de manufaturados, a relação das exportações brasileiras de valor adicionado é igualmente alta, principalmente para produtos alimentícios, bebidas e fumo, equipamentos de transporte, fabricação e reciclagem, máquinas e outros equipamentos. A China, em comparação, acrescenta valor doméstico bem menor em todas as indústrias citadas acima (BANCO MUNDIAL, 2014).

Essa conclusão vai ao encontro da análise de Negri (2005), que aponta para o fato de que a crescente exportação de *commodities* primárias de menor conteúdo tecnológico não está relacionada com a

competitividade das empresas exportadoras brasileiras em si. As empresas brasileiras que exportam para a China possuem indicadores de competitividade e de tecnologia superiores à média dos demais exportadores brasileiros e, ainda assim, a pauta para a China é menos intensiva em tecnologia do que a pauta total do país.

Ainda de acordo com a análise de Negri (2005), as empresas brasileiras mais intensivas em tecnologia – logo, mais competitivas em produtos de maior conteúdo tecnológico –, embora estejam fortemente presentes em grandes proporções no mercado mundial, ainda assim possuem baixos volumes de exportações para o mercado chinês. Porém, este mesmo perfil de exportador brasileiro se insere de forma mais proeminente e incisiva em mercados como a América do Norte e a América Latina. O porquê disso, segundo a autora, é que, na realidade, a grande questão impeditiva sejam as barreiras tarifárias impostas no mercado chinês, bem como os incentivos e subsídios fiscais que o próprio Estado chinês concede a seus produtores domésticos, substituindo, portanto, a necessidade de importação de terceiros. Por este principal motivo, explica-se a razão da pauta brasileira de exportação para a China ser extremamente concentrada em produtos básicos e primários.

A crítica de um possível retorno à uma economia movimentada e dinamizada por um perfil primário-exportador desencadeada pela crescente exposição do Brasil à China, portanto, não se aplica. Não há um “modelo único” de sucesso de desenvolvimento, cada país é singular em sua formação socioespacial e extrai de suas condições históricas suas possibilidades de crescer e avançar. Concordamos com a conclusão do relatório do Banco Mundial (2014) que afirma parecer claro que, caso o Brasil deixasse de aproveitar a sua riqueza de recursos naturais e realizar as oportunidades produtivas da exportação de *commodities* ao longo da primeira década dos anos 2000, isso representaria uma subversão negativa do potencial brasileiro de desenvolvimento.

Ademais, possuir uma forte plataforma de exportação de *commodities* não implica, necessariamente, *que o Brasil pode ou não desenvolver uma vantagem competitiva em outros setores.* Concordamos com Silva (2012) ao afirmar que o Brasil possui um parque industrial forte e é crucial que o país elabore uma estratégia inteligente de integração à economia mundial, mantendo e atualizando sua base produtiva enquanto expande seu potencial de crescimento. O Brasil deve prosseguir modernizando suas indústrias e implementando políticas industriais adequadas para fomentar inovações e construir o

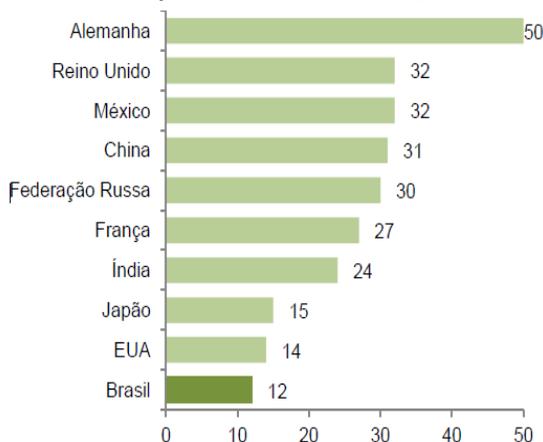
conjunto apropriado de qualificações profissionais através de políticas públicas de educação, que deverão ser promovidas e repensadas.

Outro questionamento que se faz é *se a economia brasileira tornou-se demasiadamente dependente de sua plataforma exportadora*, trazendo preocupações a respeito de uma possível desindustrialização do Brasil e suas consequências presumidas para a capacidade de o país prosseguir sustentando seu crescimento em um cenário mundial adverso.

O Banco Mundial (2014) pontua que a abertura comercial do Brasil permanece relativamente baixa – dentro da média internacional –, havendo espaço, atualmente, para maior participação nas redes de produção fora das fronteiras nacionais e participações mais amplas de empresas brasileiras no comércio externo. Os dados demonstram que *a participação das exportações brasileiras no PIB foi de apenas 12%*, comparada a uma média simples de 28% para as outras 9 maiores economias do mundo, assim como os países integrantes do BRICS. Já a participação das importações no PIB foi de 13% em 2011, em comparação com uma média de 28% para as outras 9 maiores economias e 26% para os BRICS. O que se conclui é que a economia brasileira é bastante fechada em termos de participação do comércio externo em seu PIB, como ilustra o Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 – Indicadores de exportação das maiores economias mundiais (incluindo os BRICS) e a baixa participação brasileira em 2011

Parcela das exportações no PIB, em 2011 (porcentagem)



Fonte: IDM; cálculos da equipe do Banco Mundial.

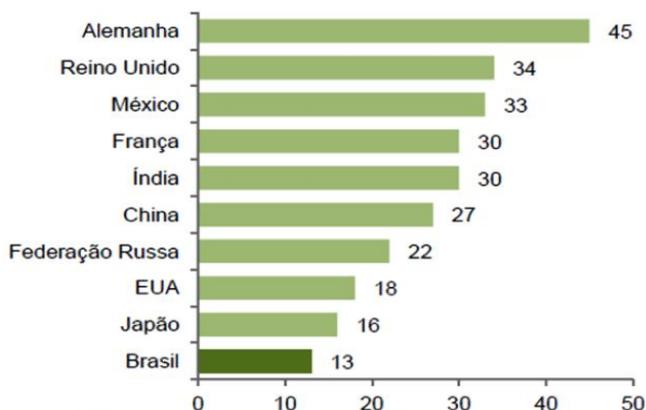
Obs: As 10 maiores economias foram escolhidas em termos do PIB de 2011 (PPC – dólares internacionais correntes ajustados).

Fonte: Banco Mundial (2014 apud IDM, 2011).

Observa-se que, com o mesmo grupo de países que compõe o gráfico anterior, o Brasil também possui um índice de importações consideravelmente baixo no peso total do PIB, como demonstra o Gráfico 13, com dados do ano de 2011:

Gráfico 13 – O Brasil e a baixa parcela de participação nas importações em relação às maiores economias mundiais, em 2011

Parcela das importações no PIB, em 2011 (porcentagem)



Fonte: IDM; cálculos da equipe do Banco Mundial.

Obs: As 10 maiores economias foram escolhidas em termos do PIB de 2011 (PPC – dólares internacionais correntes ajustados).

Fonte: Banco Mundial (2014 apud IDM, 2011).

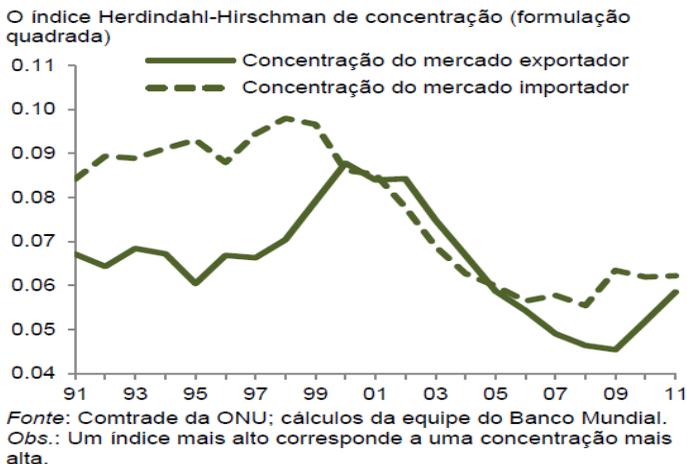
O baixo nível de abertura – tanto de exportações quanto importações – justifica-se pelo fato de que, ao invés de realizar um esforço maior para agregar-se às cadeias de produção mundiais já existentes, o Brasil vem se dedicando, sobretudo, à construção de novas cadeias pelo desenvolvimento de indústrias nacionais verticalmente integradas dentro de seu território. Esse processo foi adotado inicialmente durante o período de industrialização da economia brasileira no século 20, dependente das substituições de importação para dar início a ciclos virtuosos capazes de ajudar o país a criar valor adicionado por meio de *clusters* industriais nacionais competitivos, o que conferiu ao Brasil crescimento significativo e diversificação

industrial ao longo da década de 1950 em diante (BANCO MUNDIAL, 2014).

O Banco Mundial (2014) afirma que o Brasil, mesmo antes do intenso crescimento do comércio sino-brasileiro, já era uma economia relativamente diversificada. No período atual, com o estabelecimento da China enquanto principal parceiro comercial, a estrutura brasileira de exportação e importação *tornou-se ainda mais diversificada*. O Gráfico 14, a seguir, ilustra como houve ao longo dos anos 2000, a desconcentração da pauta exportadora e importadora brasileira. Segundo o Banco Mundial (2014), o Brasil ocupa, atualmente, *o posto de uma das economias de mercado mais diversificadas do mundo*.

Enquanto o comércio com a China é altamente concentrado em *commodities*, as exportações do Brasil para o resto do mundo permanecem altamente diversificadas. “Embora o Brasil permaneça uma economia relativamente fechada, ele comercializa com uma gama diversificada de parceiros externos” (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 87).

Gráfico 14 – Concentração da pauta de mercado importador e exportador do Brasil – 1991-2011



Fonte: ONU (2014 apud BANCO MUNDIAL, 2014, p. 88).

A estrutura exportadora bem diversificada do Brasil tende a atenuar a exposição à demanda chinesa por *commodities* primárias. As exportações para outros destinos são bem menos concentradas do que na relação bilateral com a China. O aumento da concentração de exportações para a China é compensado pela carteira mais diversificada

de exportações para outros destinos, aponta o Banco Mundial (2014). Esse fato compensa em um cenário de queda abrupta da demanda chinesa, por exemplo.

Com base nas análises do Banco Mundial (2014), dos relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China e Negri (2005) discutidas acima, podemos problematizar as questões postas anteriormente de forma mais minuciosa e detalhada. Por conseguinte, para fins de conclusão de análise das mesmas, levantaremos mais alguns argumentos para elucidar o tema.

A complementaridade entre as economias de Brasil e China prosseguirá sendo positiva enquanto ambas as partes suprirem suas demandas inversas, em especial para manter a manutenção do superávit da balança comercial brasileira. Oliveira (2016) pontua que o Brasil, além de se distinguir mundialmente pela posse de recursos naturais em abundância, possui um setor manufatureiro complexo e forte, bem como um sistema de ciência e tecnologia com acentuado potencial.

Por esse motivo, desmonta-se o argumento comumente difundido de que para o Brasil a exportação de *commodities* intensivos em recursos naturais seria uma regressão negativa para seu potencial desenvolvimento, podendo acarretar em desindustrialização. Muito pelo contrário: a capacidade agrícola do país decorre de uma ampla sinergia entre insumos, máquinas e equipamentos, fazendo com que o agronegócio represente uma íntima conexão entre agricultura e indústria (OLIVEIRA, 2016). Ao mesmo tempo, há de se considerar que na associação entre exportações agrícolas e desindustrialização não se pode esquecer que os novos produtos derivados da agricultura estão levando a fortes investimentos em plantas industriais (BARROS, 2012 apud OLIVEIRA, 2016, p. 266).

Longe de decretar antagonicamente se a exposição brasileira à voracidade chinesa importadora/exportadora é *benéfica* ou *maléfica*, preferimos concordar com Oliveira (2016) que pontua que a relação possui uma *heterogeneidade de impactos*, pelos principais seguintes motivos: **1)** a China é fornecedora de insumos baratos que elevam a competitividade dos produtos brasileiros, tanto para seu próprio mercado interno quanto para exportação; **2)** ao mesmo tempo, o país asiático é um competidor agressivo e que tende a ocupar nichos de mercado cada vez mais diversos; **3)** é notadamente importador de diversas *commodities* brasileiras, o que ajuda a manter o superávit

comercial do Brasil; e, por fim, 4) é um importante e crescente investidor no Brasil em setores consideráveis, como bens de consumo, de infraestrutura, mineração e energia, o que é benéfico para a competitividade brasileira.

Desta forma, essa heterogeneidade, que “vai além da síntese predominante na mídia de que exportamos *commodities* para importar bens industriais” (OLIVEIRA, 2016, p. 152) transforma a China num parceiro importante, especial e diferente para o Brasil.

Por fim, o autor (Oliveira, 2016, p. 154) expõe ser “prematureo decretar a desindustrialização”, no que se entende por um processo de perda de competitividade industrial brasileira. No momento, as teses que alardeiam a reprimarização e a desindustrialização revelam muito mais um desconforto do que uma possibilidade concreta de reduzir o nível da diversificação da estrutura produtiva brasileira e a diminuição de sua capacidade de agregar valor em suas manufaturas. A presença chinesa pode, inclusive, representar um fornecedor relevante de bens industriais, podendo gerar transformações estruturais como fatores de oposição à desindustrialização, utilizando-se da expressão do mercado interno e a consistência da base industrial brasileira (BARBOSA e JENKINS, 2011 apud OLIVEIRA, 2016).

5.40 QUE ESPERAR DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA PARA O FUTURO?

Inegavelmente, é possível afirmar que a China se constitui, atualmente, enquanto uma das principais forças que movimentam e capitaneiam a geopolítica mundial. Em um futuro próximo, o país poderá consolidar-se como a principal economia mundial⁵², graças a seu pragmatismo econômico e seu pensamento “a longo prazo”. Para a consultoria financeira da Goldman Sachs, o PIB chinês medido em dólares correntes poderá superar os Estados Unidos em 2039 (KOCHER, 2007).

Essa prevalência, contudo, há de ser posta em perspectiva. O Conselho Empresarial Brasil-China (2015d) aponta que essa provável ascensão pode se dar em diferentes níveis: permitindo a coexistência de

⁵² Atualmente, a China é a segunda potência econômica mundial. Em primeiro e terceiro lugar estão Estados Unidos e Japão, respectivamente. A China ultrapassou o PIB japonês no segundo trimestre de 2010, cinco anos mais cedo do que previa a consultoria do grupo financeiro Goldman Sachs.

outros atores relevantes numa configuração multipolar, ou, por outro lado, podemos evoluir para um mundo mais sinocêntrico, com suas respectivas implicações políticas e culturais.

Atualmente, a China adentra em uma nova etapa de seu desenvolvimento que possui como objetivo principal se tornar uma economia de alta renda. Ao que tudo indica, a economia mundial torna-se cada vez mais dependente da economia chinesa e, sobretudo, de seu mercado consumidor. Para que o país possa continuar dando fôlego a seu desenvolvimento, é crucial que haja, cada vez mais, um aumento da integração comercial mundial, tanto de investimentos quanto de cooperação⁵³.

Este caminho está sendo pavimentado e orientado pelo 13º Plano Quinquenal chinês, lançado no início do ano de 2016. Segundo dados da Embaixada Chinesa no Brasil (2014), a China deve continuar dando prioridade máxima ao plano do desenvolvimento a longo prazo, colocando mais ênfase à reforma e, sobretudo, inovação e promoção do desenvolvimento científico. Com este plano, o presidente Xi Jinping (ESCOBAR, 2016) prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) obtido em 2010 deverá ser dobrado ao final do ano de 2020.

Entretanto, o Embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang (2016 apud EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016), afirma que este não é um momento de aceleração do crescimento chinês, e sim um período de “rebalanceamento”. Para Jinzhang (2016 apud EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016), as atuais condições da conjuntura mundial, em que há a combinação de um anêmico crescimento do comércio internacional com uma grande instabilidade dos mercados financeiro e de *commodities*, constituem-se enquanto um importante desafio para o planejamento chinês. Portanto, ele conclui que o rebalanceamento se torna uma escolha sensata ao sacrificar a velocidade em troca da qualidade, diminuindo adequadamente o ritmo de

⁵³ O discurso do Presidente Xi Jinping no Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro de 2017, demonstrou claramente o comprometimento chinês para promover esta conjuntura: pediu que os líderes mundiais digam “não ao protecionismo” e permaneçam comprometidos com o desenvolvimento, a promoção do livre comércio, o investimento e com a liberalização e facilitação da atividade comercial através da abertura de mercado. Ressaltou perante líderes políticos, econômicos e da sociedade civil presentes que “ninguém sairá vencedor em uma guerra comercial”, e prometeu que a China “manterá suas portas muito abertas e não as fechará”. Xi Jinping foi o primeiro chefe de Estado chinês a participar do Fórum de Davos (REVISTA ÉPOCA, 2017).

crescimento econômico. Desta forma, impulsiona-se a transformação e atualização da estrutura econômica chinesa para um futuro desenvolvimento saudável e sustentável a longo prazo.

Reformas previstas no 13º Plano Quinquenal começam a ser postas em prática, tais como a flexibilização de restrições impostas a política de filhos, ao registro dos cidadãos – hukou⁵⁴ – e das propriedades rurais. Também está ocorrendo uma redefinição do papel do Estado e das estatais, flexibilizando o sistema financeiro nacional e a entrada de capital estrangeiro privado no país. É, definitivamente, um momento de transição. O governo chinês tem combatido a corrupção como forma de consolidar o poder da atual liderança, Presidente Xi Jinping, como instrumento de fortalecimento do Partido Comunista Chinês. Processo necessário, já que as reformas implicam em romper com grupos de interesses antigos e setores mais conservadores do Partido (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015a).

O consumo doméstico passa a ser o principal motor do crescimento, combinado a uma urbanização acelerada que continuará demandando matérias-primas e impulsionando a complementaridade da economia chinesa com a brasileira, como analisaremos adiante. Além da expansão dos grandes centros urbanos, há em curso o processo de transferência populacional rural – notadamente do oeste – para cidades maiores, integrando as vastas áreas do interior aos segmentos mais dinâmicos – na costa leste – da economia chinesa (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015a).

No espectro econômico, a meta é clara: avançar qualitativamente na cadeia de valor, aprofundando o capital humano e as capacidades tecnológicas a fim de tornar-se um país de alta renda. Para isso, a China busca sustentar seus índices de crescimento e produtividade ao mesmo tempo em que mantém sua competitividade no mercado global. Outro ponto importante previsto é incentivar significativamente o fortalecimento de suas capacidades tecnológicas e sofisticar suas produções e exportações. Esses esforços estão concretizando-se em grandes investimentos em infraestrutura física, logística, energia renovável e comunicações.

⁵⁴ O hukou é um sistema de registro de moradia promulgado pelo governo chinês em 1958 com o objetivo de controlar o movimento de migração dos cidadãos chineses entre as áreas rurais e urbanas. Teve como finalidade evitar a formação de grandes favelas nas cidades chinesas, como é típico em países de renda média como Brasil ou a Índia (MORAIS, 2015).

Indo nesta direção, atualmente a China coloca em andamento uma das mais notáveis obras em infraestrutura no mundo. Trata-se da chamada “Nova Rota de Seda”, em alusão a milenar Rota de Seda que historicamente interligou o extremo Oriente à Europa. Esta nova iniciativa foi anunciada pelo Presidente Xi Jinping em 2013 durante visita oficial ao Cazaquistão com o propósito de interligar a China ao restante da Ásia, ao continente africano e à Europa. Planeja-se criar um amplo conjunto de obras de infraestrutura, que envolverão estradas, ferrovias, portos, dutos de petróleo e derivados.

Tratam-se de dois trajetos distintos: o trajeto terrestre que atravessa a Eurásia, perpassando o Oriente Médio até a Europa, e o trajeto marítimo que faz a conexão do litoral chinês até o Mar Mediterrâneo por intermédio do Oceano Índico costeando a África, como ilustra a Figura 4, a seguir. Desta forma, a China poderá encurtar milhares de quilômetros da tradicional rota marítima que conecta a costa chinesa e o Ocidente, e, assim, expandir o poderio chinês pela Ásia (MORAIS, 2015).

Figura 4 – Trajeto terrestre e marítimo da Nova Rota de Seda



Fonte: The Wall Street Journal (2017 apud LEE, 2017).

A Nova Rota de Seda vai ao encontro da estratégia chinesa de aprofundar sua ambição geoestratégica na região asiática. A China, a curto prazo, disporá de um conjunto de corredores de desenvolvimento

que conectem o país a Ásia Central, garantindo fornecimento de gás, petróleo e minérios para o país, além de abrir novos mercados e caminhos para o escoamento de produtos chineses. A longo prazo, a Nova Rota de Seda deve promover mudanças radicais para o oeste chinês e para toda a Ásia Central (MORAIS, 2015).

O plano conta com um recém-criado braço financeiro para ajudar a financiar as operações, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura – citado anteriormente –, iniciativa de Pequim, que de saída aportou US\$ 40 bilhões no banco” (MORAIS, 2015). Sob o discurso de “um cinturão, uma estrada”, a China objetiva criar uma comunidade de interesses econômicos em comum e ter acesso a potenciais mercados dos países envolvidos nas rotas – mais de 30 países (XINHUA, 2016). Entretanto, o governo assegura que a Nova Rota de Seda não é de uso exclusivo e privativo da China, e sim constitui-se como uma “grande avenida” que acomoda a “prosperidade para muitas nações”. Desta maneira, fica evidente como a China busca expandir sua rede de influência geopolítica na Eurásia, no que pode ser considerado como uma tentativa de contrabalancear a pressão diplomática dos Estados Unidos na região.

Além de obras em infraestrutura, há em curso a expansão do sistema de educação chinês, trabalhando no sentido de ofertar novas possibilidades de qualificação de trabalhadores em áreas de ciências e engenharia, preparando-os para as rápidas mudanças tecnológicas e das mudanças estruturais do mercado de trabalho chinês (BANCO MUNDIAL, 2014). Desse modo, valoriza-se a busca pela inovação, com o governo desempenhando um papel de facilitador e coordenador desse processo.

Para fins de análise, nos propomos a analisar as projeções feitas pelo relatório econômico do Banco Mundial (2014) que busca clarificar as possíveis trajetórias que o desenvolvimento da China poderá ter até o ano de 2030, e qual é o papel do Brasil ao longo desse processo no que tange a relação sino-brasileira. Há, a longo prazo, dois cenários distintos: um cenário em que a China prossegue sustentando seus altos índices de crescimento econômico – o cenário de alto crescimento econômico; e outro no qual a economia chinesa acaba por obter uma significativa inflexão descendente do crescimento econômico no PIB – o cenário de baixo crescimento econômico.

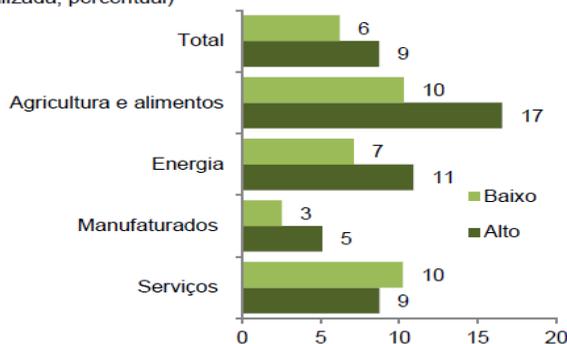
Em ambos os cenários, há como certeza o reequilíbrio do padrão de crescimento da China, que busca privilegiar principalmente o consumo doméstico. Prevê-se um rápido crescimento do consumo privado (entre 8% e 11,5% até 2030) e dos serviços (entre 7 e 8%). Atualmente, os resultados já são sentidos: a China obteve um crescimento de 6,7% no ano de 2016, menor crescimento em uma média histórica de 26 anos (FOLHA, 2017).

E deve prosseguir assim: apesar do ritmo mais lento, o PIB *per capita* chinês tende a crescer até 2030, acrescentando o equivalente a uma República da Coreia por ano à economia mundial. Desta forma, esse crescimento, combinado à propensão dos consumidores chineses pelas importações, oferecerá novas oportunidades de mercado para países estrangeiros. “Provavelmente, os padrões da demanda por importações deverão modificar-se, favorecendo bens de consumo em vez de bens de investimento em termos relativos” (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 11).

Outro ponto importante é que apesar da desaceleração do crescimento econômico citado, a demanda da China por importações deverá continuar crescendo de forma saudável nos setores de energia, manufaturados, serviços e agricultura/alimentos. A seguir, o Gráfico 15 mostra a projeção de taxa de crescimento para os respectivos setores nos cenários de baixo e alto crescimento até o ano de 2030:

Gráfico 15 – A demanda por importações chinesa de agricultura, alimentos, energia e serviços

Taxa de crescimento do valor de importação, 2010-30
(anualizada, percentual)



Fonte: Simulações do Banco Mundial.

Nota: Simulações com o *Envisage* para 2010 e 2030 em cenários de baixo e alto crescimento.

Fonte: Banco Mundial (2014, p. 64).

De um ponto de vista geral, a China deve continuar a expandir a sua participação nos mercados de importações, mesmo no cenário de baixo crescimento. Considerando que a economia chinesa é muito grande, prevê-se que mudanças na sua demanda por importações afetem rapidamente os preços globais de *commodities*. Estritamente, os cenários apontam para um aumento continuado e significativo da demanda chinesa por importações de produtos primários e com base em recursos naturais.

Os dados do Banco Mundial (2014) apontam que a China será responsável por aproximadamente 15% - 20% das importações e exportações globais totais, respectivamente, até 2030. Em primeiro lugar, se espera um aumento de demanda por serviços (sobretudo no cenário de baixo crescimento) e, em menor medida, por produtos agrícolas (no cenário de alto crescimento). Já os preços de energia e mineração registram crescimento de importação relativamente lento, de 1,6% ao ano no cenário de baixo crescimento e 1,8% ao ano no cenário de alto crescimento.

Especificamente, o *cenário de baixo crescimento* prevê a retomada do crescimento do consumo privado, enquanto que o crescimento dos investimentos internos – isto é, grandes obras de infraestrutura como habitações, urbanização etc – deve apresentar desaceleração, gradualmente se transformando em declínio até o ano de 2030. As exportações, entretanto, continuam a crescer, embora a um ritmo menos intenso, assim como as importações.

Mesmo que essa desaceleração do crescimento venha a ocorrer, ainda haverá bastante espaço para que outros países, como o Brasil, possam aproveitar a crescente demanda chinesa por produtos importados. Ainda que a China gradualmente reduzisse à metade a sua taxa de crescimento – dos 10% registrados nas últimas décadas para 5% até 2030 - o país ainda se tornaria uma economia de alta renda e superaria a economia dos Estados Unidos até o final deste período (2030).

Por outro lado, o cenário de crescimento sustentado em altos níveis se concretiza graças às reformas estruturais que aumentam a produtividade chinesa, sobretudo na modernização de seu setor de serviços – o que inclui obras de infraestrutura, logística e do sistema financeiro. Neste caso, a produtividade é apoiada por uma melhoria nos índices econômicos mundiais e por um maior intercâmbio econômico global tanto da produção quanto do consumo de serviços, pelo impulso das inovações, pela concorrência e pelas economias de escala. Ainda

assim, as taxas de consumo corresponderão à maior fatia que compõe o PIB chinês.

5.5 OPORTUNIDADES PARA O BRASIL NO PROCESSO DE REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA

Ao colocar a expansão do consumo interno como principal impulsionador do crescimento econômico do país, a China abre uma janela importante de oportunidades para o Brasil a longo prazo. O 13º Plano Quinquenal oferece espaço para o Brasil aprofundar seu relacionamento complementar com a China e expandir seu setor de *commodities*, que já usufrui de vantagens comparativas bem estabelecidas, como analisado anteriormente. Tanto o governo do Brasil quanto da China tem feito sua parte em proporcionar caminhos institucionais para o adensamento das relações entre ambas as partes. Para o Brasil, um cenário de aprofundamento da relação com a China poderia oferecer novas bases para a participação de alguns setores da economia brasileira nas cadeias globais de valor, beneficiando-se do rebalanceamento da economia chinesa (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015d).

Principalmente, o crescimento do consumo doméstico chinês gera uma resposta significativamente positiva nas exportações brasileiras de *commodities*. Isso se explica pela composição da cesta de produtos que o Brasil exporta para a China, constituída por produtos que, naturalmente, serão demandas desta nova etapa do desenvolvimento chinês e da expansão de seu mercado interno. O Conselho Empresarial Brasil-China (2015a) aponta que o crescimento da população chinesa de renda média-alta coloca em evidência o grande potencial de novas áreas nas quais o Brasil pode se inserir de forma competitiva. Setores de consumo como calçados, vestuário, móveis e cosméticos constituem possibilidades para o Brasil ocupar novos nichos no mercado chinês, consolidando-se como alternativas para o aumento da diversificação das exportações brasileiras.

Em especial, há grandes oportunidades para a indústria alimentícia brasileira. O surgimento e consolidação da “nova” classe média chinesa, que ascendeu de padrão de vida ao longo da última década de 1990 e primeira década dos anos 2000, implica um forte chamariz para as exportações brasileiras do agronegócio. Esse setor será responsável não apenas pelo aumento da demanda chinesa, mas também pela elevação das expectativas do consumidor em relação aos padrões de

qualidade e sanidade dos produtos alimentícios (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015).

Ou seja, com a sofisticação dos hábitos alimentares chineses, espera-se o crescimento da demanda chinesa por proteína, criando, assim, crescente demanda por soja e carne. Como discutido anteriormente, o Brasil possui vantagem comparativa na produção desses bens e se classifica como um dos países mais preparados para responder a essa demanda.

Com relação ao minério de ferro, as perspectivas futuras de exportação para o Brasil também são positivas. Enquanto que a demanda por *commodities* de alimentos relaciona-se diretamente ao consumo imediato, o minério de ferro pode ser utilizado tanto para o consumo doméstico – aço para a fabricação de carros, por exemplo – quanto para investimentos – construção civil, produção de máquinas, dentre outros. Desta forma, a necessidade de ferro e aço continuará a sustentar-se, só que em um direcionamento para outro nicho de mercado.

Oportunidades se abrem também para os manufaturados brasileiros em pelo menos dois aspectos: em primeiro lugar, um maior foco chinês no mercado interno pode reduzir a concorrência externa e o Brasil pode recuperar parte da parcela do mercado perdida interna e internacionalmente. Em segundo lugar, o rebalanceamento chinês oferece oportunidades para as empresas brasileiras desenvolverem novos nichos, beneficiando-se de tais oportunidades para responder às necessidades novas dos consumidores chineses (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015a).

Inevitavelmente, o setor manufatureiro brasileiro enfrentará concorrência com a própria China à medida que o país sobe em sua cadeia de valor. Enquanto a China continuar a ser um concorrente, a necessidade de aumentar a competitividade externa provavelmente tornar-se-á mais significativa. Esta perspectiva de uma concorrência crescente demanda do Brasil esforços redobrados em promover inovação e fortalecer sua competitividade externa. Isso não apenas ajudará o enfrentamento da concorrência chinesa, mas, ao mesmo tempo, permitirá que o Brasil aproveite melhor as oportunidades emergentes na China. É crucial, portanto, que o Brasil expanda suas vantagens comparativas nos produtos manufaturados que a China importa intensamente (BANCO MUNDIAL, 2014).

Da mesma forma, as alterações no percurso de desenvolvimento da China podem apresentar oportunidades para o Brasil se deparar com restrições de importância em seu próprio setor produtivo e auferir para a necessidade de incrementar a eficiência de seu setor de serviços a fim de sanear seu processo de desenvolvimento.

É notável que o grande crescimento e adensamento das trocas comerciais e dos investimentos bilaterais entre o Brasil e a China vieram acompanhados da construção de uma moldura institucional que oferece canais de diálogo que se encarregam das principais questões bilaterais. Todavia, para que a complementaridade sino-brasileira prossiga evoluindo positivamente, esses esforços têm de ser intensificados: é preciso seguir aprofundando as trocas interpessoais e reduzindo as brechas de conhecimento.

No Brasil, a ineficiência de certos subsectores de serviços (tal como o de logística) representa uma restrição à produtividade dos sectores de *commodities* e de manufaturados. Ao enfrentar essas ineficiências, o Brasil poderá aprimorar sua competitividade externa, permitindo que respondam mais efetivamente às oportunidades e aos desafios representados pela China. O Banco Mundial (2014) vislumbra a necessidade de o Brasil reenergizar seu crescimento e produtividade por meio de reformas estruturais baseadas, principalmente, em infraestrutura.

O objetivo dessas reformas, segundo o relatório, seria com o fim de desfazer-se de gargalos produtivos históricos e fomentar a inovação da produção brasileira. Desta forma, uma atmosfera mais favorável para investimentos em infraestrutura e qualificações posicionariam melhor o Brasil para aproveitar a demanda chinesa. Ademais, prepararia o país para galgar uma posição privilegiada para enfrentar a concorrência no setor da indústria de produtos mais sofisticados.

Historicamente, dada a formação socioespacial brasileira, o setor produtivo do Brasil, principalmente sua indústria, ficou concentrada na região sudeste e, em menor medida, na região sul, fazendo com que as redes de circulação e logística orbitassem em torno deste movimento. Desta forma, ainda hoje a infraestrutura de “integração” territorial no Brasil se constitui enquanto um importante desafio. Embora o Banco Mundial (2014) aponte para a necessidade crucial de viabilizar novas obras de infraestrutura no país, é necessário pontuar que, ao longo do período analisado nesta pesquisa, inúmeros esforços foram realizados para coordenar políticas econômicas incentivadoras concomitantemente à criação e execução de projetos de infraestrutura.

Sucintamente, podemos destacar o Programa Luz para Todos, lançado em novembro de 2003 com o principal objetivo e desafio de remediar uma histórica exclusão de acesso à energia elétrica por grande parte da população brasileira. O Programa foi coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobras e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais. Desta forma, interrompeu-se a privatização do setor elétrico nacional, gestado ao longo da década de 1990, para retomar um plano de desenvolvimento que visa à universalização da energia elétrica. A meta inicial do programa, de atender 10 milhões de pessoas, foi alcançada em maio do ano de 2009, e atualmente (novembro de 2016) aproximadamente 15,9 milhões de moradores rurais pelo Brasil foram beneficiados⁵⁵.

Posteriormente, houve o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no ano de 2007, com o intuito de retomar e planejar de forma integrada a execução das grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, ampliando consideravelmente os investimentos totais de infraestrutura do Brasil durante o período⁵⁶. Em linhas gerais, o PAC priorizou uma série de políticas em infraestrutura econômica com o intuito de elevar as taxas de investimento, com o intuito de eliminar os principais gargalos logísticos

⁵⁵ O programa, além de ter benefícios sociais diretos, também proporcionou impactos positivos na economia brasileira. Um estudo do Ministério de Minas e Energia (2013) aponta que as obras do Luz para Todos tenham gerado cerca de 498 mil novos postos de trabalho, além de ter possibilitado à população atendida o acesso a bens de consumo que requerem energia elétrica para funcionamento. Do total do público atendido, os dados demonstram que 81,1% adquiriram televisor, 78% compraram geladeira e 62,3% passaram a ter aparelhos celulares. Considerando o atendimento a mais de 3,3 milhões de famílias, isso corresponde a comercialização de 2,6 milhões de TVs, 2,5 milhões de geladeiras, 2 milhões de telefones celulares, 1,5 milhão de liquidificadores e 830 mil bombas d'água, entre outros (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2017).

⁵⁶ Em 2010, foi lançada a segunda fase de execução do PAC, intitulado como "PAC 2". Entre os objetivos do PAC2 destacam-se: universalização do acesso à energia elétrica e à água tratada no campo e na cidade; ampliação da agricultura irrigada; revitalização de bacias hidrográficas; ampliação do acesso à habitação; expansão das malhas rodoviária e ferroviária e sua integração com portos, hidrovias e aeroportos; e conservação das estradas vicinais, importantes para o escoamento da produção e para a segurança do tráfego nos pequenos municípios (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

do país. Por meio da iniciativa governamental, o PAC foi responsável pelo desenvolvimento de amplo espectro de setores fundamentais para a modernização da economia brasileira.

Segundo Barbosa (2013), a estratégia do governo federal, pela primeira vez em muitas décadas, foi apoiar a formação de capital por parte do setor privado e, simultaneamente, aumentar o investimento público em infraestrutura. Além do aumento do investimento propriamente dito, o PAC também incluiu uma série de desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo de massa no Brasil.

Ressalta-se, também, o Plano Brasil Maior (2011-2014), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), que objetivou incentivar a competitividade da economia brasileira ao reduzir os custos das empresas, acelerar o crescimento da produtividade e fortalecer a competitividade externa do Brasil no mercado global. Desta forma, focou-se no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria brasileira, organizando o país para dar passos decisivos em direção ao desenvolvimento econômico e social⁵⁷.

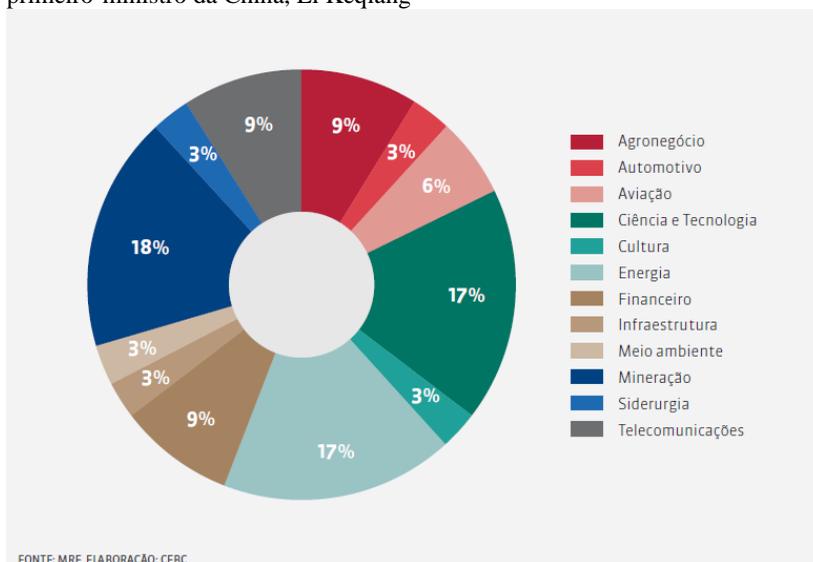
Desta forma, as políticas econômicas e industriais brasileiras neste período visaram expandir o potencial brasileiro de incrementar sua competitividade e integrar de forma mais coesa os processos produtivos do Brasil. Necessariamente, para beneficiar as vantagens comparativas dos produtos e manufaturas do país, há de se investir em infraestrutura para o escoamento destes produtos, bem como articular políticas econômicas e industriais claras.

Igualmente, houve significativa parcela de IED chinês destinado ao Brasil no mesmo período para o setor de infraestrutura e logística. Em maio de 2015 o governo brasileiro, conjuntamente com o governo chinês durante a visita oficial do premiê Li Keqiang, assinou um ambicioso plano de cooperação interpaíses (MATOSO, 2015). Ao longo

⁵⁷ O Plano está organizado em cinco “Diretrizes Estruturantes”: 1) Fortalecimento das cadeias produtivas com “enfrentamento” do processo de substituição da produção nacional em setores industriais intensamente atingidos pela concorrência das importações; 2) Ampliação e Criação de Novas Competências Tecnológicas; 3) Desenvolvimento das Cadeias de Suprimento em Energias; 4) Diversificação das Exportações e Internacionalização Corporativa; e 5) Promoção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias com consolidação de competências na economia do conhecimento natural. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2017).

da visita de Estado, foram firmados 35 acordos entre instituições e empresas de ambos os países, cobrindo áreas que vão do setor agrícola à pesquisa em tecnologia espacial, como ilustra a Figura 5.

Figura 5 – Divisão setorial: acordos assinados no contexto da visita ao Brasil do primeiro-ministro da China, Li Keqiang



Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (2015c, p. 3).

O Conselho Empresarial Brasil-China (2015c) faz uma análise pertinente a respeito dos acordos firmados entre Brasil e China neste encontro. Em primeiro lugar, a visita de Estado do premiê Li Keqiang contribui para a consolidação da aliança estratégica que Brasil e China vêm construindo ao longo da última década, abrindo novas fronteiras para cooperação em uma conjuntura internacional política de importantes transformações. Atualmente, a China busca expandir sua esfera de atuação no continente latino-americano em áreas estratégicas

que podem trazer benefícios econômicos e geopolíticos mútuos através de projetos de investimento em infraestrutura.

Além dos investimentos anunciados, o encontro resultou na assinatura do Plano de Ação Conjunta entre Brasil e China para o período de 2015-2021. Foram assinados projetos em onze áreas diferentes de cooperação⁵⁸. O documento bilateral define, para um período de cinco anos, os objetivos, metas e orientações para a cooperação sino-brasileira e busca aprimorar a coordenação e atuação dos mecanismos existentes, assim como ampliar e aprofundar as trocas nas áreas política, econômica, agrícola, industrial, tecnológica e cultural⁵⁹.

Dos acordos previstos, ressaltamos aqui os projetos previstos para a área de energia abrangendo o setor de petróleo e gás, com a conjectura de expandir para as áreas nuclear, solar e eólica. Dessa premissa, resultou a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor Nuclear entre a Eletrobrás/Eletronuclear do Brasil e a China National Nuclear Corporation (CNNC), outro entre a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX) e a BYD Energy do Brasil na área de energia solar, e um acordo de cooperação envolvendo 321 MW em projetos de energia eólica no Brasil.

No setor de ciência e tecnologia, ressalta-se o contínuo aprofundamento do programa CBERS⁶⁰, com a assinatura do Protocolo

⁵⁸ Que substituiu o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 anterior, assinado por ocasião da visita de Estado do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva à China, em maio de 2009, conjuntamente com o Presidente Hu Jintao.

⁵⁹ O documento está dividido em onze áreas diferentes de cooperação, as quais: área política; área econômico-comercial; de energia e mineração; econômico-financeira; agrícola; de supervisão da qualidade, inspeção e quarentena; de indústria e tecnologia da informação; de cooperação espacial; de ciência, tecnologia e inovação; cultural; e, por fim, educacional (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015).

⁶⁰ O Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite* – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) foi oficializado em 6 de julho de 1988 durante o governo de José Sarney. Este programa é uma parceria que envolve o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) na construção de satélites avançados de sensoriamento remoto. A união entre os dois países é um esforço bilateral para derrubar as barreiras que impedem o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sensíveis impostas pelos países desenvolvidos. Com isto, o Brasil ingressou no

Complementar para o desenvolvimento conjunto do CBERS4A, o 6º satélite a ser lançado conjuntamente entre Brasil e China com previsão para o ano de 2018. Na área de mineração, houve a assinatura de acordos entre a Vale do Rio Doce e empresas chinesas no âmbito de transportes e cooperação financeira⁶¹. Já no setor estritamente financeiro, houve a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Caixa Econômica e Bovespa com os bancos chineses ICBC e Bank of China. O Conselho Empresarial Brasil-China (2015c) ainda ressalta a assinatura do acordo final para a venda de 22 aeronaves da Embraer para a companhia aérea chinesa Tianjin Airlines. O acordo entre as duas empresas contempla no total a venda de 40 aviões e foi previamente anunciado durante a visita do Presidente Chinês Xi Jinping ao Brasil em 2014. O contrato tem o valor estimado de US\$ 1,1 bilhão.

De todos os acordos assinados, o que teve maior impacto e repercussão nas mídias foi o anúncio do projeto da chamada Ferrovia Bioceânica. O ambicioso projeto de construção da ferrovia cruzaria o Brasil numa direção leste-oeste atravessando os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. O objetivo é interligar o Porto do Açu, no estado do Rio de Janeiro, ao litoral do Peru no Oceano Pacífico, como demonstra a Figura 6, a seguir.

seleto grupo de países detentores da tecnologia de geração de dados primários de sensoriamento remoto. (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2017).

⁶¹ As empresas chinesas envolvidas nos acordos foram: a transportadora marítima internacional *China OceanShippingCompany*(COSCO); o banco China Eximbank; o banco Industrial e Comercial da China (ICBC); e o banco China Merchants Bank.

Figura 6 – Ferrovia Bioceânica/Transocêânica



Fonte: AMORA (2016).

O projeto implica a atração de investimentos chineses, beneficiando, sobretudo a cadeia brasileira do agronegócio e sua expansão. Além da construção da ferrovia, os investimentos chineses atuam nas etapas de originação de grãos, armazenamento e logística do transporte, incluindo a construção e gestão de terminais e portos, a exportação e a comercialização final do produto brasileiro no mercado chinês.

Segundo a análise do Conselho Empresarial Brasil-China (2015c), os impactos da construção da Ferrovia Bioceânica serão muito positivos na diminuição do custo logístico embutido na produção de *commodities* agrícolas e minerais. A possibilidade de alterar a composição da infraestrutura multimodal existente, hoje, no Brasil (que é fortemente concentrada na rodovia) em favor do transporte ferroviário

de cargas (mesmo o de baixa velocidade), proporcionaria uma diminuição do tempo despendido do ponto de origem no interior do país até o porto litorâneo exportador pela metade. Ademais, a construção de uma malha ferroviária com o suporte e *knowhow* chinês traria impactos positivos a longo prazo para a produção brasileira.

À vista desta análise, conclui-se que a China atua de forma pragmática a fim de garantir seus interesses geopolíticos e econômicos no Brasil. Entretanto, essa asserção não é feita de forma impositiva: os acordos são feitos de forma a obter uma cooperação em que ambas as partes são beneficiadas em seus respectivos interesses. A grande parte das contrapartidas exigidas por parte da China vem na forma de abertura para acesso prioritário chinês a energia, mineração, transporte, agropecuária e outros setores-chaves. Para além de volumosos fluxos de comércio, o Brasil agora passa crescentemente a contar com a China também como ponto de partida de capital para investimentos.

6A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL MUNDIAL NO SÉCULO 21: RUMO A UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL?

O que o século 21 reserva para a organização do espaço mundial? Evidentemente, não podemos prever o futuro, tampouco afirmar que projeções se concretizarão com absoluta certeza. Contudo, cabe ao pesquisador notar indícios e evidências observáveis que se materializam em nossa realidade concreta e que possuem o poder de trazer desdobramentos para a organização da vida dos homens. Como brilhantemente elucidou Castro (2012), esporadicamente mudanças de natureza e magnitude – que, por vezes, costumam a ser percebidas – criam desajustes, novas oportunidades, reestruturações e inumeráveis reações. Deste processo, resultam mudanças e a possibilidade de emergência de novas inclinações e tendências.

É certo que, ao longo da marcha histórica das forças produtivas mundiais, ocorreram deslocamentos políticos e econômicos que são próprios à dinâmica da geopolítica mundial. Aliás, mudanças e reestruturações são características inerentes ao próprio modo de produção capitalista. O deslocamento da Inglaterra para os Estados Unidos enquanto líder hegemônico do centro do capitalismo, por exemplo, representou um destes movimentos, bem como a financeirização acentuada que hoje rege a economia mundial.

No entanto, teorizar sobre a organização espacial mundial que se anuncia nesta primeira metade do século 21 implica, inevitavelmente, falar de China. Para todos os efeitos, este gigante asiático hoje

representa um expressivo polo político e econômico na correlação de forças mundiais. Não por acaso, Castro (2012, p. 5) se refere ao país como “o megaevento China e seus efeitos”, representando um fenômeno com características historicamente únicas e que veio para transformar o panorama geopolítico mundial de forma radical.

Desde a segunda metade do século 20, a China soube se adaptar a um sistema econômico altamente mutável, marcado por expressiva financeirização e neoliberalização dos países em desenvolvimento. Longe de aderir ao consenso mundial, o país empreendeu um vigoroso processo de desenvolvimento planejado e orquestrado pela liderança decisiva do Estado, empreendendo um planejamento claro e direcionado para uma autoafirmação nacional de longo prazo liderada pelo desenvolvimento industrial e pelo progresso tecnológico.

Basta dar uma rápida olhada para os dados dispostos por Leão (2015), sempre superlativos: a participação do PIB chinês no PIB total mundial quintuplicou de 2,5% em 1983 para 13,5% em 2014; já a participação chinesa nas exportações mundiais decuplicou de 1,2% para 12,1% no mesmo período de tempo. O país alçou-se à condição de segunda maior economia do mundo, de maior exportador, segundo maior importador e detentor das maiores reservas internacionais, atualmente girando em torno de US\$ 3,8 trilhões.

Para chegar em tal patamar, a organização da rede produtiva chinesa foi construída com características mistas: resistente à entrada de terceiros, como as japonesas; rápida e flexível, como as norte-americanas; e privilegiando tarefas atribuíveis a grupos familiares ou mesmo a indivíduos, perfeitas para as relações interpessoais típicas da sociedade chinesa. Desta forma, atualmente a China consolidou-se em um pivô de suporte para as economias em desenvolvimento, como o Brasil, ao ofertar alternativas de mercado e fontes de financiamento para seus parceiros estratégicos. É inevitável o efeito da China como reestruturante para a economia mundial (OLIVEIRA, 2012).

Partindo destas afirmativas, a parceria sino-brasileira demonstra ser um fortuito exemplo dessa cooperação estratégica. Além da expansão acentuada da complementaridade comercial entre ambas as partes, a China se coloca como importante investidora de IED no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao financiamento de infraestrutura estratégica na região sul-americana. Isso ocorre em um momento em que o Brasil rompe com a herança de desmonte neoliberal da década de 1990 e busca recuperar seu desenvolvimento nacional: que se traduziu, a partir do ano de 2003, no empreendimento de políticas públicas visando à diminuição da desigualdade social combinado com melhorias nas

condições de trabalho, além de sucessivos aumentos no salário mínimo acima dos índices de inflação e ampliação da formalização de trabalhadores no mercado (NOGUEIRA; CHEN; PINTO, 2016).

Este intenso crescimento da economia chinesa nos últimos trinta anos redesenhou o mapa do comércio internacional, bem como o de fluxos de investimentos mundiais. Por conseguinte, se põe em voga a discussão da possibilidade de a organização espacial mundial se tornar, cada vez mais, sinocêntrica, apontando para a possibilidade da conformação de uma “nova ordem mundial” em que a China ocuparia o posto de principal potência hegemônica, em substituição direta aos Estados Unidos.

Todavia, à parte disto, compartilhamos de uma visão mais pragmática. Concordamos com a opinião de Silva (2015) ao afirmar que, a longo prazo, a hegemonia política dos Estados Unidos se mantém. A desaceleração da produtividade estadunidense frente à competitividade asiática não legou ao país um posto de “segundo plano” na ordem internacional. Muito pelo contrário: como analisado anteriormente, os Estados Unidos aceitaram deixar de ser a fábrica do mundo em troca do aprofundamento de sua hegemonia tecnológica e financeira.

Os Estados Unidos continuarão ocupando o posto de hegemonia nº 1, graças à sua pujança econômica e política e, principalmente, por seu incontestável poderio militar, que sela seu imperialismo em âmbito mundial. Mesmo depois de ter saído como o vencedor da Guerra Fria, os Estados Unidos seguiram expandindo seu poder internacional e construíram uma estrutura de poder militar global, com cerca de oitocentas bases e mais de meio milhão de soldados fora de seu território, além de vários tipos de acordos de defesa mútua com cerca de 140 países, garantindo a supremacia militar dos EUA em todos os oceanos e espaços aéreos do mundo (FIORI, 2013).

Como aponta Fiori (2013), mesmo depois da crise financeira mundial de 2008 não faz sentido falar em “crise final” dos EUA nem muito menos em “crise final” do capitalismo. Mesmo o “declínio relativo” do poder norte-americano com relação ao crescimento da importância econômica e política da China não deve deslocar os EUA da posição de pivô do sistema mundial durante as próximas décadas. Tudo indica, pelo contrário, que os Estados Unidos se transformaram na cabeça de um sistema de poder global que se torna cada vez mais financeirizado.

Isso vai de acordo ao plano econômico estadunidense, que encontrou como principal alternativa à sua progressiva perda de

produtividade econômica ao impor sua hegemonia de uma forma crescentemente financeira, mantendo seus mercados abertos em troca de financiamento de seu alto índice de *déficit*. Papel de financiamento, este, que a China cumpre significativamente: o país asiático agrêmia reservas cambiais cada vez mais volumosas.

Segundo Silva (2015), ao final do ano de 2012, a China possuía mais de US\$ 3 trilhões de reservas oficiais, alcançando o inimaginável nível de 31% das reservas mundiais, 46% das reservas dos países em desenvolvimento e 90% das reservas dos países avançados. Isto permitiu ao país adotar a estratégia de investir em títulos do Tesouro norte-americano, tornando-se, em 2008, a maior detentora estrangeira da dívida estadunidense.

Ademais, a China se consolidou enquanto principal parceira comercial dos Estados Unidos. Desta forma, desde 2002 o crescimento chinês responde por, no mínimo, um quarto da expansão mundial. Cunha e Acioly (2009) ressaltam que essa complexa complementaridade sino-estadunidense põe em questão a sustentabilidade, a longo prazo, da relação bilateral com os Estados Unidos enquanto viável. Esse estreitamento, tanto no plano comercial quanto no financeiro, sustenta a hipótese de que há, cada vez mais, um complexo econômico sino-americano.

Kissinger (2011) sentencia que a grande pauta geopolítica do século 21 está se dando diretamente na relação entre China e Estados Unidos, repleta de altos e baixos, em que ambos perceberam que precisavam um do outro porque ambos eram grandes demais para serem dominados, especiais demais para serem transformados e necessários demais um ao outro para se permitirem ao luxo do isolamento.

Por conseguinte, essa relação de dependência dos Estados Unidos para com a China explicita um equilíbrio instável entre o novo polo industrial do mundo, a Ásia, e o polo hegemônico financeiro mundial, os Estados Unidos. Novamente, nos permitimos discordar da crítica de Harvey (2014) ao considerar a possibilidade de conflito bélico entre China e Estados Unidos: notadamente, ambos necessitam um do outro para manter a estabilidade econômica-política mundial, já repleta de contradições e instabilidades.

O que não pode se negar é que uma grande sacudida geopolítica está em curso, movimentada pela marcha do desenvolvimento chinês, fazendo com que organização espacial mundial busque novos equilíbrios. As possibilidades de reajustamento são muitas, mas parece válido afirmar que está chegando ao fim a era histórica, na qual a vida internacional pautou-se por modelos anglo-saxões – concretamente, os

mais de dois séculos em que a Inglaterra e, posteriormente, os EUA atuaram como os líderes hegemônicos do mundo. Sobretudo porque a China nunca se deixou enquadrar nos esquemas estratégicos dos EUA, conforme faziam o Japão, Taiwan e mesmo a Coreia do Sul (OLIVEIRA, 2012).

Em curto prazo, o governo chinês pretende, até o ano de 2020, maximizar a importância do país na correlação de forças mundiais através do aumento gradual da participação do *yuan* na denominação e liquidação de operações e acordos comerciais, de forma a alavancar sua moeda nacional em detrimento ao dólar estadunidense. Como atualmente a China ocupa o posto de líder no comércio mundial⁶², essa iniciativa possui respaldo significativo. A China possui a expectativa de que, em curto prazo, cerca de 50% de seu comércio com países em desenvolvimento pode vir a ser liquidado em moeda nacional (SILVA, 2015).

Além disso, a China trabalha hoje no sentido de criar de um mercado offshore para o *yuan* em Hong-Kong e para transformar a cidade de Xangai em um importante centro financeiro internacional. O governo chinês percebe a importância de se inserir no sistema mundial, altamente financeirizado, de forma a fazer prevalecer seus interesses nacionais e soberanos.

Em acontecimento recente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou, em 30 de novembro de 2015, a inclusão do *yuan* em sua cesta de moedas de reservas (NINIO, 2015), juntando-se ao dólar estadunidense, ao euro, ao *iene* japonês e a libra esterlina. O Comitê Executivo do FMI justificou a inclusão por considerar o *yuan* como uma moeda “livremente utilizável”. Para a atual diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde (apud NINIO, 2015), essa decisão é “um importante marco na integração da economia chinesa ao sistema financeiro global” e um reconhecimento do progresso das reformas chinesas.

O *yuan* terá a terceira maior participação na cesta de moedas, com 10,92% contra 41,73% do dólar, 30,93% do euro e 8,33% do *iene*. Para Silva (2015), a integração da moeda chinesa no sistema financeiro internacional é um movimento natural, já que a China é o país com o segundo maior produto do mundo e o primeiro em exportações e volume de reservas. “Tem, também, aumentado sua presença nos mercados de câmbio internacionais e continua a avançar na sua reforma financeira” (SILVA, 2015, p. 187).

⁶²A China ultrapassou os Estados Unidos enquanto principal economia comercial mundial no ano de 2013. (TREVISAN, 2014).

É um fato consumado que, hoje, a demanda chinesa por matérias-primas e energia afeta fortemente a distribuição mundial da oferta e dos preços das *commodities*, impactando diversos outros países, produtores e consumidores. Há, inclusive, o temor de que o crescimento chinês possa aprofundar problemas globais de sustentabilidade ambiental, de pressão altista sobre preços de *commodities*, e baixista sobre os salários dos países industrializados e de emergentes com estruturas produtivas mais complexas (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Desta forma, as principais questões que se colocam hoje para a China são: em primeiro lugar, até quando o país conseguirá manter o atual padrão de crescimento e, em segundo lugar, como manter os atuais níveis de superávit em balanço de pagamentos e de acumulação de reservas? (NONNENBERG et al., 2008).

Jabbour (2010) nos dá indícios de que a sustentação do desenvolvimento chinês se prolongará a longo prazo, graças aos crescentes investimentos do país em ciência, tecnologia, inovação e educação básica. Ele afirma que a China conquistou o estágio onde a ciência e a tecnologia passam a ser parte do capital constante da produção do país, algo similar aos Estados Unidos. Essa tendência parece se fortalecer ao passar dos anos: no ano de 1998 havia apenas 3,4 milhões de chineses matriculados em cursos de ensino superior. Entre 1998 e 2002 esse número aumentou em 156%, e entre 2002 e 2008 o crescimento ficou na marca próxima de 50%, sendo que somente em 2005 a China formou 600 mil engenheiros.

Como já reiterado anteriormente, os chineses não querem ser tomados como uma potencial ameaça global, muito embora não escondam sua estratégia política de longo prazo que prioriza elevar a civilização chinesa a uma posição de maior centralidade na ordem internacional, *mas não necessariamente de hegemonia dominante*. E assim, a China prossegue estreitando seus laços geopolíticos com os países em desenvolvimento amparando-se pelos “cinco princípios de coexistência pacífica” elaborados por Chu En-Lai, que são: **1)** respeito mútuo à soberania e integridade nacional; **2)** não-agressão; **3)** não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; **4)** igualdade e benefícios recíprocos; e **5)** coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (CHU EN-LAI, 1954, apud CUNHA; ACIOLY, 2009).

Conclusivamente, trata-se, se não de uma “mudança de curso” na correlação de forças mundiais, do estabelecimento de modelos paralelos de desenvolvimento e governança. As hegemônias históricas anglo-americanas estruturaram o espaço mundial de forma a satisfazer suas

próprias ambições de bem-estar, não cabendo espaço para terceiros privilegiarem suas ambições e anseios de desenvolvimento. A China surge, portanto, como uma liderança que poderá ampliar oportunidades e alternativas para o mundo em desenvolvimento.

Não haverá progresso para a resfolegante economia mundial, imersa em crises cíclicas e desordens de ordem financeira, enquanto o centro do capitalismo não ceder e abrir espaço para a China e para as economias em desenvolvimento, que já demonstraram sua capacidade virtuosa de representação econômica e política no mundo. Neste caso, é crucial que a sociedade humana seja capaz de aprender com sua própria história: caso contrário, estaremos fadados a, eternamente, criar soluções paliativas para questões que possuem tratativas cada vez mais profundas e estruturais. Mais uma vez, a solução proposta pelo *mainstream* econômico reitera a necessidade de ajustes ortodoxos, de contenção de gastos e ajustes fiscais, representando um discurso que, sabe-se bem, é íntimo da neoliberalização.

E, então, nos limitaremos, nas palavras de um famoso filósofo alemão do século 19, a repetir a história: a primeira vez, ela ocorre como tragédia – a segunda como farsa. É certo que os homens fazem sua própria história; entretanto, não nos é possível o privilégio de a escrevermos sob as circunstâncias de nossa escolha ou preferência. Assim, sabidamente, a tradição de todas as gerações passadas nos lega desafios importantes para esta primeira metade de século. Mesmo empenhados em revolucionar-nos e em revolucionar nossa realidade material, que não caímos na conjuração, nas palavras do mesmo, dos espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as antigas roupagens (MARX, 2008).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar em perspectiva analítica dois gigantes continentais como Brasil e China neste início de século 21 não é uma tarefa fácil, tampouco sucinta. Sobretudo, quando se tratam de dois objetos de pesquisa que transcorrem atualmente e que se modificam constantemente, legando contratempus no que diz respeito às referências bibliográficas atualizadas, bem como a impossibilidade de um necessário distanciamento que o pesquisador necessita ter para poder compreender,

em sua totalidade, os desdobramentos dos cenários a médio e longo prazo.

A cada dia passado desta pesquisa, novas informações cruciais sobre Brasil e China foram lançadas. A exemplo, recentemente no segundo mês de 2017, soubemos que o salário médio da China no setor industrial ultrapassou os salários do Brasil nas mesmas condições (REVISTA ÉPOCA, 2017). Hoje, podemos afirmar que um trabalhador chinês ganha mais do que um trabalhador brasileiro. Uma evidência clara do resultado do projeto de desenvolvimento chinês que preza, cada vez mais, por um avanço econômico concomitante à construção de um fortalecimento social – ao mesmo tempo em que nos inquietamos com os rumos que o Brasil trilha.

Ao mesmo tempo, assistimos a um revés na correlação de forças entre centro e periferia: a eleição do republicano Donald Trump como 45º Presidente da República dos Estados Unidos da América inaugura o prelúdio do que será a tônica capitalista nesta primeira metade do século 21. Um sinal dos tempos, para os olhares mais atentos, de mais uma movimentação das engrenagens das forças centrais da geopolítica internacional. Não é por acaso. A marcha vigorosa do desenvolvimento asiático, desta vez sob o comando chinês, atinge, gradativamente, o centro nevrálgico do equilíbrio mundial.

A eleição do nacionalista Trump não se trata, como muito da mídia *mainstream* alardeia diariamente, de um “erro de percurso” alavancado pela suposta ignorância de nossos vizinhos do continente americano. Pelo contrário, atende ao reacionário de uma população que se viu assolada duramente por uma crise capitalista que teve sua fecundação nas desordens sistêmicas do caos financeiro que nasce com a quebra de Bretton Woods. Este processo cobrou sua conta no ano de 2008: milhões de trabalhadores estadunidenses desempregados, outros tantos milhões que perderam seus meios de reprodução humana – a perda do poder de compra, as impagáveis hipotecas, a perda de suas casas, a multiplicação de moradores de rua, a fome e miséria endêmicas.

Trata-se de uma classe trabalhadora que foi e está sendo substituída por mão de obra que realiza o mesmíssimo trabalho por um valor infimamente menor na transnacionalização das indústrias para o espaço asiático. Donald Trump, ao prometer “trazer de volta os empregos” para os Estados Unidos, soa como música para os ouvidos exasperados desta população. E afirma: “nós vamos fazer a América forte de novo” (TRUMP, 2017), em clara alusão para o contexto do pós-segunda guerra, tão discutido nesta pesquisa, em que o país norte-

americano suplantou seus interesses ideológicos e econômicos em âmbito mundial para fazer valer seu imperialismo.

Na geopolítica, nada é por acaso e nenhuma ação ocorre sem reação. A hegemonia econômica dos Estados Unidos, que se vê fragilizada pela ascensão diferenciada da China, pode vir a representar a grande pauta que regerá a ordem sistêmica deste século. Portanto, podemos afirmar, indubitavelmente, que assistiremos nas próximas décadas uma profunda reconfiguração nas forças de poder que regem o espaço mundial.

Simultaneamente a esses acontecimentos, no hemisfério sul o Brasil resistiu, ao seu máximo, às forças que regem o imperialismo mundial, até o país ser derrotado no dia 31 de agosto do ano de 2016. Sepultamento da democracia para uns, vitória democrática para outros: a conta a ser cobrada é a mesma para ambos os setores. Novamente, a classe trabalhadora brasileira se depara com um futuro incerto pela frente e com um desmonte de tempo recorde de inúmeras garantias, políticas e instituições de bem-estar social que foram construídas, desde o século 20, com imenso esforço e afinco coletivo, em uma ode melancólica a não tão distante década de 1990. Trabalho coletivo, este, que sofreu incansáveis resistências e boicotagem por parte daqueles que ainda não superaram a histórica dicotomia brasileira entre a casa-grande e a senzala.

Com esta conjuntura política e econômica nos servindo como condição histórica, a construção da retórica desta pesquisa manteve como ponto norteador a seguinte inquietação: como pode o Brasil estabelecer e manter seu desenvolvimento econômico e social se beneficiando da ascensão internacional da China?

Esta pesquisa defende que, embora as relações diplomáticas entre Brasil e China tenham sido oficializadas durante o governo civil-militar de Ernesto Geisel na década de 1970, é somente a partir dos anos 2000 que as relações sino-brasileiras convergem em uma forte bilateralidade de cooperação política e econômica. Pontualmente, com o estabelecimento de verdadeira musculatura institucional de cooperação entre Brasil e China com instituições como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e o Conselho Empresarial Brasil-China.

Essa relação crescente se dá ao mesmo tempo em que inúmeras questões políticas do século XX são postas em ceticismo. No caso do Brasil, sua experiência recente da década de 1990 frente aos ditames neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso e de total sujeição e tutela a instituições como o Fundo Monetário Internacional,

trouxe à tona a necessidade de construir um modelo alternativo de desenvolvimento. Neste processo, o Brasil busca incrementar suas parcerias diplomáticas com os chamados “países em desenvolvimento”, incluída neste patamar a China, culminando, inclusive, na criação do bloco político e econômico BRICS com Rússia, Índia, China e África do Sul.

O elemento realmente “notável” da crescente bilateralidade que se estabelece entre Brasil e China é sua relação comercial. A partir dos anos 2000, o que se percebe são sucessivos superávits comerciais para a balança comercial brasileira: se durante a década de 1990 o comércio sino-brasileiro pode ser caracterizado como de relativa estagnação, de 2000 em diante a corrente comercial de bens importados e exportados mais do que quadruplicou, representando uma taxa de crescimento anual na ordem de 15%. Desta forma, no ano de 2009 a China transforma-se no principal parceiro comercial do Brasil, residindo aqui um importante ponto a ser contemplado, já que historicamente o principal parceiro comercial brasileiro sempre fora os Estados Unidos.

Essa rápida e intensa convergência comercial entre Brasil e China ocorreu concomitante à uma inserção significativa da participação dos mercados emergentes no comércio internacional, em sincronia com a ascensão do panorama geopolítico dos anos 2000 de multipolaridade. Este arranjo resultou numa ascensão generalizada no preço das *commodities* – conhecido comumente como o fenômeno do “boom das *commodities*” – no período que se inicia no ano de 2004 e vai até meados do ano de 2008, sobretudo para os produtos relacionados a metais preciosos e energia.

Consequentemente, a pauta exportadora brasileira beneficiou-se enormemente deste processo, alavancada principalmente por sua crescente relação exportadora para a China, que possui como perfil uma demanda constante dos chamados produtos primários intensivos em recursos naturais. Ressaltamos que a pauta exportadora do Brasil para a China concentra-se essencialmente em produtos agrícolas e pecuários, altamente concentrada em grãos de soja, bem como minério de ferro. Em segundo plano, ressaltamos o açúcar de cana bruto, o óleo de soja, o algodão, a carne de frango, o fumo não manufaturado e o suco de laranja processado. Desta forma, o Brasil atualmente é o principal fornecedor de alimentos para a China e segundo maior fornecedor de minério de ferro, perdendo apenas para a Austrália.

Como discutido nesta pesquisa, apontamos que a discussão nas mídias tradicionais, bem como a discussão das academias e universidades – sobretudo pelas escolas teóricas liberais-econômicas e

do capitalismo-dependente – sobre esse crescente entrelaçamento da economia do Brasil à voracidade econômica da China tem sido marcada, em geral, por um considerável grau de negativismo e preocupação. Afirma-se que há a existência de uma assimetria na relação entre ambas as partes da qual o Brasil seria o menos beneficiado. Isso se deve em grande parte ao fato de que essa parceria se faz de modo que a pauta exportadora para a China, como citado anteriormente, é majoritariamente voltada às *commodities* primárias – sobretudo grãos de soja e minérios de ferro –, ao passo que a China, por sua vez, exporta para o Brasil uma pauta que corresponde a 95% de produtos industrializados de baixo, médio, e, cada vez mais, de alto valor agregado.

Essas críticas levam a crer que o desenvolvimento realizado nas últimas duas décadas no Brasil foi ostensivamente “escorado” em exportação de *commodities* e que poucos esforços em políticas industriais, por exemplo, foram postas em prática, levando a uma possível dependência de superávits comerciais para sustentar a economia brasileira, o que, no período de *boom* das *commodities*, teria possibilitado ao governo brasileiro financiar programas sociais, programas de infraestrutura, programas educacionais, etc. e que, “secada” essa fonte, o Brasil estaria sujeito a uma crise de desenvolvimento.

Concluimos que, longe de decretar antagonicamente se a exposição à China é benéfica ou maléfica, preferimos alegar que a relação sino-brasileira possui uma heterogeneidade de impactos marcada por complementaridade, dependência e concorrência. Desta forma, avançamos além do senso-comum da síntese predominante de que “exportamos *commodities* para importar bens industriais”, asseverando que a China é um parceiro econômico e político importante, especial e diferente para o Brasil.

O Brasil, ao aliar-se à China, ganha espaço nas organizações multilaterais e fóruns internacionais, sobretudo em questões relacionadas à contribuição dos chamados “países em desenvolvimento” para a construção de uma governança global que visa o fortalecimento do multilateralismo de poderes, assunto tão caro para o Brasil. Mais do que garantir mercados profícuos para seu intercâmbio econômico, o país precisa se posicionar de forma ativa e altiva – nas palavras do ex-ministro de Relações Exteriores e da Defesa Celso Amorim – e defender uma maior democratização das relações de poder que permeiam o espaço mundial.

Ao que tudo indica, é plausível prever que a dinâmica de crescimento chinesa prosseguirá, a longo prazo, sustentando seu projeto de desenvolvimento que, agora, adentra em uma nova fase de orientação por intermédio de seu XIII Plano Quinquenal. A China, além de contar com notável blindagem financeira – superando, aproximadamente, US\$ 3 trilhões em reservas internacionais –, possui um sólido quadro macroeconômico. Como discutido nesta pesquisa, este crescimento prosseguirá beneficiando os mercados de matérias-primas e manufaturados, ao que se inclui o Brasil.

É inegável o impacto que a China desencadeou no crescimento econômico brasileiro neste início de século 21, sobretudo ao engendrar as altas de preços das *commodities* internacionais. Entretanto, ainda que esses fatores externos tenham favorecido a economia brasileira, o Brasil continua a ser uma economia orientada por uma dinâmica independente de crescimento induzida por seu massivo mercado interno. Não devemos exagerar, em absoluto, o significado dos vínculos comerciais construídos entre Brasil e China ao longo deste período, visto que as exportações e importações brasileiras, segundo relatório do Banco Mundial (2014), representam 12% e 13%, respectivamente, do PIB brasileiro. O Brasil prossegue se constituindo enquanto uma economia altamente diversificada: produz uma grande variedade de produtos, e os exporta para muitos parceiros comerciais.

Ainda assim, há que se encarar a expansão chinesa e seus desdobramentos para a conjuntura brasileira com menos euforia e mais pragmatismo. O impacto da China vai bem além de quaisquer efeitos diretos. Vários efeitos indiretos importantes e difíceis de serem mensurados necessitam serem postos em perspectiva. A inserção agressiva do capital chinês poderia aprofundar “velhas limitações” que o Brasil historicamente possui, como a carência de uma infraestrutura territorial eficiente, bem como assimetrias significativas nas desigualdades econômicas e sociais do país. Se o Brasil ensejar pela continuidade de orbitar a economia chinesa – o que acreditamos que vá ocorrer –, desde já é necessário promover reposicionamentos e reestruturações difíceis, não raro custosas.

Em um momento onde a China prepara-se para efetivar as bases que possibilitarão sua ascensão nas cadeias produtivas mundiais, o Brasil *igualmente* necessita dispor de uma estratégia de Estado que possa responder aos desafios atuais de nosso desenvolvimento. Esta estratégia não virá de forma espontânea como advoga o *laissezfaire*,

*laissezaller, laissezpasser*⁶³ dos liberais econômicos, e, sim, através de um planejamento preciso, claro e impreterível que faça jus à dimensão brasileira.

Por fim, por se tratar de uma temática tão extensa e atual, consideramos necessária a continuidade de estudos e pesquisas que possam contribuir para uma compreensão mais aprofundada às questões colocadas nesta pesquisa; sobretudo, àquelas que não foram consideradas neste trabalho por motivos de restrição de recorte que uma dissertação preconiza para seu tempo de realização. Sendo assim, reitera-se, aqui, a importância da produção de conhecimento científico em pesquisas capazes de gerar formulações de hipóteses e interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas no futuro. E, primordialmente, reitera-se a necessidade de os pesquisadores brasileiros problematizarem a sua própria realidade, lançando-se ao enfrentamento dos desafios que permeiam o Brasil a longo prazo.

⁶³“Deixai fazer, deixai ir, deixai passar” (tradução nossa).

8REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Plano Brasil Maior**. Disponível em:

<<http://www.abdi.com.br/paginas/pdp.aspx>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

AMSDEN, A. H. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

AMORA, Dimmi. Ferrovia bioceânica, para ligar o Brasil ao Pacífico, é viável, indica estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2016, Seção Mercado. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1790571-ferrovia-bioceanica-para-ligar-o-brasil-ao-pacifico-e-viavel-indica-estudo.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

AMORIM, Renato. A estratégia chinesa. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Depois da crise: a China no centro do mundo?** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 105-146.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

BANCO MUNDIAL. Banco internacional para a reconstrução e desenvolvimento. Implicações de uma China em transformação: oportunidades para o Brasil? **The World Bank Publications**, The World Bank Group. Relatório Econômico. Washington, EUA, 2014. Disponível em:

<http://www.cebc.org.br/sites/default/files/relatorio_banco_mundial_portuguese.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. – São Paulo, SP: Editora Boitempo; Rio de Janeiro, RJ, 2013.

BATISTA, J. C. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro: v. 7, n° 2, abril-junho, 1987. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/26-4.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980). In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v.1, 2013, p. 137-203.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; SILVA, Carlos Eduardo Schönerwald da Silva; VERNENGO, Matias. Visão de conjunto. In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v.1, 2013, p. 21-72.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global de 2008. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Depois da crise: a China no centro do mundo?** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 21-55.

CACIOLI, Natália; FORDELONE, Yolanda. China desacelera e põe fim à bonança das *commodities*. **Estadão**, Jornal Digital, São Paulo, 25.08.2015. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/commodities.php>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

CALEIRO, João Pedro. Trump quer taxar produtos chineses em 45%. É uma boa ideia?. **Revista Exame**, edição online, 18.01.2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/trump-quer-taxar-produtos-chineses-em-45-e-uma-boa-ideia/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

CARDOSO, José Celso Jr; ACIOLY, Luciana, MATIJASCIC, Milko. **Trajatórias recentes de desenvolvimento**: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. - São Paulo: Editora UNESP, IE - Unicamp, 2002.

CASTRO, A. C.; CASTRO, L. B. de. **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico**: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 2012.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CAVALCANTE, T. P. A. Aspectos político-econômicos do segundo governo Vargas. In: LIMA, M. C. (Org.). **Os boêmios cívicos**: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54). – 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. – São Paulo, SP: Editora Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Carta Brasil China**: empresas brasileiras na China - Presença e Experiências. Rio de Janeiro, RJ. CEBC. Jun/2012a. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/publicacoes-e-informes/carta-brasil-china>>.

_____. **Carta Brasil China**: Especial Agronegócio Brasil-China. Rio de Janeiro, RJ. CEBC. 2012b. Ed. 6. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/publicacoes-e-informes/carta-brasil-china>>.

_____. **Visão de Futuro** – Análises e depoimentos sobre os 40 anos das relações diplomáticas e expectativas sobre o futuro do relacionamento empresarial Brasil-China. Carta Brasil China: Ed. especial. abr/2015a. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/publicacoes-e-informes/carta-brasil-china/carta-brasil-china-especial-edicao-10-visao-de-futuro>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Oportunidades de comércio e investimento na China para setores selecionados**. 2015b. Disponível em:

<http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_cebc_-_apex_versao_final-oficial.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

_____. Visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil. **Carta Brasil China**: Rio de Janeiro, RJ. CEBC. Ed. 11. Jul/2015c. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/publicacoes-e-informes/carta-brasil-china>>.

_____. A atual situação político-econômica da China e os impactos para o Brasil. **Carta Brasil China**: Ed. 12. Nov/2015d. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/publicacoes-e-informes/carta-brasil-china>>.

_____. Investimentos chineses no Brasil (2014-2015). CEBC: Rio de Janeiro, RJ. Nov/2016. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/publicacoes-e-informes/carta-brasil-china>>.

_____. **Quem Somos?** Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/sobre-o-cebc/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. China: Ascensão à Condição de Potência Global – características e implicações. In: CARDOSO, José Celso Jr; ACIOLY, Luciana, MATIJASCIC, Milko. **Trajatórias recentes de desenvolvimento**: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009. p. 343-386.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **China prepara 13º Plano Quinquenal**. Notícias de Atualidade, 05.09.2014. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1188719.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Embaixador Li Jinzhang**: 13º Plano Quinquenal proporciona oportunidades históricas à cooperação sino-latino-americana. Notícias de Atualidade, Brasília, 26.05.2016. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/sglds/t1366967.htm>>. Acesso em: 14/02/2017.

ESCOBAR, Pepe. A China tem um plano para 2020. **Outras Palavras:** comunicação compartilhada e pós-capitalismo. Blog. 04.04.2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/a-china-tem-um-plano-para-2020/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

ESTADÃO CONTEÚDO. Prioridade é trazer empregos de volta ao país, diz Trump em reunião com executivos. **Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios**, edição online, 23.02.2017. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2017/02/prioridade-e-trazer-empregos-de-volta-ao-pais-diz-trump-em-reuniao-com-executivos.html>>. Acesso em: 21 br. 2017.

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de produção, Formação Social e Processo de Trabalho. In: GEBRAN, Philomena (Org.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. p. 31-46.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

_____. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. p. 31-51.

FOLHA DE SÃO PAULO. **FHC ultrapassa Collor em nº de medidas provisórias**. 14 mar. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc14039802.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **PIB da China avança 6,7% em 2016, menor crescimento em 26 anos**. 20.01.2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/01/1851500-pib-da-china-avanca-67-em-2016-menor-crescimento-em-26-anos.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **BRF conclui aquisição de fatia da empresa chinesa CofcoMeat**. Edição online, 03.11.2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1828983-brf-conclui-aquisicao-de-fatia-da-empresa-chinesa-cofco-meat.shtml>. Acesso em: 07/02/2017.

FONSECA, P. C. D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo Governo Vargas e a economia brasileira. In: LIMA, M. C. (Org.). **Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. – 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

FREITAS, Tatiana. Em 8 meses, China se torna principal destino da carne bovina do Brasil. **Jornal Folha de São Paulo**, edição online, 01.03.2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1744837-em-oito-meses-china-se-torna-principal-destino-da-carne-bovina.shtml>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

GARCIA, Marco Aurélio. O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição. In: SADER, Emir (Org.); GARCIA, Marco Aurélio. **Brasil, entre o passado e o futuro**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2010. p. 153-176.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GODELIER, Maurice. Hipótese sobre a natureza e as leis de evolução do modo de produção asiático. In: GEBRAN, Philomena (Org.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. p. 73-107.

GOOGLE PUBLIC DATA. **PIB per capita. 2017**. Disponível em: <https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_et_y=ny_gdp_pcap_cd&idim=country:CHN:IND&hl=pt&dl=pt>. Acesso em: 14 abr. 2017.

GONÇALVES, R. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

GRUSS, Bertrand; BASTOS, Fabiano Rodrigues. De Olho no Dragão: a América Latina e sua exposição à China. **IMF Direct Report**, edição online, 10.11.2014. Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2014/111014p.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

INSITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **CBERS**. 2017. Disponível em: <<http://www.cbears.inpe.br/index.php>>. Acesso em 22 abr. 2017.

JABBOUR, E. Segunda viagem à China. In: MAMIGONIAN, A.; BASTOS, J. M. (Org.). **Geografia econômica** – anais de Geografia econômica e social, Florianópolis: editora Departamento de Geociências, UFSC. 2007, p. 67-98.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de Mercado na China de hoje**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

KOCHER, B. Uma análise da “agenda liberal” para a China. In: MAMIGONIAN, A.; BASTOS, J. M. (Org.) **Geografia econômica** – anais de Geografia econômica e social, Florianópolis: editora Departamento de Geociências, UFSC. 2007, p. 127-148.

KYNGE, James. **A China sacode o mundo**: a ascensão de uma nação com fome. São Paulo: Editora. Globo, 2007.

LEÃO, Valdemar Carneiro. Prefácio. In: CINTRA, Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (Orgs.). **China em transformação**: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

LEE, Joshua. **A train just revived the old Silk Road with an epic journey from China to London**. 21.01.2017. Disponível em: <<http://mothership.sg/2017/01/a-train-just-revived-the-old-silk-road-with-an-epic-journey-from-china-to-london/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**: o direito à cidade II. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LENIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Editora Centauro. 2008.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Revista Katál. Florianópolis, v. 10. n. esp. p. 37-45, 2007.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações e análises da economia mineral brasileira**. Dez. 2012. 7ª ed. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History. In: **The Geographical Journal**. v. 23, n. 4 (abr., 1904), 421-437.

MAMIGONIAN, A. Padrões tecnológicos mundiais: o caso brasileiro. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 158-164, jul./dez. 1999.

_____. Capitalismo e Socialismo em fins do século XX. **Ciência Geográfica**, Bauru- São Paulo, v. 7, n.18, p. 04-09, 2001.

_____. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. In: MAMIGONIAN, A.; BASTOS, J. M. (Org.). **Geografia econômica** – anais de Geografia econômica e social, Florianópolis: editora Departamento de Geociências, UFSC. 2007, p. 30-47.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18º Brumário de Luis Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

MATOSO, Felipe. Brasil assina 35 acordos com a China em visita do premiê Li Keqiang. **G1 online**. 19.05.2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/brasil-assina-35-acordos-com-china-em-visita-do-premie-li-keqiang.html>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MATTOSO, J. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. – São Paulo, SP: Editora Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

MATTOSO, Jorge. O Brasil herdado. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2010. p. 31-55.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; p. 435-486

_____. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2015.

MENDONÇA, Heloísa. Freada da economia na China cobra fatura nas exportações brasileiras. **El País**, São Paulo, 29.07.2015, versão online. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/28/economia/1438092404_604624.html>. Acesso em: 21 abr. 2017.

MENDONÇA, S. R. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990. 327-349 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Revista de política agrícola**. – Ano 1, n. 1 (fev. 1992) – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1992.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Visita Oficial do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil** – Documentos – Brasília, 19 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9687-visita-oficial-do-primeiro-ministro-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-ao-brasil-documentos-brasilia-19-de-maio-de-2015#pac-pt>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Programa luz para todos**. Disponível em: <<https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/default.asp?id=1>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Aceleração do Crescimento 2**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/pac2/>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MONTEIRO, H. M. Da República Velha ao Estado Novo: o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, M. Y. (Org.) **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990. pp. 302-315.

MORAIS, Isabela Nogueira. Desigualdades e políticas públicas na China: investimentos, salários e riqueza na era da sociedade harmoniosa. In: CINTRA, Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (Orgs.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

NAVARRO, Vicente. Welfare e "keynesianismo militarista" na era Reagan. **Revista Lua Nova**, n. 24. São Paulo. Set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200010>. Acesso em: 14 abr. 2017.

NEGRI, Fernanda. **O perfil dos exportadores industriais brasileiros para a China**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2005.

NETO, Aristides Monteiro. **Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização)**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2005.

NETO, Lira. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

NETTO, P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

NINIO, Marcelo. FMI dá status de moeda global para *yuan* da China. **Jornal Folha de São Paulo**, edição online, 30.11.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1713009-fmi-anuncia-inclusao-do-yuan-chines-em-cesta-de-moedas-de-reservas.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

NOGUEIRA, Isabela; CHEN, Huashan; PINTO, Eduardo. **The Political Economy of Distribution in Brazil and China in the 2000's**. Instituto de Economia-UFRJ DiscussionPaper: Mar/2016.

NONNENBERG, Marcelo Braga; LEVY, Paulo Mansur; NEGRI, Fernanda; COSTA, Katarina Pereira. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2008.

NOVAES, Viviane. China anuncia o fim do embargo à carne bovina brasileira. **Globo Rural**, edição online, 24.05.2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/05/china-anuncia-o-fim-do-embargo-carne-bovina.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

O GLOBO. **Reino Unido entrega carta e dá início à saída da União Europeia**. 29 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/brexit-reino-unido-entrega-carta-e-da-inicio-a-saida-da-uniao-europeia.ghtml>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. O novo equilíbrio mundial. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Depois da crise: a China no centro do mundo?** 1ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 87-103.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa? **Revista Tempo do Mundo**. v. 2. n. 1. jan. 2016.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. **Rev. NECAT**. Ano 3, n. 5. jan-jun. 2014.

PINHEIRO, A. C; GIAMBIAGI, F; GOSTKORZEWICZ, J. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

REVISTA ÉPOCA. **Pela primeira vez em Davos, Presidente Chinês pede que o mundo diga não ao protecionismo**. Coluna Negócios, edição online, 17.01.2017. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/01/pela-1-vez-em-davos-presidente-chines-pede-que-mundo-diga-nao-ao-protecionismo.html>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

REVISTA EXAME. **Trump quer taxar produtos chineses em 45%. É uma boa ideia?**, edição online, 18.01.2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/brexit-reino-unido-entrega-carta-e-da-inicio-a-saida-da-uniao-europeia.ghtml>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

RANGEL, Ignacio. Economia: milagre e antimilagre. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. – Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, 2v.

REVISTA ÉPOCA. **Salário médio de setor industrial na China já supera o do Brasil**. edição online, 27.02.2017. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/02/salario-medio-de-setor-industrial-na-china-ja-supera-o-do-brasil.html>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

RODRIGUES, Mauro. Por que o Brasil surfou na onda das *commodities*? **Revista Exame**, edição online, 27.09.2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/por-que-o-brasil-surfou-na-onda-das-commodities/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Editora Boitempo, 2010.

_____. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. – São Paulo, SP: Editora Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo, SP: Editora Best Seller. 5ª. ed. 1989.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: Ensaios**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social". Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira. Meridiano - **Revista de Geografía**, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 2, p. 297-346, 2013. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n2/17/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SILVA, Luiz Afonso Simoens. **Moeda e crise econômica global**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SILVA, Luiz Awazu Pereira da. Um novo centro econômico do mundo? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Depois da crise: a China no centro do mundo?** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 147-184

SINGER, P. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

THE ECONOMIST. **Brazil's crisis: Irredeemable?** London, UK, 02.01.2016. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/briefing/21684778-former-star->

emerging-world-faces-lost-decade-irredeemable>. Acesso em: 21 abr. 2017.

TRUMP, D. **Make America Great Again**. Disponível em: <<https://www.donaldjtrump.com/>>. Acesso em: 9 maio 2017.

TREVISAN, Cláudia. China supera EUA e vira líder do comércio mundial. **Jornal O Estado de São Paulo**, edição online. 11.01.2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-supera-eua-e-vira-lider-do-comercio-mundial,175014e>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. **Zonas Econômicas Especiais da China**. Disponível em: <<http://www.lib.utexas.edu/maps/china.html>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

VARGA, Eugênio. O modo de produção asiático. In: GEBRAN, Philomena (Org.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. p. 47-71.

VESENTINI, José William. **Imperialismo e geopolítica global: espaço e dominação na escala planetária**. Campinas, SP: Editora Papirus, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

XINHUA. **Xinhua Insight: Modern Silk Road in the making**. 25.12.2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-12/25/c_135930253.htm>. Acesso em: 22 abr. 2017.

YOUTUBE. **Nixon Ends Bretton Woods International Monetary System**. 2009. Youtube. 4'57". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OcVtdVuitko&index=2&list=FL8fVUy3Jm5E-VdJKCCaYjA>>. Acesso em: 24/ mar.03/ 2017.

ZHENG, Bijian. China's Peaceful Rise to Great-Power Status. **Revista Foreign Affairs**, edição online, ed. set/out de 2005. Disponível em:

<<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2005-09-01/chinas-peaceful-rise-great-power-status>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

REFERÊNCIAS